

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PAULO VINICIUS LAMANA DINIZ

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FILANTROPIA CAPITALISTA:
DIMENSÕES E SIGNIFICADOS DE UM PROJETO DE
“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”**

Uberlândia
2010

PAULO VINICIUS LAMANA DINIZ

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FILANTROPIA CAPITALISTA:
DIMENSÕES E SIGNIFICADOS DE UM PROJETO DE
“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Orientadora: Dr.^a Maria Vieira Silva

**Uberlândia
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU – MG, Brasil

D615e Diniz, Paulo Vinicius Lamana, 1984-

Educação profissional e filantropia capitalista [manuscrito]:
dimensões e significados de um projeto de “Responsabilidade
social empresarial” / Paulo Vinicius Lamana Diniz. - 2010.

151 f. : il.

Orientadora: Maria Vieira Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Educação.

Inclui bibliografia.

1. Ensino profissional - Teses. 2. Responsabilidade social da
empresa - Teses. 3. Assistência social - Teses. 4. Terceiro setor -
Teses. 5. Capitalismo - Teses. I. Silva, Maria Vieira.
II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-
Graduação em Educação. III. Título.

CDU: 377

PAULO VINICIUS LAMANA DINIZ

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E FILANTROPIA CAPITALISTA:
DIMENSÕES E SIGNIFICADOS DE UM PROJETO DE
“RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL”

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Políticas e Gestão da Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Vieira Silva

Banca Examinadora:

Uberlândia, 13 de abril de 2010.

Prof^a. Dr^a. Maria Vieira Silva

Prof^o. Dr^o. Antônio Bosco de Lima

Prof^a. Dr^a. Lúcia Emília Nuevo Barreto Bruno

Aos trabalhadores e jovens pobres.

AGRADECIMENTOS

Aos meus queridos pais, Stela e Waldiniôn, minha irmã Priscila e meu filho Murilo que tanto amo.

À Universidade Federal de Uberlândia em particular à Faculdade de Educação.

Aos colegas e professores do Programa de Pós-Graduação em Educação pela boa convivência e diálogos proveitosos.

Ao professor, amigo e ex-orientador na graduação em Ciências Sociais, Edílson Gracioli, e ao professor Carlos Lucena por fazerem parte da banca de qualificação.

À minha orientadora Maria Vieira.

Aos professores Antônio Bosco e Lúcia Bruno que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca examinadora.

Os piores senhores eram os que se mostravam mais bondosos para com seus escravos, pois assim impediam que o horror do sistema fosse percebido pelos que o sofriam, e compreendido pelos que o contemplavam.

(Oscar Wilde)

RESUMO

A partir de um referencial fundamentalmente assentado na teoria marxista (e marxiana) o trabalho a seguir busca analisar e revelar as facetas de um projeto de educação profissional destinado a adolescentes pobres, inserido no que se convencionou chamar de “responsabilidade social empresarial”. Para isto, por se relacionar diretamente ao projeto, foi de fundamental importância compor as características e as determinações da filantropia capitalista desenvolvida no Brasil contemporâneo, bem como, por contribuir para tal, as profundas alterações no padrão de intervenção do Estado (sociedade política) capitalista. O projeto filantrópico, objeto do presente trabalho, revelou-se importante instrumento de hegemonia empresarial.

Palavras-Chave: Responsabilidade Social Empresarial; Educação Profissional; Filantropia; Terceiro Setor; Capitalismo

ABSTRACT

From a theoretical fundamentally grounded in Marxist (and Marxian) theory, the following paper seeks to analyse and reveal the objectives of a project of professional education for poor teenagers, in the aspects of so-called “corporate social responsibility”. For this, and directly related to the project, was important to describe the characteristics and measures of developed capitalist philanthropy in contemporary Brazil, as well as, to contribute to this, the deep changes in the pattern of state intervention (political society) capitalist. The philanthropy project, research object of present paper, was an important tool of business hegemony.

Key words: Corporate Social Responsibility; Professional Education; Philanthropy; Third Sector; Capitalism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estrutura da equipe Formare para atendimento e gestão da rede	92
Figura 2	Estrutura de gestão e funcionamento do Projeto Escola de Fábrica (PEF) ...	128
Figura 3	Selo Empresa Parceira Formare	137

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – A “NOVA” FILANTROPIA CAPITALISTA	18
1.1 A intervenção dos capitalistas na questão social: alguns elementos para o entendimento crítico	19
1.2 O surgimento de novos formatos e conceitos para a filantropia do capital no Brasil.....	27
1.3 O poder e a hegemonia das empresas	42
CAPÍTULO 2 – O ESTADO CAPITALISTA NO FOMENTO FILANTRÓPICO	51
2.1 A reconfiguração do padrão de intervenção estatal capitalista	51
2.1.1 A força ideológica do neoliberalismo	54
2.1.2 Estado, lutas sociais e neoliberalismo no Brasil	58
2.2 Brasil anos 1990: o Estado no fomento do “terceiro setor”	62
2.2.1 A Comunidade Solidária: instância de fomento do “terceiro setor”	65
2.2.2 A (contra) Reforma do Estado brasileiro e a política social estatal na ótica gerencialista	72
2.2.3 Legados legais para o “terceiro setor”	76
CAPÍTULO 3 – A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO “RESPONSABILIDADE SOCIAL” DAS EMPRESAS: O PROJETO FORMARE	79
3.1 A Companhia Iochpe-Maxion e a Fundação Iochpe	81
3.2 O Projeto Formare: a educação profissional como “franquia social”	85
3.3 O Projeto Formare: o trabalho voluntário e seus aspectos	95
3.4 O Projeto Formare: a formação juvenil para o emprego ou “empregabilidade”?.....	105
3.5 O Projeto Formare: o conteúdo formativo ofertado	115
3.6 O Projeto Formare: o Estado e as políticas “públicas” de educação profissional.....	123
3.7 O Projeto Formare: as empresas em busca do lucro.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS	142

INTRODUÇÃO

As sociedades contemporâneas têm passado por profundas mudanças impressas fundamentalmente pela lógica da transnacionalização do capital (BERNARDO, 2000) que resulta, entre outros, nos processos de reestruturação produtiva - acompanhado das inovações no gerenciamento da força de trabalho (que exigem um novo tipo de trabalhador) - e na emergência de um ambiente sócio-político de agravamento das condições de vida dos trabalhadores e questionamento da presença do Estado e de seus gastos nas áreas sociais, o qual se convencionou chamar de neoliberalismo.

Como consequência e parte desse quadro, podemos observar uma clara mudança de postura das empresas implicando numa ampliação de suas formas de poder e controle sobre a sociedade como um todo. Encontramo-nos num estágio em que elas aspiram ocupar-se minuciosamente do conjunto das relações sociais, incidindo sobre múltiplos espaços e embaralhando as fronteiras do que antes entendíamos por “público” e “privado”. É em meio a isso que devemos entender a “nova” filantropia capitalista.

A noção de filantropia¹ é muito antiga e perpassou diversas formações históricas (modos de produção). Muito comum e valorizada por várias doutrinas religiosas, a significação social que o termo adquiriu e adquire está muito atrelada às quantias em dinheiro e de bens materiais doadas por indivíduos mais abastados, destinadas a sanar o “drama” de seres humanos mais necessitados. Assim sendo, a prática filantrópica seria fruto da empatia e solidariedade de alguém na tentativa de atender e assistir às necessidades e carências de outrem. Historicamente a filantropia não esteve somente ligada à ação de “bons” indivíduos. Ela tendeu a institucionalizar-se figurando como exemplo mais claro, na trajetória ocidental, a Igreja Católica Apostólica Romana.

No conjunto de grandes mutações pelas quais vem passando o capitalismo, as próprias práticas filantrópicas ganharam novas cores. Suas manifestações tradicionais que envolviam abrigo, doação de alimentos e vestimentas, entre outras, não deixaram de existir, mas conheceram e vêm conhecendo transformações que devem ser consideradas. Por isto, o uso do termo ‘nova’, em alguns momentos do texto, adjetivando a filantropia capitalista vigente, justifica-se por expressar que a filantropia burguesa sofreu alterações em sua forma, embalagem e organização, aprimorando antigas pretensões.

¹ A etimologia da palavra deriva suas raízes do grego φίλος (*philos*), e άνθρωπος, (*antropos*), que se traduzem respectivamente como "amor" (o "amante de", "amigo de"), e "homem" (o "ser humano"), sintetizando a idéia de "amor à humanidade".

Atualmente, são as empresas, por meio de seus institutos e fundações, que se destacam como grandes doadoras e articuladoras da filantropia, o que se expressa não apenas no financiamento, criação e organização de projetos sociais, mas, principalmente, no fomento e estímulo de um exército de trabalhadores voluntários. Assim, uma prática até então marcada em maior grau pela ação de fiéis religiosos, secularizada, conta com a forte mobilização dos assalariados das mais diversas empresas.

Característica importante da filantropia levada a cabo pelas empresas é, conforme apontam os dados, que ela incide de maneira muito avolumada na área de educação. No censo produzido pelo Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) de 2005/2006, por exemplo, ela figura como o espaço de atuação em que mais empresas estão envolvidas. Assim, a área recebia em torno de 120 milhões de reais num total de mais de 430 milhões investidos em diversas outras áreas (saúde, esportes, meio ambiente, cultura, arte etc.). A situação registrada pelo mesmo censo em 2007/2008 revelou um aumento considerável: em torno de 400 milhões de reais foram destinados somente à área de educação num universo de 1,15 bilhão, onde 83% dos associados da referida organização (GIFE) afirmaram ter algum projeto social em educação e 59%, o segundo maior índice, no item específico “formação para o trabalho”.

Tal movimento não é gratuito. Além de uma vontade do empresariado em formar força de trabalho totalmente adequada e adaptada aos seus próprios anseios, a expansão da “nova” filantropia capitalista dá-se justamente no momento em que os Estados-nacionais têm tido sua capacidade de provimento de políticas sociais minimizada, pois que assumiram preocupações e estratégias de intervenções voltadas prioritariamente para o bom funcionamento do “mercado” e, portanto, da ordem empresarial.

Diante do agravamento da situação social (miséria, violência, precarização do trabalho e desemprego), a filantropia, revitalizada pelas empresas, constitui-se num movimento bem articulado, dotado de novos discursos e grandes ambições. Se, em contextos anteriores, sua intervenção na sociedade era mais simples e aparentemente pouco pretensiosa, no momento atual a filantropia capitalista tornou-se muito complexa, impactando diversos aspectos da realidade.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as dimensões, facetas, e os significados de um projeto de “responsabilidade social empresarial”², o Projeto Formare, adotado por empresas de norte a sul do país, almejando ofertar, gratuitamente, ensino profissionalizante

² Termo componente e configurador de práticas empresariais que aqui chamamos e qualificamos de “nova” filantropia capitalista.

para jovens, entre 15 a 17 anos, de baixa renda (pobres). Nossa hipótese central foi a de que o projeto de filantropia empresarial Formare, para além de ofertar ensino profissionalizante aos adolescentes de situação econômica calamitosa, e assim ter, aos moldes empresariais, um caráter educador sob tal público, possui uma dimensão pedagógica mais ampla, na medida em que, de maneira ou outra, envolve e influi o conjunto da sociedade (trabalhadores, políticos, empresários etc.).

A reflexão desenvolvida seguiu uma série de preocupações que nos envolveram ainda na graduação no curso de Ciências Sociais quando nos ocupamos de como a problemática social vinha sendo tratada e encarada na fase de capitalismo neoliberal. Na ocasião, em trabalho monográfico, chamávamos atenção para como a “nova” filantropia capitalista julgava-se apta a cuidar da questão social, inclusive pelo auxílio e formulação de políticas públicas, e de que maneira o Estado (sociedade política) legitimava-a e ajudava-a a se expandir, pela terceirização de atividades e pela legislação em favor do “terceiro setor”³.

Num primeiro olhar, e assim tende a operar a maioria, somos conduzidos a ver sempre com “bons olhos”, esperançosos, projetos destinados aos setores mais pauperizados da sociedade. Não poderia ser diferente em se tratando de um projeto que visa “qualificar” o jovem pobre para o mercado de trabalho e assim tentar evitar com que venha a ser, numa etapa próxima de sua vida, um “excluído social”, num contexto em que a situação de precarização do trabalho, traduzida pelas relações “informais”, “terceirizadas”, no assalariamento em tempo parcial, temporário ou subcontratado (ALVES, 1999) e desemprego são manifestas.

Geralmente, nosso raciocínio não tende e nem almeja fazer conexões e relações de problemas aparentemente limitados com processos sociais mais amplos da sociedade. O trabalho investigativo por nós proposto, ao contrário, buscará ir um pouco além do meramente aparente, apreendendo como o projeto funciona, mediante suas proposições, como “educador” e “formador” de jovens ao trabalho, para traçar também outros aspectos e significações. Tal procedimento justifica-se por compor uma imagem mais fiel do que ele é: como constitui, ajuda alimentar e mover a construção da dinâmica realidade social capitalista.

Entendemos que a concretização disso apenas é possível de maneira relacional, buscando considerar as transformações do capitalismo na contemporaneidade com o objeto da pesquisa em questão (o Projeto Formare). Neste movimento analítico que toma o projeto

³ O “terceiro setor” seria uma suposta esfera da realidade social que, como dizem seus defensores, preocupada com os “interesses públicos” (o “bem comum”), não corresponderia nem ao “Estado” (sociedade política) falido e ineficiente, nem ao “mercado” que só pensa no lucro, abrindo mão das demandas sociais.

como parte “movente” e “movida” de uma realidade social dinâmica, una, ampla e interconectada, tecemos novos significados a seu respeito em contraposição à visão predominante que se caracteriza pela apologia⁴ das práticas empresariais filantrópicas.

O Projeto Formare tem se destacado como projeto da “nova” filantropia capitalista através de suas premiações e nível de organicidade aprimorado ao longo do tempo, expressos em sua maior organização, capacidade de articulação com outros projetos e instituições sociais e envolvimento de diversos agentes em sua lógica. Chamou nossa atenção inicialmente, por meio de notícias, entrevistas e vídeos, o fato dele ser muito bem falado e visto pelo público em geral e por aqueles envolvidos mais diretamente em suas atividades como alunos, professores e gestores.

Diante do que iremos expor, caso o leitor esteja entre aqueles que exaltam os projetos sociais capitalistas como caminho para o fim ou abrandamento dos “males” sociais, é provável que mude, ou passe a relativizar mais certas opiniões. Pretende-se que seja possível ao apreciador do texto conceber a relevância do projeto no contexto social mais amplo, não pelo fato de criar “oportunidades” na vida dos jovens pobres assistidos, mas pela sua funcionalidade nas relações sociais de produção capitalistas.

Nossa argumentação valer-se-á dos discursos proferidos (escritos ou falados) por gestores, coordenadores, professores, alunos, presidentes de empresas, jornalistas, acerca do, e envolvidos com tal projeto. Por ser um projeto adotado por empresas de várias regiões do Brasil a ferramenta eletrônica internet foi de grande valia.

As fontes utilizadas, nas quais foram emitidos os discursos, visões e concepções de mundo acerca do Projeto Formare, contam com vídeos, documentos, balanços sociais empresariais, modelo de contrato de trabalho voluntário, atas de reunião, apostila, entrevistas, *slides* de aula, notícias e artigos encontrados e coletados na rede mundial de computadores; jornais e revistas, além de capítulos de livro.

Como a ordem empresarial almeja dar visibilidade às suas práticas sociais caridosas, procurando afastar da crença popular que, na verdade, são suas ações e condutas que estão na

⁴ Losso (2008), em dissertação de mestrado sob título de *A Responsabilidade Social da Empresa na Qualificação Profissional do Jovem*, compõe o quadro da apologia científica acerca do tema. O autor busca constatar as limitações (e fracasso), frente à demanda, da rede estatal pública de educação profissional e registra, de maneira breve e descritiva, as mais diversas experiências contemporâneas dos empresários na promoção de “qualificação” profissional de jovens, citando, inclusive, duas escolas do Projeto Formare. No resumo de seu trabalho encontramos que: “[...]Esta atitude demonstra que o empresário não está somente preocupado com a busca indiscriminada pelo lucro, o que causaria sérios impactos negativos à coletividade onde está inserida, mas pelo contrário, reflete a consciência da missão, da importância e dos efeitos que a empresa irradia para todos aqueles que estão ao seu redor, seja a população local, clientes, fornecedores, meioambiente e governo (stakeholders).[...]”.

base do agravamento dos problemas em nível social mais amplo, nada estranho encontrarmos publicizados e disponíveis certos documentos que ajudam a legitimar os “bons olhos” da opinião pública acerca de suas atividades.

Há três décadas Tragtenberg (2005) já chamava atenção para o fato de que a inculcação da ideologia empresarial dava-se por variados e diversos meios, desde os cursos próprios que ministra aos trabalhadores, até os milhares de revistas, jornais fabris e programas televisivos que editam refletindo centralmente preocupações patronais. Hoje, com a rede mundial de computadores, a ideologia das empresas circula de maneira muito mais intensa e por diversos formatos mediante áudio, vídeo, imagem etc.

Os vídeos analisados dizem respeito fundamentalmente ao documentário intitulado *Histórias reais de conquistas e superação*. Produzido pela entidade gestora do Projeto Formare, a Fundação Iochpe, procura mostrar o efeito “transformador” do projeto na vida de cinco pessoas (alunos e professores). O filme tem direção e roteiro da cineasta Andrea Pasquini. Os outros dizem respeito a matérias acerca do projeto exibidas em programas televisivos que foram ao ar em rede nacional ou local.⁵

O documento *Estudo de Caso do Projeto Formare* adveio de que entre os dias 6 e 8 de agosto de 2008 ocorreu no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) Campus Santo Amaro em São Paulo a “II Conferência Internacional - Inovação para o Terceiro Setor: sustentabilidade e Impacto Social”. Tal conferência foi articulada pelo Instituto William Davidson⁶ da Universidade de Michigan e o CNU-Brasil⁷, e teve como principais estratégias, segundo consta do sítio eletrônico⁸ do evento, o avanço na abrangência de “trabalhos criativos dos líderes do terceiro setor” em todo o planeta; o compartilhamento das melhores práticas e casos de “inovação social”; a análise dos obstáculos atuais e oportunidades para o fortalecimento das estratégias de sustentabilidade das Organizações Não Governamentais

⁵ Os referidos vídeos podem ser encontrados e visualizados no seguinte endereço: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=49&Itemid=133>. Acesso: 27 fev. 2009.

⁶ <http://www.wdi.umich.edu/>

⁷ A organização CNU-BRASIL (Conversando com as Nações Unidas) foi criada em maio de 2006 com o objetivo de estabelecer o diálogo entre a sociedade civil brasileira e a Organização das Nações Unidas (ONU). O CNU-BRASIL visa disseminar princípios e propósitos das Nações Unidas, reunindo corporações, instituições acadêmicas, entidades e autoridades que pretendem colaborar para melhorar as condições de vida no Brasil. Nas palavras do presidente do conselho de administração da entidade, Claudio Szajman: “É preciso ampliar a aplicabilidade do conceito de responsabilidade social, nas diversas frentes de visão das humanidades, compromissados com a qualidade de vida, com a preservação da natureza e com uma sociedade mais justa, e mensurar constantemente os impactos gerados, como resultado de esforço coletivo em prol do ser humano e do planeta”. Disponível em: <<http://www.universodoconhecimento.com.br/cnu/>>. Acesso em: 5 maio 2009.

⁸ <http://www.impactosocial.org.br/>

(ONG's) na América Latina e a criação de oportunidades de desenvolvimento de redes de relacionamento entre os “líderes sociais”, o setor privado e governo.

Um entre as dezenas de encontros que se multiplicam visando ampliar e divulgar as experiências e práticas do “terceiro setor” o referido evento contou com uma lista de 23 estudos de caso a serem apresentados para o público. Entre estes, havia um documento de 36 páginas detalhando os aspectos e funcionamento do Projeto Formare e, também, sua visão sobre o emprego para a juventude, destacando-se a noção de “empregabilidade”.⁹

Além do estudo supracitado, de caráter mais geral acerca do Projeto Formare, nos valem de outro apresentado no “IX Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente”, ocorrido entre 19 e 21 de novembro de 2007 na cidade de Curitiba, intitulado *Responsabilidade Social Empresarial como fator de sustentabilidade e competitividade: um estudo de caso numa empresa têxtil*, em que os autores versam sobre escola Formare da empresa Coteminas localizada em Campina Grande.

O “balanço social” é uma ferramenta empresarial publicada anualmente que busca demonstrar o que a empresa tem feito pela sociedade reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. Neste sentido, analisamos o balanço (relatório) social do Grupo Iochpe-Maxion, criador do Projeto Formare.

As entrevistas e matérias utilizadas dizem respeito mais diretamente às concedidas por gestoras e gestores do projeto, principalmente de sua coordenadora geral, Beth Callia. Foram analisadas entrevistas realizadas para sítios eletrônicos diversos (Portal Catho, Portal Responsabilidade Social e Portal Cidades Paulistas)¹⁰ além de matérias sobre o projeto em revistas impressas que buscam divulgar e fomentar a filantropia capitalista.

As apostilas conferidas foram as que o projeto confeccionou para formação de professores em 2007. Entre os artigos consultados destacam-se o de Giuseppe Giorgi, diretor de Recursos Humanos do Grupo Magneti Marelli (que adota o Projeto Formare), intitulado *Quebre os Muros*, publicado na edição de julho de 2008 da Revista AutoData (especializada no setor automotivo nacional e internacional), e o de Beth Callia, *A franquia em favor do social*. Em *A disseminação de projetos sociais pela franquia social*, publicado em livro de

⁹ Tal estudo foi apresentado no evento em questão pela palestrante convidada, Cibele Esteves Cesar, gestora do Projeto Formare responsável pela área de “Assuntos Institucionais” onde desenvolve negociações com Fundos de Investimentos e Organismos Internacionais. Seu foco mais recente de atuação e trabalho no projeto é o “Portal Busca Jovem” - do Grupo de Afinidade de Juventude do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) - voltado a divulgar os currículos dos jovens formados egressos do Projeto Formare para que consigam emprego.

¹⁰ Os respectivos endereços eletrônicos podem ser consultados na seção “Referências” deste trabalho.

2002 da Fundação Abrinq¹¹, Marcelo Cherto, empresário, administrador e divulgador do sistema de franquias, também explica como funciona o Projeto Formare, que ajudou a formatar.

As notícias são muitas, conferimos a vasta lista que se encontra no sítio eletrônico do projeto e, por meio impresso, pelo jornal Folha de São Paulo do dia 20 de julho de 2009, coluna Cotidiano, página C-1, envolvendo o Projeto Formare. Outro material analisado foi um conjunto de *slides* condizentes à aula inaugural de uma das escolas do Projeto Formare¹², uma exposição, para a turma Formare de 2009 do Grupo Schaeffler, proferida por Ricardo Reimer, presidente do referido grupo na América do Sul. Também foi necessário nos valermos de certos documentos governamentais, legislações e notícias veiculadas por alguns de seus órgãos, como a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), pois que envolvem e guardam relação direta com o Projeto Formare.

Os argumentos analíticos expostos contaram com a revisão e utilização de textos de orientação marxista e marxiana, cotejando-os em alguns momentos com os de outras abordagens, sendo aqueles os que embasam mais diretamente os escritos e afirmações desenvolvidas.

No capítulo primeiro, o leitor encontrará uma discussão acerca da filantropia capitalista, de como ela se constitui hoje, caracteriza e organiza. Para isto, retomamos as idéias de alguns pensadores marxistas clássicos que ao longo da história do capitalismo a abordaram de maneira crítica, além dos documentos e discursos proferidos em entrevistas, livros e sítios eletrônicos pelas suas principais instituições na atualidade do país, e também por seus gestores e fundadores. Centramo-nos em relatar e caracterizar as principais instituições componentes da “nova” filantropia capitalista que se conectam e relacionam ao Projeto Formare. Por fim, fechando o capítulo, discorreremos sobre a ordem empresarial no tempo presente, seu poder e hegemonia.

No capítulo segundo, procuramos ofertar ao leitor uma análise de como o Estado (sociedade política)¹³ vem sofrendo mutações impostas pelo desenvolvimento capitalista e se convertendo num dos principais estimuladores das práticas da “nova” filantropia (capitalista) por meio da noção de “terceiro setor”. Tratamos do desenvolvimento do neoliberalismo como

¹¹ <http://www.fundabrinq.org.br/portal/>

¹² O conjunto de *slides* que balizaram sua palestra e compuseram a aula inaugural do curso de 2009 do Formare naquela empresa pode ser acessado aqui: <http://www.formare.org.br/site/images/stories/noticias/090317_schaeef_aulareimer.ppt>.

¹³ O uso do conceito “Estado” acompanhado do complemento em parênteses “sociedade política” pretende se referir estritamente a organização política “tradicional” de poder, o conjunto das instituições legislativa, executiva e judicial. Justifica-se por trabalharmos em outros momentos do texto com a noção de Estado capitalista do escritor português João Bernardo, em que se destaca a noção de “Estado Amplo”.

ideologia e ação política de governos na contemporaneidade capitalista, seu impacto sobre a sociedade brasileira e a organização de nosso Estado. Entendemos que isto se deu através de sua contra reforma operada na década de 1990. Naquele momento figuraram primordialmente as propostas da Comunidade Solidária - e dos programas de intervenção na questão social criados tendo como base a noção ambígua de “terceiro setor” - e do próprio projeto de Reforma do Estado do governo Fernando Henrique Cardoso, cuja materialização expressou-se, entre outras, nas legislações criadas no período: a Lei das Oscips e a Lei do Voluntariado. Estas guardam relações diretas com o Projeto Formare: a primeira, embasando juridicamente a fundação empresarial Iochpe, que o desenvolve; a segunda, ancorando o tipo de relação de trabalho que promove e fomenta em suas atividades, qual seja, o trabalho “voluntário”.

No capítulo terceiro, nos ocupamos mais centralmente do objeto da pesquisa, o Projeto Formare. O leitor poderá conferir sua história, como funciona e opera. O projeto, entre outras dimensões abordadas, inova em conceitos e práticas para o “terceiro setor”, adentra futura força de trabalho para o capital, funciona como ferramenta de administração e envolvimento dos trabalhadores dentro das empresas por meio do trabalho voluntário, bem como serviu de modelo para política pública de educação profissional do Estado capitalista brasileiro.

Acreditamos ser o Projeto Formare um entre os muitos instrumentos e mecanismos hodiernos utilizados pelas empresas como requisito para o exercício de sua hegemonia, ou seja, para continuarem sendo capazes de irradiarem sua influencia (práticas, valores, visões de mundo), formatando a sociedade à sua imagem e semelhança, cumprindo sua funcionalidade à lógica de controle social do capital como relação global.

Recentemente comemorou-se o centenário de nossa restrita rede estatal pública de educação profissional, hoje intitulada “Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (Ifet’s). A pesquisa aqui se situa ofertando possíveis contribuições ao amplo debate acerca da educação profissional brasileira. Apesar de certos “avanços” nessa matéria, parece-nos não haver muito o que comemorar diante dos dados ainda alarmantes da juventude e da necessidade, como complemento às escassas políticas estatais públicas, e oportunismo dos projetos de filantropia empresarial.

CAPÍTULO 1

A “NOVA” FILANTROPIA CAPITALISTA

Convencionou-se pensar que o principal agente de enfrentamento da questão social¹⁴ é o Estado (sociedade política). É uma idéia verdadeira, posto que por obra e pressão das lutas sociais, ditou-se a maior ou menor efetividade de suas intervenções através das políticas “públicas” (as políticas sociais estatais) referentes à habitação, saúde, educação, previdência, seguridade social etc. Mas também os capitalistas, os mesmos que contribuem diretamente para o agravamento da questão social, sempre foram, ainda que muito timidamente, agentes interventores na sua “melhoria” ou, pelo menos, na tentativa de abrandá-la. Minoritariamente, através de sua filantropia (doações, ajudas, caridade), formaram uma rede de apoio paralela à atuação estatal (sociedade política).

Desta maneira, o envolvimento empresarial em práticas filantrópicas não é um fenômeno novo, pois desde os processos constitutivos do sistema de produção capitalista¹⁵ podemos observá-lo. Porém, atualmente, com a transnacionalização do capital e maior desenvolvimento das práticas e racionalidade das empresas, esse envolvimento adquiriu

¹⁴ O significado deste termo, usado em diversos momentos na dissertação, terá sempre relações diretas com o expresso nesta nota. A chamada “questão social” surge no debate político do século XIX em decorrência das conseqüências negativas, já naquela altura extremamente visíveis, do desenvolvimento capitalista principalmente em França e Inglaterra. Como diz Solange Mercier-Josa em artigo publicado na Revista Crítica Marxista número 6, *Marx, o político e o social*, a questão social é, em alguns dos termos da época, a questão da sorte da “classe mais numerosa e mais pobre”, dos “proletários”, da “massa dos produtores” (Saint Simon); a questão da “pobreza que nasce em civilização de abundância”, da “miséria da multidão industriosa”, do “mínimo decente”, do “movimento social” (Charles Fourier); da “humilhação do povo privado de seus imprescritíveis direitos, o sofrimento popular, a fome, a nudez, a agonia popular” (F. de Lammenais); do “problema do proletariado, a substituição da economia à política, dos interesses à autoridade” (Proudhon); é a questão da “organização do trabalho e do direito ao trabalho” (Louis Blanc); entre outros. Interessa-nos destacar e ter em mente que o termo acaba por expressar mais as dimensões negativas intrínsecas à dialética do desenvolvimento societal capitalista. Neste sentido, “questão social” em nosso texto deverá remeter a idéia de agravamento dos problemas e da situação social e econômica dos trabalhadores.

¹⁵ Em linhas gerais é o sistema marcado pelas relações sociais de produção capitalistas em que prepondera a lei do valor (a produção de ‘mais-valia’). No capitalismo, resultante de uma série de processos históricos complexos, que envolveram violência e o desenvolvimento e transformação das forças produtivas (a “grande indústria”) e de instituições diversas (por exemplo, do Estado e do direito - a idéia de que todos os homens são iguais perante a lei), a capacidade de trabalho humano foi “liberada” tornando-se mercadoria, passível de ser trocada (empregada pelo capital). Os trabalhadores, despossuídos da propriedade, conhecimento e controle dos meios de produção viram-se obrigados, como forma de sobrevivência, trocar sua atividade vital por um salário, processo este que culmina na geração de um “valor” a mais ao assalariador, materializando-se no lucro. No sistema de produção capitalista, a produção, e por conseqüência, o que é produzido pela maioria das unidades produtivas (fábricas, empresas, oficinas etc.), realiza-se tendo em vista sua capacidade de “troca” - o “valor de uso” dos produtos do trabalho humano encontra-se subordinado ao “valor de troca” - estabelecendo-se, portanto, que o que é produzido não se volta imediatamente a sanar as necessidades de determinada coletividade. O contexto de intensa competição de capitais e o imperativo da lucratividade colocado em nível global, motor da concorrência entre unidades produtivas, torna-o o sistema de produção mais dinâmico já existente na história da humanidade.

importância em escala global, fundamentando-se em novas bases organizativas e discursivas pautadas por novas ideologias. Assim, por exemplo, no Brasil, o Projeto Formare, objeto de análise desta investigação, traz consigo a marca de ser um projeto caracterizado como sendo de “responsabilidade social empresarial”.

Tendo isso como referência, neste capítulo pretendemos explicitar como se deu a evolução das ações filantrópicas e assistencialistas dos capitalistas para noções novas, o que elas significam e como representam uma forma de intervenção mais racional e sistemática na questão social tradutora da hegemonia empresarial no tempo presente.

(1.1) A intervenção dos capitalistas na questão social: alguns elementos para o entendimento crítico

As formas de intervenção na questão social por parte dos capitalistas podem ser observadas ao longo do desenvolvimento deste modo de produção. O pensamento que se coloca na contramão da realidade atual, ou seja, aquele que procura demonstrar o caráter social e por isso transitório da história, nos legou alguns ensinamentos importantes que podem nos auxiliar na inteligência das intervenções capitalistas na questão social hoje.

Atualmente amparadas em nomes pomposos como “responsabilidade social empresarial”, “investimento social privado”, e que se pretendem radicalmente diferentes de práticas antigas, as atuais práticas capitalistas de intervenção na questão social parecem não guardar, no essencial, diferenças estruturais com o que faziam em outros tempos. O objetivo aqui é trazer ao leitor um pouco de como o campo intelectual crítico tratou disto.

Em um estudo primoroso datado de 1844-45 em que examinava de maneira pormenorizada a situação e condição da classe operária inglesa, relatava Friedrich Engels que:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, [...]; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. A sociedade inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhes oferece os meios para que façam de modo eficaz e permanente. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. [...], as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, mal conservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira*; o interior das casas é miserável: [...] O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão

esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certos períodos – insuficiente e, no limite, há mortes por fome. [...] (ENGELS, 2008, p. 115)

Esta síntese da chamada questão social inglesa do período, apresenta similitudes com a atualidade, já que a descrição revela traços comuns do que ainda constatamos recorrentemente em muitos lugares do globo em que vigora a dinâmica das relações sociais capitalistas. Engels (2008) chamava atenção ainda para o fato de que as verdadeiras condições de vida do proletariado eram ignoradas e/ou menosprezadas pela burguesia: “[...] até mesmo as filantrópicas “Associações para Elevação das Classes Laboriosas” – nas quais, hoje, nossa burguesia despreza a questão social – incorporam as mais ridículas e absurdas opiniões sobre a situação dos operários.” (p.42) Talvez nosso autor achasse que em algum momento fosse possível à burguesia tratar de maneira séria, incorporando opiniões fundamentadas em outra “ótica” (que não a sua própria), a questão social. Porém, ao contrário e afastando-se de qualquer ingenuidade com relação a tal possibilidade, o autor dizia, em outra obra, que:

Quanto mais progride a civilização, mais se vê obrigada a encobrir os males que traz necessariamente consigo, ocultando-os com o manto da caridade, enfeitando-os ou simplesmente negando-os. Em resumo, introduz uma hipocrisia convencional que sequer era conhecida pelas primitivas formas de sociedade e pelos primeiros estágios da civilização [...] (ENGELS, 2006, p. 188-189)

Nesta mesma linha de raciocínio, também na obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, o autor manifestava-se com boa dose de ironia e ácida indignação:

Não se creia, porém, que o inglês “culto” expresse tão cruamente seu egoísmo. Ao contrário, ele o dissimula com a mais vil das hipocrisias. Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! [...] (ENGELS, 2008, p. 309)

De tanto acumular e, conseqüentemente, precarizar a vida de milhares de trabalhadores, mas também por força da luta de classes e dos enfrentamentos e instabilidades sociais a que o pauperismo e a degradação das condições de vida dos trabalhadores levavam, a burguesia, por vezes, via-se na necessidade de repartir “migalhas do bolo”, socializar uma parte ínfima da riqueza produzida, através de ações beneficentes que funcionavam como forma de controle e contenção da indignação, o grande motor das revoltas. Como arma na luta

de classes, a empresa capitalista convertia uma parcela da mais valia extraída em caridade e beneficência, passando dessa forma a ser mais bem vista pelas classes e frações de classes que a recebiam. Engels nos mostra que, se a burguesia é capaz de fazer alguma ação bondosa, isto se deve à custa da exploração da energia vital dos trabalhadores.

Tendo como referência outro contexto, Antônio Gramsci, na década de 30 do século XX, também se aproximou em suas reflexões da discussão acerca da intervenção dos capitalistas na questão social e nos ofereceu elementos importantes para pensarmos a atualidade quando refletiu sobre o Rotary Clube em seus escritos sobre “americanismo” e “fordismo”.

O ensaio *Americanismo e Fordismo* reunia as preocupações do autor acerca da emergência de um “novo” padrão de relações industriais e de acumulação no mundo capitalista ocidental. Tratava-se para Gramsci de compreender o surgimento dos novos grupos dirigentes e suas formas de exercer a dominação econômica, política e intelectual em suas relações com a classe trabalhadora. Vale ressaltar que para Gramsci o fordismo não dizia respeito a uma mera fórmula estritamente econômica e técnica de gestão da produção; tratava-se, antes, de um projeto de dominação de classe e que, portanto, perpassava todas as esferas da vida social, inclusive a da cultura.

Entre os eixos centrais de análise que Gramsci realiza no referido ensaio, nota-se sua preocupação com a questão da racionalização do trabalho no capitalismo de então, voltado à produção em massa e subordinado ao capital financeiro, ancorado nas técnicas de controle e gestão taylor-fordistas. Essas mudanças diriam respeito a superar uma fase capitalista anterior marcada pelo individualismo econômico:

No geral pode-se dizer que o americanismo e o fordismo derivam da necessidade imanente de organizar uma economia programática e que os diversos problemas examinados deveriam ser os elos da cadeia que assinalam exatamente a passagem do velho individualismo econômico para a economia programática. [...] as forças subalternas, que deveriam ser “manipuladas” e racionalizadas de acordo com os novos objetivos, resistiram inevitavelmente. Mas também resistem alguns setores das forças dominantes, ou pelo menos aliados das forças dominantes. [...] (GRAMSCI, 1988, p. 375-376)

A necessidade de uma economia planejada para um novo momento de acumulação capitalista, aponta Gramsci, contou com uma vasta rede de aparelhos estatais e empresariais que veiculavam novas formas de controle sobre a classe trabalhadora. Combinando habilmente a força, pela destruição do sindicalismo operário de base territorial, e a persuasão, de que foram exemplos os altos salários e os diversos benefícios sociais, que na verdade

traziam em seu bojo o acompanhamento, a fiscalização, e a “orientação” dos trabalhadores dentro e fora dos locais de trabalho, os capitalistas conseguiram tornar real seu projeto de sociabilidade. Assim, afirma Dias (1999), ao se referenciar na obra do marxista italiano:

O americanismo foi, então, a criação de “um novo tipo humano, correspondente ao novo tipo de trabalho e de processo produtivo”, de uma nova “fase de adaptação psico-física à nova estrutura industrial”. Essa adaptação viabilizada por uma composição demográfica racional, combinou consenso e repressão. Materializou um novo modo de vida. [...] (p.102-103)

Gramsci, como excelente observador da cultura política europeia e, principalmente, italiana do período, percebia que a expressão “americanismo” trazia consigo um forte componente negativo, pois era evocada, segundo ele, por frações de classes fadadas a desaparecer:

Os elementos de “nova cultura” e do “novo modo de vida” hoje difundidos sob a etiqueta americana, são apenas as primeiras tentativas feitas às cegas, devidas não tanto a uma “ordem” que nasce de uma nova base, ainda não formada, mas à iniciativa superficial e simiesca dos elementos que começam a sentir-se socialmente deslocados pela ação (ainda destrutiva e dissolvedora) da nova base em formação. O que hoje se conhece como “americanismo” é, em grande parte, a crítica preventiva das velhas camadas que serão esmagadas pela nova ordem e que já foram atingidas por uma onda de pânico social, de dissolução e de desespero; é uma tentativa de reação inconsciente de quem é impotente para reconstruir e insiste sobre os aspectos negativos da mudança. [...] (GRAMSCI, 1988, p. 412)

Ainda para o autor, a análise do “americanismo” entendido não apenas como “*vida de café, mas também como ideologia do Rotary Clube*” (p.412) não se tratava do surgimento de um novo tipo de civilização, mas do prolongamento orgânico e de uma intensificação da cultura europeia que teria adquirido nova pele no clima estadunidense. Os Estados Unidos da América (EUA), dizia, só estão a remastigar a velha cultura europeia, e o problema verdadeiro consistiria em saber em que medida aquele país, com o peso de sua produção econômica, estaria obrigando a Europa a mudar sua ordem socioeconômica antiquada.

É diante do corpo de idéias apresentado acima que se situa a análise gramsciana acerca do Rotary Clube, o qual, no entendimento do autor, tratava-se de uma das estratégias do “americanismo”.

A problemática do Rotary Clube aparece na Europa, sobretudo na realidade italiana, atrelada aos conflitos e disputas de grupos religiosos. Relata Gramsci que os jesuítas criticavam a instituição por suas ligações com a maçonaria e o protestantismo, vendo nele um elemento do “americanismo” e por isso de uma mentalidade anti-católica. Entretanto,

explicava e percebia o autor, que o Rotary Clube não queria ser estritamente nem confessional nem maçônico, e que todos os credos ingressavam em suas fileiras.

Apesar de suas origens estarem ligadas a profissionais liberais, já que foi fundado nos Estados Unidos em 1905 por um advogado, Paul Harris, e amigos, o Rotary Clube historicamente caracterizou-se por ser uma organização dos grupos que dispunham de maior poder aquisitivo vocacionada a internacionalizar-se. A partir de um dos programas desta instituição analisado por Gramsci encontramos que: “[...] *Um Rotary Club é um grupo de homens de negócios e profissionais liberais, os quais, sem juramentos secretos nem dogmas ou credos, [...] aceitam a filosofia do serviço.*” (GRAMSCI, 2001, p. 297)

Respondendo sobre o que consistia realmente o Rotary Clube, e o que era a chamada “filosofia do serviço”, Gramsci (2001) argumenta:

[...] Parece que o seu programa essencial baseia-se na difusão de um novo espírito capitalista, na idéia de que a indústria e o comércio, antes de serem um negócio, são um serviço social; ainda mais, são e podem ser um negócio na medida em que representam um “serviço”. Assim, o Rotary desejava que o “capitalismo de rapina” fosse superado e se instaurasse um novo costume, mais propício ao desenvolvimento das forças econômicas. (p. 295-296)

O capitalismo de rapina precisava ser superado por um capitalismo mais “humanitário” onde prevalecesse certa dose de “honestidade” e “lealdade” nos negócios.

Tal nova filosofia e espírito capitalista, diz Gramsci, buscaram unir todos os associados, independentemente de credo religioso, em torno de um objetivo comum: a prestação de serviços.

Por isso essa nova organização capitalista representaria uma superação orgânica da maçonaria e de outras formas de assistencialismo, marcadamente pautadas e movidas por crenças e convicções religiosas - traço este de outras formações sócio-históricas, porém, ainda hoje muito comum na sociedade capitalista - já que se definiriam interesses mais concretos, vinculados à própria ordem industrial capitalista e possibilitar-se-ia a filiação de pessoas de diversos credos, religiosos ou não, desde que alinhadas em torno da idéia da indústria como um “serviço”.

Ainda segundo o autor, o código moral rotariano, aprovado num congresso em Saint Louis (EUA) baseava-se no princípio de o clube ser fundamentalmente uma filosofia de vida que pretendia conciliar “*o eterno conflito existente entre o desejo de cada um de ganhar e o dever e conseqüente impulso de servir ao próximo*”. Resumia-se da seguinte forma a filosofia do serviço: “*dar de si antes de pensar em si, baseada no princípio moral: quem serve melhor ganha mais.*” É bastante emblemático o trecho da fala de um rotariano que Gramsci seleciona:

[...] transformou-se a honestidade num interesse, criando-se a nova figura do homem de negócios que sabe associar, em todas as atividades profissionais, industriais e comerciais, o seu interesse ao interesse geral, o qual é, no fundo, o verdadeiro e grande objetivo de toda atividade, pois cada homem que trabalha nobremente serve mesmo inconscientemente ao geral. (GRAMSCI, 2001, p. 297).

É possível afirmar que o componente ético-político da filosofia rotariana guarda muita proximidade com a idéia de “responsabilidade social empresarial” assumida pelos capitalistas contemporâneos numa operação que, apesar de pertencerem à esfera “privada”, servem aos interesses “públicos”, conforme veremos posteriormente.

Em *Americanismo e Fordismo*, Gramsci (1988) chega mesmo a afirmar que “o Rotary é uma maçonaria sem pequenos burgueses e sem a mentalidade pequeno-burguesa” (p.382), o que revelava uma preocupação de qualidade superior em torno da questão social.

Além disso, também reproduzindo a fala de outro rotariano, lemos em Gramsci que o Rotary Clube estava entre “as instituições internacionais que visavam, ainda que pela via da negociação, à solução dos problemas econômicos e industriais comuns” (p.297). Assim, também se tratava de uma nova arma, um novo padrão organizativo, na luta do capital contra o trabalho.

Avançando, mais precisamente na década de 1960, com o polonês Paul A. Baran e o estadunidense Paul M. Sweezy em seu estudo *Capitalismo Monopolista*, obtemos novas dimensões críticas para o entendimento das intervenções dos capitalistas na questão social.

O estudo se empenhou em mostrar a mudança do regime competitivo para o regime monopolista, marcado pela supremacia das grandes empresas, ligadas entre si por uma rede de instituições financeiras que passavam a ocupar o centro da dinâmica capitalista, sobrepondo-se ao velho modelo da estrutura capitalista analisado por Marx, que se baseava num grande número de pequenas empresas, no geral isoladas entre si, disputando no mercado a preferência dos consumidores.

Em um dos capítulos da referida obra, intitulado *A Sociedade Anônima Gigante*, os autores analisavam o novo perfil que muitas empresas capitalistas vinham adquirindo. Entre os aspectos mais importantes do paradigma da “sociedade anônima”, além da questão dessas empresas criarem mecanismos internos para se tornarem financeiramente independentes, mediante criação de fundos, e assim ganharem uma relativa autonomia de certos centros financeiros, Baran e Sweezy (1966) relatavam o fato de que nelas o controle ficava predominantemente nas mãos da “administração”: no conjunto de diretores e principais funcionários executivos que se dedicavam à empresa em tempo integral, cujos interesses e

carreira estavam ligados ao destino dela. Assim, os autores mostravam que tal segmento dentro das empresas tinha o papel de harmonizar os interesses e políticas da mesma, com os dos clientes, fornecedores, banqueiros, acionistas, entre outros.

Que o novo formato empresarial era algo distinto da mera ampliação do formato clássico já não restava dúvida aos autores, entretanto, havia uma volumosa literatura que argumentava enfaticamente que a moderna empresa representava um rompimento qualitativo em relação ao velho formato de empresa individual e que poderíamos esperar delas, a partir de então, comportamentos “radicalmente” diferentes. É sobre isso que discordavam e com base nos escritos dos ideólogos da grande empresa, iniciam sua empreitada crítica.

Toda apologia desmedida que estava sendo disseminada, acerca de um novo papel das empresas naquela nova etapa do capitalismo, não lhes passaria em branco. É assim que chamam atenção, por exemplo, para um trabalho de autoria de Carl Kaysen, apresentado em 1956 na reunião da Associação Americana de Economia, que discorria positivamente acerca da ampliação do âmbito da responsabilidade assumida pela administração no comportamento da companhia moderna, entendendo ser, esta última, “dotada de alma”.

O que particularmente mais lhes chamavam atenção era que a idéia de “empresa dotada de alma” generalizava uma opinião nos EUA de que a maximização dos lucros deixaria de ser o princípio orientador da empresa comercial, ou seja, que ela seria capaz de subordinar sua ânsia por ganhos a uma variedade de outros objetivos e metas, que, como julgavam os autores, seriam “*quantitativamente menos preciosos, porém qualitativamente mais valiosos.*” (p.32)

A tendência e o reconhecimento de uma mutação no âmbito empresarial, da empresa individual e até mesmo familiar para a empresa da “administração”, na concepção de Baran e Sweezy (1966) ficou assim expressa:

O dirigente empresarial de hoje é um tipo muito diferente do magnata de há 50 anos. Sob um aspecto, ele representa um retorno aos dias anteriores ao magnata; sua principal preocupação é novamente a vigilância e regulamentação de um determinado processo industrial ao qual sua sobrevivência está ligada. Por outro lado, sob outro aspecto é a antítese do empresário e do magnata clássicos ao mesmo tempo: estes foram individualistas por excelência, ao passo que ele é a espécie principal de um gênero conhecido como “homem da organização”. Há muitas formas de descrever o contraste entre o magnata e o dirigente moderno. O primeiro foi o pai da empresa gigante, o segundo é seu filho. O magnata permanecia fora e acima, dominando a empresa. O dirigente é um homem de dentro, dominado por ela. A fidelidade do primeiro é para consigo mesmo e sua família [...]; a fidelidade do outro é para com a organização a que pertence e através da qual se expressa. Para o primeiro, a empresa era apenas meio de enriquecimento; para o segundo, o bem da companhia tornou-se uma

finalidade ao mesmo tempo econômica e ética. O primeiro roubava da empresa, o segundo rouba para ela. (p.39)

Justamente por procederem nesta linha de argumentação, insistirem na tese da substituição do capitalista individual pelo capitalista da sociedade anônima, puderam perceber uma mudança no padrão da própria filantropia capitalista:

[...] a filantropia individual parece ter um papel cada vez menos destacado – a tal ponto que um dos maiores homens de negócios do país, escrevendo sobre os problemas do mundo empresarial, sentiu-se capaz de dar a um dos seus capítulos o título de “O Filantropo em Desaparecimento”. (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 53)

Baran e Sweezy reconheciam que a mera acumulação do capital, como atividade única e restrita do capitalista (o clássico “burguês”), era algo que somente perdurou na infância do sistema. Como disse Marx, após um período em que predominaram o impulso pelo enriquecimento e a avareza como paixões supremas, tornava-se necessário certo grau de esbanjamento da riqueza, que servia para os capitalistas ao mesmo tempo como forma de exibição social e meio de obtenção de créditos. O luxo fazia parte dos custos de representação do capital (MARX, 1982, p. 690).

Valendo-nos do que expressaram Baran e Sweezy, além de sua forma mais clássica, qual seja, o desperdício ostensivo, o esbanjamento, a prodigalidade, também a filantropia estava entre as despesas de representação do capital. Como ressaltam: “*Ambos tiveram sempre o que hoje se chamaria de finalidade de relações públicas: o primeiro, espantar e intimidar o público; o segundo grajear-lhe a fidelidade e a afeição*”. (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 53)

Como mostram os autores, o desaparecimento do filantropo capitalista individual - daquele homem bondoso que doava de tempos em tempos quantias em dinheiro nas solenidades públicas para as mais diversas instituições demandantes da sociedade - em decorrência de sua substituição pela “administração”, não significava o desaparecimento da filantropia capitalista, que passaria então a ser cada vez mais institucionalizada e racionalizada pela empresa.

Tratava-se na verdade de uma mudança de forma e método da filantropia do capital:

[...] ela está sendo institucionalizada e, embora até o momento as fundações se tenham destacado, as próprias empresas estão desempenhando um papel cada vez mais importante no apoio privado às instituições de estudos superiores. Sem dúvida, estão certos os observadores que identificam nisso uma tendência que continuará no futuro indefinido; por fim, talvez, o custo

de quase toda filantropia privada recairá diretamente sobre as grandes companhias. (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 54)

E finalizavam suas considerações acerca das grandes empresas e sua filantropia demonstrando por um lado a positividade e por outro a negatividade da idéia de C. Kaysen de “empresa dotada de alma”, não sem ironia:

É nessa área de filantropia, e nas tentativas de relações públicas que a acompanham e estão intimamente relacionadas com ela, que encontramos um elemento genuíno de verdade na idéia de “empresa dotada de alma”. Ao criticar, antes, tal noção, rejeitamos a opinião do trabalho de Kaysen, *The social Significance of the Modern Corporation*, segundo a qual a maximização do lucro deixou de ser o princípio orientador do comportamento das empresas. Mas quando Kaysen afirma que as “responsabilidades [da empresa moderna] para com o público em geral são amplas” e entre elas inclui a “liderança nos empreendimentos filantrópicos locais, preocupação com a arquitetura da fábrica e a paisagem, apoio à educação superior, e mesmo a pesquisa na ciência pura”, não há razão para discordar. Tendo maximizado seus lucros, as empresas se sentem chamadas a participar desse tipo de atividades, e quase certamente o farão em proporções crescentes. Se tal participação for uma emanção da alma empresarial, então a existência dessa entidade metafísica pode ser considerada como uma realidade. Mas trata-se de uma alma conhecida, e não de uma alma nova. Fugindo do corpo agonizante do filantropista capitalista, ela migrou para a empresa capitalista. Para o sistema como um todo, não houve qualquer aumento ou intensificação de alma. (BARAN & SWEEZY, 1966, p. 55)

Creemos ter oferecido aos leitores, com a visão de autores que partilham o mesmo campo teórico, alguns elementos para o melhor entendimento das motivações, razões e mesmo mutações das intervenções capitalistas na questão social que vão desde comportamentos pouco consistentes e pontuais até formas dotadas de maior racionalização prática e discursiva.

(1.2) O surgimento de novos formatos e conceitos para a filantropia do capital no Brasil

Em geral, como mencionamos, o desenvolvimento do capitalismo no globo foi marcado por práticas de intervenção dos capitalistas na questão social, algumas de maneira mais orgânicas e racionalizadas, outras nem tanto, limitando-se a ajudas tópicas, sem referenciar-se em um corpo de idéias tão coeso, com sistematicidade, como pano de fundo orientador das ações.

O desenvolvimento industrial capitalista no Brasil fez com que a classe trabalhadora entrasse em cena, obrigando as classes dominantes e o Estado (sociedade política) a se posicionarem. No tratamento da questão social tivemos um movimento que foi da realização de ações caritativas e filantrópicas pelas classes dominantes à centralização e racionalização da atividade assistencial pelo Estado (sociedade política). Para Cesar (2008):

[...] a posição do empresariado no que se refere à questão social, variou no curso do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O pêndulo dessas variações move-se a partir do extremo liberalismo, contrapondo-se à qualquer iniciativa de implementar a regulamentação trabalhista e social. Depois passa a uma incorporação “restrita” da intervenção estatal, para a qual foram canalizados os “dilemas nacionais”, e chega à defesa da participação ativa da empresa na realização do “bem comum” como parte de sua função social. (p. 203)

Na fase inicial que abrigou o início e expansão das indústrias nacionais, marcada pela recusa dos empresários à regulação estatal do trabalho, algumas poucas e grandes fábricas realizavam serviços de assistência social aos seus trabalhadores que se davam na forma de creches, facilitação de moradia, entre outros.

Com relação às formas de ajuda sob manto paternalista e benemerente do empregador, podemos citar, por exemplo, a criação das vilas operárias. Estas, ao mesmo tempo em que tornavam mais fácil o acesso à moradia, funcionavam também, principalmente, como mecanismo de tornar o trabalhador mais dependente da empresa e de seus serviços, e instância de controle e disciplina com vistas à ampliação da exploração no universo da produção.

Durante a ditadura Vargas (1930-1945) esses serviços cresceram em número com a ambição de serem uma ação alternativa à criação e alargamento do escopo legal dos direitos mínimos do trabalhador. Data desta época o surgimento da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em 1942 que incrementou e reorganizou as ações do aparelho assistencial privado. Entretanto, a instituição que assumiria maior destaque, por demonstrar uma preocupação mais densa dos capitalistas em relação à questão social, seria o Serviço Social da Indústria (SESI).

Em um contexto diverso, na década de 1980 e, principalmente, 1990, assistimos no Brasil não só a continuidade de um movimento antigo, mas a sua ampliação e uma revitalização, que lhe conferiu novo caráter. Agora, parece não se tratar apenas de ações para conter uma possível legislação da parte do Estado (sociedade política) em favor dos trabalhadores, ou de afastá-los de uma influência comunista (“dissolvedora”), mas de firmar o projeto de sociabilidade neoliberal, eliminando de uma vez por todas o ideário de que é possível e necessário ir além da ordem do capital, de suprimir o debate político sobre a

questão das classes sociais, banir do imaginário, ainda que este se dê nos marcos da ordem vigente, a possibilidade de haver e consolidar direitos e políticas sociais estatais que amparem as classes subalternas.

Diante do quadro sócio econômico de crise capitalista global gestado na década de 1970 e dos imperativos de consolidação de um sistema político democrático no país no início da década de 1980, observou-se nos meios empresariais uma intensa atividade reorganizativa visando expandir sua intervenção e influência na sociedade:

[...] Ao contrário de utilizar a via coercitiva e autoritária dos pactos “pelo alto”, a burguesia brasileira, para realizar-se como classe dirigente na ordem democrática, passou a reciclar suas lideranças e seus órgãos de representação e procurou também renovar seu pensamento e suas bases conceituais para obter a adesão em torno do seu projeto social. Para isso, tornou-se fundamental influir, de forma expressiva, na busca de novos caminhos para o capitalismo brasileiro, quer pela formulação de estratégias e políticas alternativas, quer pela adoção de uma perspectiva de cunho social. (CESAR, 2008, p. 234)

Esta perspectiva de “cunho social” por parte dos capitalistas brasileiros, gestada principalmente na década de 1980 para a de 1990, colocou-se como requisito para a condição de hegemonia empresarial e foi que alterou todo formato da antiga filantropia do capital no país. Será necessário, para o entendimento dessa nova virada filantrópica, tratarmos do surgimento de algumas instituições e premiações, porque além de explicarem o caráter “novo” dessas ações, relacionam-se diretamente com o projeto social tema de nosso estudo.

No processo de consolidação das novas práticas filantrópicas empresariais é emblemático o surgimento do “Prêmio Eco” considerado o mais importante e tradicional prêmio destinado às intervenções dos capitalistas na questão social no país, veiculando a necessidade das empresas serem “cidadãs”. Vale registrar que o Projeto Formare foi contemplado em 2004 com tal premiação. Nesse contexto de ascensão e consolidação da filantropia empresarial ressaltamos também a criação do Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), em que figuraram e despontaram as noções de “Terceiro Setor” e “Investimento Social Privado”, e que teve como presidenta e grande articuladora, a socióloga, gestora de projetos sociais e empresária, Evelyn Ioschpe, que também preside a Fundação Iochpe, entidade da empresa Iochpe-Maxion que criou o Projeto Formare. Além disto, uma expressiva entidade surgida neste contexto foi o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social Empresarial, que coroou a noção de “responsabilidade social empresarial” como estratégia administrativa e de intervenção capitalista na questão social, noção a qual se pauta e se vale o Projeto Formare (e as empresas que o adotam).

O “Prêmio Eco” foi criado pela Câmara Americana de Comércio de São Paulo cuja sigla é Amcham-SP. Fundada em 1919, a Amcham-SP é uma organização privada e “sem fins lucrativos” que congrega milhares de empresas de pequeno, médio e grande porte. A instituição é a segunda maior Câmara Americana de Comércio do mundo e a maior fora dos Estados Unidos. Segundo consta no livreto *Tendências do Prêmio Eco: A cultura da Cidadania Empresarial no Brasil*¹⁶ sua missão é “servir seus associados influenciando construtivamente políticas públicas no Brasil e nos Estados Unidos, promovendo o comércio, o investimento e a cidadania empresarial” (p. 4). Dentro deste espírito, que na década de 1970 criou-se na entidade o Comitê de Relações Comunitárias¹⁷ objetivando, entre outros, difundir experiências e estimular a formação de parcerias entre empresas, poder público e organizações da sociedade civil.

Em 1982, a Amcham-SP lançou o “Prêmio Câmara Americana de Contribuição Empresarial à Comunidade”, que viria, a partir de 1985, a se chamar apenas “Prêmio ECO” (Prêmio Empresa-Comunidade). A idéia pioneira era concedê-lo às empresas que mais contribuía com programas de melhoria da qualidade de vida, do ambiente de trabalho, do bem estar da comunidade e das condições sociais do país de maneira mais geral.

No ano de 1987 seus objetivos foram reformulados e ampliados visando chamar a atenção de todos os associados e demais interessados aos “bons exemplos” de práticas empresariais nacionais e estrangeiras que vinham sendo desenvolvidas no “campo social”. De acordo com o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS):

[...] Tal evolução num período tão curto de tempo já refletia o principal mérito do Prêmio ECO: reconhecer e disseminar o conceito de Cidadania Empresarial ao estimular um número cada vez maior de empresas a assumirem seu papel social, pois ao levar seus objetivos para além do limite dos negócios elas assumiam posição de vanguarda nos quadros da iniciativa privada brasileira. Assim, o Prêmio ECO passou a gerar um benéfico efeito multiplicador, que vem, a cada ano, se mostrando no amadurecimento das decisões empresariais brasileiras. (p. 7, 2003)

É interessante atentar para as mudanças de aprofundamento dos intentos e concepções da premiação. No referido material há um balanço detalhando as fases de sua existência.

¹⁶ A partir de 2002, quando o Prêmio ECO completou 20 anos, o Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) produziu tal estudo.

¹⁷ No documento/livreto encontramos que um dos empreendimentos do referido comitê foi o fato dele ter sido o núcleo inicial do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), importante instituição que será pormenorizada mais a frente.

Uma primeira fase compreende o período de seu surgimento (1982) até 1988, caracterizada pela não existência de “categorias” claramente definidas para se premiar os melhores projetos sociais. Era um período, segundo se afirma, em que os temas e as estratégias não estavam bem delimitados, o foco das ações era quase inexistente e a sua natureza era ainda “conservadora e compensatória”:

Empresas e sociedade civil ainda tateavam na construção do melhor caminho para uma contribuição na transformação da realidade social brasileira. As ações ainda eram bastante pautadas em contribuições decorrentes da convicção ou da vontade de empresários ou de grupos de funcionários, que se concretizavam em formas tradicionais de doação. A visão predominante no Brasil ainda entendia o enfrentamento da questão social como responsabilidade exclusiva do Estado, um contexto no qual a caridade era entendida e praticada como um ato privado de ajuda ao próximo. Os projetos vencedores nessa fase, de um modo geral, refletiam iniciativas de caráter pontual, que envolviam ações pouco articuladas e de impacto social restrito. O envolvimento de atores do setor público, do setor sem fins lucrativos e de competências organizacionais específicas do setor privado, como o uso de ferramentas de gestão, era ainda incipiente. (CEATS, 2003, p. 8-9)

Já numa fase posterior, entre os anos de 1989 a 2003¹⁸, em decorrência de uma maior racionalização, os projetos passaram a ser classificados em categorias específicas. Mais especificamente em 1991 a premiação levava em conta cinco quesitos que ainda hoje vigoram na instituição: Educação, Cultura, Meio Ambiente, Participação Comunitária e Saúde. O “desenvolvimento” e a “sustentabilidade” das comunidades figuravam agora como temas dos projetos vencedores:

Nessa fase, os projetos que concorriam ao Prêmio ECO passaram a refletir uma idéia renovada de Cidadania Empresarial e ampliaram o escopo e a abrangência das ações. A utilização e o desenvolvimento de tecnologias, o incentivo às pesquisas e o envolvimento das comunidades abrangidas e de organizações de outros setores começaram a caracterizar os projetos vencedores. Essas intervenções mais abrangentes e sistemáticas começaram a gerar resultados mais duradouros junto aos beneficiários e o amadurecimento das estratégias e formas de atuação das próprias empresas. (CEATS, 2003, p. 10)

Detalhe interessante, revelador de como as iniciativas sociais dos empresários transformavam-se adquirindo um caráter mais expansivo e organizado, pode ser percebido na própria composição do corpo de jurados dos projetos concorrentes ao prêmio no decorrer dos anos. Conforme consta no documento, entre os anos de 1982 a 1986, os júris eram compostos

¹⁸ Os 14 anos de amadurecimento, conforme se encontra no livreto, tiveram um adensamento com a atuação e surgimento de outras instituições como o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) uma ONG fundada pelo sociólogo Herbert de Souza, o “Betinho”, e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social, fundado por Oded Grajew e outros empresários, pormenorizado mais a diante.

basicamente por empresários e gestores brasileiros e estrangeiros. Entre 1987 até 1993, os júris passaram a contar também com a participação de jornalistas de mídia impressa e televisiva, valendo-se assim do apoio dos meios de comunicação para melhor legitimar socialmente as iniciativas da “nova” filantropia do capital. De 1994 em diante, os júris passaram a ser compostos por especialistas em cada um dos cinco quesitos.

Como uma das principais instituições da intervenção dos capitalistas na questão social, a Amcham-SP segue seu trabalho de fomentadora da filantropia capitalista com o Prêmio ECO. Nesses 14 anos, houve mudanças de concepções e maior integração das empresas com as comunidades locais decorrente da maturidade que as práticas e projetos empresariais adquiriram. Os critérios de seleção de projetos demandam um grau de refinamento¹⁹ muito maior no qual o mérito é concedido àqueles que extrapolam o assistencialismo buscando sempre “resultados”. Assim são descritos os atuais critérios avaliativos:

1. Relevância social do projeto: refere-se ao grau de compromisso da empresa com causas de interesse público e com o próprio fortalecimento das comunidades que o projeto revela.
2. Resultados alcançados: refere-se aos efeitos e/ou impactos do projeto que permitam avaliar sua importância para os beneficiários e para a comunidade mais ampla, bem como a consistência das estratégias de ação empregadas.
3. Viabilidade/Inovação: refere-se à capacidade do projeto de estabelecer estratégias e metodologias de ação adequadas e criativas, tendo em vista a natureza do problema enfrentado, o contexto e a região em que está inserido e o alcance dos objetivos propostos.
4. Possibilidade de disseminação ou replicação: refere-se ao grau de elementos conceituais, estratégicos ou metodológicos que podem ser aplicados em outros contextos que o projeto contém.
5. Qualidade das informações prestadas: refere-se ao grau de clareza do relatório na apresentação das informações solicitadas no roteiro de apresentação do projeto, que sinaliza a adequação de objetivos e propósitos da empresa em relação à sua prática social, além da existência de mensuração de resultados e impactos do projeto. [...]
6. Interação e relacionamento com outras organizações: refere-se ao grau de abertura da empresa em sua interação com os diversos atores da sociedade que têm influência sobre o foco social de atuação.
7. Coerência com as práticas de gestão da empresa: refere-se à consistência e sinergia entre o programa social descrito e as práticas e ferramentas de gestão da empresa. (CEATS, 2003, p. 19-20)

Foi levando em conta tais critérios que em 2004 o Projeto Formare foi coroado vencedor da premiação projetando-se mais no cenário nacional.

¹⁹ Isto pode ser notado até mesmo no que diz respeito às cerimônias de premiação que já contaram com a presença de personalidades engajadas na área, caso de Gro Harlem Brundtland, ex- primeira ministra da Noruega e criadora do conceito de “desenvolvimento sustentável”, Hazel Henderson, líder de movimentos sociais internacionais, e Al Gore, vice-presidente dos Estados Unidos na gestão Bill Clinton e ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 2007. Informações disponíveis em: <<http://www.premioeco.com.br/historico>>. Acesso: 23 mar. 2009.

Na trilha da racionalização da intervenção capitalista na questão social encontra-se o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de “interesse público”. Nela, tem-se como empresa componente de seu quadro associativo, entre muitas outras, a Iochpe-Maxion e a Fundação Iochpe, respectivamente onde nasceu e se aprimorou o Projeto Formare.

O GIFE surgiu informalmente em 1989, a partir de um grupo de empresários articulados num comitê de filantropia da Amcham-SP (Comitê de Relações Comunitárias). Somente em 1995 foi formalmente instituído por 25 organizações. Na ocasião do dia 26 de maio daquele ano a Assembléia de Constituição do GIFE aprovou seu primeiro documento, o *Código de Ética*, que assim dizia:

O GIFE existe para congregar entidades e empresas que, livremente e com recursos próprios, investem tempo, talento e recursos materiais, promovendo e executando atividades sistemáticas de apoio ao desenvolvimento social da nação, pelo estímulo à cidadania participativa, objetivando operar dentro de altos padrões éticos. O GIFE advoga a dignidade do homem e sua primazia sobre todos os outros valores de ordem material, equiparando assim o desenvolvimento social ao próprio bem comum, o qual é, em última análise, a própria razão de ser do GIFE. Os conceitos e a prática do investimento social defendidos pelo GIFE derivam da consciência da responsabilidade e reciprocidade para com a sociedade, assumida livremente por institutos, fundações ou empresas, associados ao GIFE. (GIFE, 1995, p. 1)

Entre as razões de seu surgimento, como mesmo apontam, estava a difusão, nos anos 1990, dos conceitos de “terceiro setor”, “desenvolvimento sustentável” - promovido pela Organização das Nações Unidas no Brasil na conferência ECO 92 - e “responsabilidade social empresarial”; a intensificação do debate pelos grupos conservadores no processo de redemocratização acerca da incapacidade do Estado (sociedade política) em dar conta “sozinho” da questão social; e também o desgaste na opinião pública das ações filantrópicas tradicionais, provocado, entre outros, pela corrupção no sistema social e na Legião Brasileira de Assistência (LBA)²⁰.

A idéia de “terceiro setor” funcionou como abrigo ideológico das novas ações sociais capitalistas e também para sua profissionalização. Conforme afirma Montañó (2003) o termo “terceiro setor” é de procedência estadunidense, contexto onde a cultura política tem forte

²⁰ Fundada em 1942 pela primeira-dama Darcy Vargas tinha o objetivo de ajudar as famílias dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito se tornou um órgão de assistência a famílias necessitadas em geral. A LBA em sua história sempre foi presidida pelas primeiras-damas. Em 1991, sob a gestão de Rosane Collor de Mello, foram feitas denúncias de esquemas de desvios de verbas na instituição. A LBA foi extinta durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. A primeira dama da ocasião, Ruth Cardoso, como veremos no capítulo segundo, continuou o trabalho filantrópico de maneira muito mais “profissional”.

marca do individualismo liberal cuja maior expressão são as práticas de associativismo e voluntariado. Além da nacionalidade do termo, o autor destaca sua vinculação com os interesses de classe, já que foi cunhado e propugnado em 1978 por John D. Rockefeller²¹ III. Nas palavras deste milionário:

Nós, americanos, sempre nos orgulhamos da vitalidade de nosso país. No entanto, frequentemente deixamos de reconhecer uma das principais razões da nossa vitalidade: o fato de que desenvolvemos, no decorrer dos mais de dois séculos de nossa existência, um notável sistema de três setores (three sector system). Dois setores são instantaneamente reconhecíveis para todos: o *mercado* e o *governo*. Mas o terceiro é tão negligenciado e tão pouco compreendido, que fico tentado a chamá-lo de 'setor invisível'. O terceiro setor é o setor privado sem fins lucrativos. Inclui dezenas de milhares de instituições absolutamente indispensáveis à vida da comunidade, através da nação – igreja, hospitais, museus, bibliotecas, universidades e escolas privadas, grupos de teatro, orquestras sinfônicas, e organizações de assistência social de vários tipos. Todas elas dependem, para sua sobrevivência, de contribuições voluntárias de tempo e dinheiro por parte dos cidadãos (*apud* Landim, 1999: 70) (MONTAÑO, 2003, p. 53)

A idéia de “terceiro setor”, que vê a realidade social particionada em três esferas autônomas é fruto do *modus operandi* dicotômico, típico do pensamento liberal, acerca das categorias “público”, identificada sumariamente com Estado (sociedade política), e “privado”, como sendo o que se chama de “mercado”.

Atualmente, as definições mais encontradas acerca do “terceiro setor” são as de que ele seria o “privado” voltado ao “interesse público” (identificado também como o “privado” que busca ao “bem comum”); o “público porém privado”²²; o “privado”, “não-governamental” e “não mercado” porque sem fins lucrativos (não voltado ao lucro) ou ainda o “público não-estatal”²³. Tais definições, que numa meditação mais apurada tornam-se altamente problemáticas, objeto de múltiplas objeções e questionamentos, não impediram aos capitalistas, em momento algum, serem considerados integrantes do “terceiro setor”, através

²¹ A família Rockefeller é uma renomada família de Cleveland que através de John D. Rockefeller (1839-1937) ("Sênior") e seu irmão William Rockefeller (1841-1922), fizeram a maior fortuna privada do mundo na indústria petrolífera durante o final dos séculos XIX e início do século XX. Segundo dados da enciclopédia eletrônica Wikipédia, J.D Rockefeller I doou ao longo do seu tempo de vida, US\$ 540 milhões de dólares. Seu filho, "Junior" também doou mais de US\$ 537 milhões durante o seu tempo de vida, elevando o total de filantropia em apenas duas gerações da família a mais de US\$ 1 bilhão a partir de 1860 a 1960. Somado a isso, o New York Times declarou em um relatório, em novembro de 2006, que David Rockefeller, neto de J.D.R I, teria doado a caridade até o momento cerca de US\$ 900 milhões. A Fundação Rockefeller, fundada em 1913, é a famosa entidade filantrópica criada pelo Sênior e Júnior.

²² Com alto grau de esquematismo teórico, típico das análises maniqueístas dos apologistas do “terceiro setor”, encontramos em Fernandes (2001), autor da referida expressão que tomamos nota, o seguinte acerca dos agentes e suas finalidades (a destinação de suas ações): Privado para fins privados = Mercado; Públicos para fins públicos = Estado; Privado para fins públicos = Terceiro Setor; Públicos para fins privados = corrupção.

²³ Expressão muito utilizada pelos intelectuais atrelados a Fernando Henrique Cardoso na promoção de “reformas” no Estado brasileiro durante a década de 1990. Iremos abordar isto no capítulo dois deste trabalho.

de seus institutos e fundações empresariais, encampando a linha de frente de várias ações sociais, publicações, eventos e pressões sobre o Estado (tendo em vista legislações que beneficiem as entidades do suposto “setor”) etc.²⁴

O GIFE, seguindo as pegadas iniciadas pela Amcham-SP com o Prêmio Eco, repensou a antiga prática assistencialista capitalista, condenando-a. A simples doação de dinheiro para entidades e pessoas físicas deveria ser descartada em detrimento da elaboração de projetos melhor estruturados, dotados de metodologia e maior profissionalismo. Daí o ponto principal da instituição que cunhou o termo Investimento Social Privado (ISP):

Investimento social privado é o repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, monitorada e sistemática para projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Incluem-se neste universo as ações sociais protagonizadas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias ou indivíduos. A preocupação com o planejamento, o monitoramento e a avaliação dos projetos é intrínseca ao conceito de investimento social privado e um dos elementos fundamentais na diferenciação entre essa prática e as ações assistencialistas. Diferentemente do conceito de caridade, que vem carregado da noção de assistencialismo, os investidores sociais privados estão preocupados com os resultados obtidos, as transformações geradas e o envolvimento da comunidade no desenvolvimento da ação. (<http://www.gife.org.br/investimento.php>)

Com o nascimento desta nova ideologia podemos reparar a ambição dos capitalistas, em sua atual filantropia, de se livrarem da noção de caridade e assistencialismo (filantropia pueril) que historicamente foram carregadas de significação negativa²⁵. Além disso, há claramente a perspectiva de “envolverem” mais as comunidades ao projeto de sociabilidade empresarial. Tal pensamento traduz uma preocupação superior das empresas de que não basta o simples amparo material aos desassistidos, mas que é preciso que sejam capazes de fornecer também sentidos e valores para o viver e existir.

Isto se fez ainda mais notável quando em 1996 o então chamado “*Encuentro Iberoamericano de Filantropia*”, que tinha tido suas duas primeiras edições realizadas respectivamente em Espanha e México, foi trazido ao Brasil pelo GIFE, ocasião em que passou a ser intitulado de “Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor”, resultando inclusive num livro com artigos de intelectuais do Brasil e do mundo discutindo a noção/conceito de “terceiro setor”. A mudança nominal de “Filantropia” para “Terceiro

²⁴ Grande parte da literatura existente sobre o assunto considera os institutos e fundações empresariais como entidades do “terceiro setor”.

²⁵ Assumimos a compreensão de que a significação negativa que a filantropia recebeu em determinados momentos históricos foi sempre resultado do processo de luta de classes. O movimento dos trabalhadores, organizado e combativo, do qual a crítica comunista é expressão, sempre denunciou a filantropia como arma das classes dominantes na luta social.

Setor”, como deixou claro a presidenta do GIFE, Evelyn Ioschpe, não foi gratuita. No prefácio de *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*, organizado pela mencionada presidenta, lemos que:

No Brasil o GIFE [...], adensando sua visão conceitual, decidiu acolher o empreendimento mudando-lhe a designação. *Filantropia* vem do grego e significa “amor à humanidade”, implicando uma ação altruísta e desprendida. As fundações, institutos e empresas reunidos pelo Grupo vieram iniciar-se seus programas num momento em que a ótica de mercado já não permitia este desprendimento, exigindo a previsão de retorno do investimento realizado tanto em relação ao beneficiário como ao investidor. É claro que este retorno não se traduz em moeda, mas sim em desenvolvimento. *Filantropia*, no entanto, não é igual a *desenvolvimento social*, que é uma ação tradicionalmente atribuída ao Primeiro Setor, o governo. [...] Sob o impacto de um Estado que vem diminuindo sua ação social e de uma sociedade com necessidades cada vez maiores, cresce a consciência nas pessoas – tanto físicas quanto jurídicas – de que é necessário posicionar-se proativamente no espaço público, se o que se deseja é um desenvolvimento social sustentado. (IOSCHPE, 1997, p. I-II)

O interesse em gerar “desenvolvimento social”, que, como dizem, seria a marca da prestação assistencial do Estado (sociedade política), agora impossibilitada perante sua crise, mostra a ambição da “nova” filantropia do capital em querer concorrer e no limite substituí-lo, ainda que para isto seja imprescindível o uso e transferência de recursos orçamentários estatais bem como as formas desenvolvidas para a baixa e restrita tributação da atividade empresarial.

Como afirmou em entrevista²⁶ a socióloga e gerente de projetos sociais que assumiu a direção executiva do GIFE em 1999, Rebecca Raposo, a noção de “investimento social privado”, que no início era apenas uma expressão para indicar que a rede GIFE diferenciava-se do conceito de filantropia, com a ajuda do gerente de comunicação Judi Cavalcante, tomou a forma de conceito. É assim que numa outra seção do sítio eletrônico da instituição encontramos uma definição de “investimento social privado” que dá maior dimensão de profundidade do seu significado:

[...] O Investimento Social Privado - pauta de trabalho do GIFE - é uma especificação da Responsabilidade Social - que se dá quando a empresa decide profissionalizar ou institucionalizar sua ação social com a comunidade, ou seja, quando ela decide repassar recursos privados para fins públicos. Quando a empresa transfere para a área social seu know-how de gestão, planejamento, cumprimento de metas, avaliação de resultados para

²⁶ Entrevista disponível em: <http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=6430>. Acesso: 7 jun. 2009.

promover transformação social, ela está praticando investimento social privado. [...] (<http://www.gife.org.br/diferenca.php>)

Sob tal perspectiva, segundo o artigo 4º de seu estatuto, para alcançar seus objetivos, o GIFE vale-se de várias iniciativas: promoção de parcerias e alianças de seus associados com o Estado (sociedade política) e outros atores (nacionais e internacionais); organização de cursos, seminários, workshops; produção e edição de publicações, entre outros.

Com relação à atuação de forma articulada com o Estado (sociedade política), ressaltamos o projeto “Marco Legal do Terceiro Setor e Políticas Públicas” (MLPP)²⁷, constituído pelo GIFE, o qual visa a aprimorar a legislação que regula o funcionamento do “terceiro setor” no Brasil, como também ajudar e influenciar no desenvolvimento de políticas públicas nas áreas social, cultural e ambiental.

Poderíamos ser céticos e nos perguntar sobre o crescimento do GIFE em seus 14 anos de história formal e o volume de sua filantropia. De seu começo até 2009, o GIFE saltou de 25 organizações associadas para 123.²⁸ A dimensão quantitativa dos investimentos dos associados deste novo organismo (“partido”) capitalista brasileiro, segundo o último Censo GIFE 2007/2008, foi cerca de R\$ 1,15 bilhão para projetos sociais, culturais e ambientais, o equivalente a 20% do que o setor privado nacional destina à área social, cerca de R\$ 4,7 bilhões, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além do GIFE, outra importante instituição é emblemática dos processos de mutação e maturação das novas ações capitalistas na questão social. Trata-se do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização surgida no final da década de 1990, a qual trouxe para o vocábulo nacional contemporâneo a noção de “responsabilidade social empresarial”, pauta do discurso atual de muitos empresários, inclusive do Projeto Formare. Contudo, uma imersão nos conflitos sociais que precederam o surgimento da referida instituição possibilita-nos ampliar o olhar sobre a trajetória das empresas na questão social.

²⁷ Assim disse Judi Cavalcante em entrevista: “Por iniciativa de Evelyn Ioschpe e Neylar Villar Lins (primeira e segunda presidenta do GIFE, respectivamente), a mudança do marco legal sempre foi uma das principais bandeiras que o GIFE portou desde sua origem. Apesar dos avanços conquistados, notadamente com a Lei das Oscips, o ambiente legal, fiscal e tributário existente hoje no Brasil ainda é um obstáculo ao ingresso de mais investidores privados na área social. Atuar pelo aprimoramento desse marco regulatório faz parte do cumprimento da missão do GIFE. Afinal, torna-se muito difícil disseminar a prática do ISP e atrair mais empresas para a área social se o ambiente legal é um cipóal de leis e de recolhimento de tributos.” (http://www.gife.org.br/redegifeonline_noticias.php?codigo=6430). O leitor curioso poderá acompanhar o movimento do GIFE e informes com relação à legislação do “terceiro setor” no seguinte endereço: <<http://www.gife.org.br/artigos.php>>. Acesso: 7 jun. 2009. A lei das Oscips (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público) será, no capítulo dois deste trabalho, por nós abordada, já que a Fundação Iochpe, mentora/tutora do Projeto Formare, é qualificada nos termos de tal lei.

²⁸ A lista de todas as empresas associadas ao GIFE pode ser conferida em: <<http://site.gife.org.br/associados.asp>>. Acesso: 15 jan. 2010.

De acordo com Bianchi (2001), as décadas de 1960 e 1970 significaram um aperfeiçoamento e complemento do sistema de representação empresarial. Isto se deu com a consolidação de novas entidades patronais, criadas com o objetivo de articular na aparelhagem estatal interesses setoriais do empresariado - por exemplo, a Associação da Indústria de Autopeças (1951), a Associação Brasileira da Indústria de Base (1955) e a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (1963) - sem proporcionar choques agudos com as tradicionais federações e confederações patronais, cuja expressão maior era a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

Apenas na década de 1980 com o surgimento e diversificação de um grande número de outras entidades empresariais e, portanto, pela fragmentação de interesses do patronato, por sua vez resultantes das próprias modificações socioeconômicas do capitalismo em escala global, com destaque para expansão do setor de serviços, o padrão de representação capitalista tradicional (industrial) foi abalado.

Aponta Bianchi (2001) que o processo de multiplicação e pulverização da representação patronal surgiu não só como resposta à crise econômica do período, mas também à crise política, fruto de um adensamento da luta de classes, e por isto, da maior influência de idéias na sociedade do campo político antagonista ao capital no final da década de 1970 no país. Essas tais novas entidades patronais surgiram apresentando respostas variadas de enfrentamento do quadro de crise e expressavam uma ausência de consenso por parte dos capitalistas.

Ao contrário das federações e confederações tradicionais, as novas instituições de representação do patronato teriam vocações e visões mais abrangentes, “modernas”, sendo capazes de organizar empresários de distintos ramos. Por se apresentarem como alternativa à estrutura tradicional de representação patronal, enfrentamentos mais duros ocorreram no seio da própria classe capitalista.

Uma das entidades, objeto de estudo do autor, representante da renovação das entidades patronais, e que também nos interessa neste momento é o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). O PNBE nasceu no início do mês de junho de 1987, fruto de uma reunião convocada por lideranças empresariais, até então desconhecidas do grande público, com o objetivo de debater propostas a serem apresentadas pelos empresários à Assembléia Constituinte. Compareceram ao evento, no Anhembi em São Paulo, 2600 empresários, contando com a presença do então Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser

Pereira. Um dos empresários que fazia parte do movimento de renovação da representação empresarial naquele momento, Oded Grajew²⁹, em 2006, em entrevista, disse o seguinte:

Em 1987, eu era presidente do Sindicato das Indústrias de Brinquedo e Instrumentos Musicais do Estado de São Paulo. E como presidente deste Sindicato, participava da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Eu, junto com os outros presidentes de sindicatos, achava que a Fiesp, na época, não representava aquilo que os empresários poderiam representar. Era uma entidade muito conservadora na época da Ditadura Militar, e que apoiava a Ditadura Militar. Queríamos um movimento empresarial que falasse da democracia, da justiça social... Mostrasse que há outro tipo de pensamento empresarial. [...] ³⁰

Não nos interessará aqui esmiuçar as oposições e os conflitos gerados no seio da representação capitalista entre PNBE e FIESP (representante da “tradição”). Bianchi (2001) concluiu suas análises mostrando que o PNBE ao longo de sua trajetória abriu mão de uma posição mais crítica e propositiva no seio da burguesia para se tornar “ajustado”, o que de forma alguma teria significado o fracasso da entidade. Ao contrário, como sintetiza Martins (2005), outro estudioso do tema:

[...] Primeiramente, porque o sistema sindical patronal alcançara níveis satisfatórios de modernização a partir da incorporação de novos pressupostos políticos, assumindo assim, um grau considerável de democracia interna, como reivindicava o PNBE. Em segundo lugar, porque o governo Fernando Henrique Cardoso, ao significar a efetiva e poderosa coalizão de poder comprometido com um novo projeto de sociedade mais orgânico, atendeu às demandas da entidade na reconstrução da hegemonia burguesa, ainda que sob a direção da fração financeira. Em terceiro, porque o PNBE, como espaço político empresarial, possibilitou a fermentação de idéias que já se faziam presentes nos países centrais da economia capitalista: a ampliação da organização empresarial para além das atividades setoriais, envolvendo principalmente o setor de serviços. Por fim, porque, ao longo de sua existência, o PNBE serviu de laboratório político responsável pelo desencadeamento da formação de intelectuais orgânicos da burguesia, comprometidos com a reeducação política da sociedade brasileira; pela promoção da ressignificação dos conceitos de “democracia” e de “participação” no país, principalmente junto às organizações sindicais do capital e do trabalho; e pela experimentação de novas bases para a relação

²⁹ O empresário participou do grupo fundador do PNBE e foi um dos seus grandes articuladores ocupando o cargo de primeiro coordenador-geral. Além disto, por ser o proprietário da indústria de brinquedos GROW presidiu entre 1986 e 1992 a Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq) e de 1990 a 1992 a Federação Latino Americana dos Fabricantes de Brinquedo. Um dos seus legados enquanto presidente da Abrinq foi a criação, em 1990, da Fundação Abrinq, importante instituição da nova filantropia capitalista brasileira, que visa conscientizar os empresários para os direitos da criança e do adolescente, para a não exploração da força de trabalho dos menores, e também o conjunto da sociedade através de campanhas de respeito aos “futuros cidadãos” vítimas de diversas formas de violência. Surgiu assim a forte idéia da empresa “amiga da criança” em que selos e premiações passariam a ser usados como exibição nos rótulos de diversas mercadorias.

³⁰ Concedida em 10 de julho de 2006 à Janaína Marques da redação de “O Povo”.

entre Estado e sociedade civil de acordo com as tendências internacionais.
(p. 149)

Com relação à última indicação, da formação de intelectuais orgânicos da burguesia, um dos principais expoentes é Oded Grajew. Para o leitor ter noção do seu papel de empresário “moderno”, integrador e apaziguador dos conflitos sociais, principalmente junto às organizações sindicais dos trabalhadores, o próprio, em entrevista concedida ao programa Trip, disse:

Eu conheço o Lula desde 1983. Desde lá eu tenho aberto canais de comunicação entre Lula, o pessoal da CUT e os empresários. Naquela época nunca houve diálogo entre os dois, havia enorme desconfiança, o diálogo era zero. Eu achava que os dois deviam conversar porque um podia trazer benefício pro outro. Na realidade eu que comecei desenvolver todo trabalho de influência para que os dois dialogassem - tanto o setor empresarial com o LULA/PT e o PT com os empresários - e naquela época foi bem difícil, havia enormes preconceitos. As primeiras reuniões até eram secretas como se as pessoas fossem se encontrar no motel, uma coisa bem clandestina.³¹

O trabalho deste empresário não terminou na década de 1980 na interferência direta na luta de classes, na busca da parceria entre capital e trabalho. Continuou sua militância visando selar e fornecer o substrato material e intelectual necessário à moderna filantropia capitalista. Graças ao seu acúmulo de experiências envolvido em “causas sociais” (Fundação Abrinq) e por fazer parte em 1996 do Comitê Internacional do Conselho de Fundações nos EUA, criou em 1998, junto de alguns empresários também advindos da experiência do PNBE, o Instituto Ethos³² que consolidou e colocou na agenda dos capitalistas do país a ideologia da “responsabilidade social empresarial” (RSE). De acordo com o sítio eletrônico da organização:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/29/o_que_e_rse/o_que_e_rse.aspx)

É interessante notar que com a noção de “Responsabilidade Social Empresarial” houve um alargamento de significado em relação à noção de “Investimento Social Privado”, englobando-a. A “responsabilidade social empresarial” não abre mão da necessidade das

³¹ Concedida em programa de rádio no dia 15 de abril de 2008 para a Revista Trip.

³² <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/Default.aspx>

empresas se preocuparem com a questão social, destinando recursos e gerindo projetos sociais filantrópicos, mas leva também, principalmente, em consideração, o cuidado com toda cadeia de negócios da empresa, incorporando assim preocupações com um público maior (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente), cuja demanda e necessidade a empresa deve buscar entender e integrar à sua atividade. A “responsabilidade social” trata da cadeia de envolvimento dos negócios da empresa e de como ela os conduz e por isso é uma ideologia capitalista administrativa mais poderosa.

O Instituto Ethos representa hoje o que há de mais estruturado e organizado em termos da “nova” filantropia capitalista. Lança e edita diversos livros e manuais orientadores da conduta e ação das empresas em torno de diversos temas como educação, meio ambiente, voluntariado, criança e adolescente, saúde, pobreza, combate a fome, analfabetismo, municípios e políticas públicas, inclusão digital, combate a corrupção na política estatal e muitos outros. Promove uma série de eventos, nacionais e internacionais. Envolve as universidades de todo país na produção de artigos e teses sobre o tema por meio da premiação Ethos Valor. Através do programa UniEthos presta consultoria às empresas interessadas em transformar e “moralizar eticamente” seus ambientes organizacionais e seu tratamento com a comunidade. Conta em seu quadro de associados com mais de 1.300 empresas, e dessas, mais de 420 se enquadram na categoria “grande empresa”³³.

As marcas deixadas pelo Instituto Ethos e sua noção de “responsabilidade social empresarial” na contemporaneidade das práticas filantrópicas capitalistas são expressivas. É assim, por exemplo, que o Projeto Formare é entendido por seus formuladores. Quando sua coordenadora geral, Beth Callia, foi indagada em entrevista sobre como definia o conceito de “responsabilidade social” da empresa, ela assim respondeu:

O conceito de responsabilidade social é bastante abrangente: é uma maneira de gerir negócios de forma a transformar empresas em parceiras e co-responsáveis pelo desenvolvimento social do país. Isso envolve preocupação com todos os públicos: acionistas, funcionários, fornecedores, prestadores de serviço, comunidade, governo e meio ambiente. No caso do Formare, trata-se do comprometimento dos empresários na formação de jovens de comunidades de baixa renda e sem oportunidades de qualificação inicial para o mundo do trabalho. É a contribuição da empresa na melhoria da qualidade de vida destes jovens, que se preparam para iniciar suas vidas profissionais.³⁴

³³ A lista de todas as empresas associadas ao Instituto Ethos pode ser conferida em: <http://www.ethos.org.br/sistemas/empresas_entidades/empresas_associadas/lista_geral/index.asp>. Acesso em: 13 nov. 2009.

³⁴ Tal entrevista foi concedida em 2009 ao Portal Responsabilidade Social.

Assim, o Projeto Formare é fruto e está organicamente relacionado a todo o movimento de reorganização da atividade empresarial no Brasil, principalmente pós década de 1990. A partir dele é possível compor aspectos cruciais do amplo cenário da atual filantropia capitalista.

(1.3) O poder e a hegemonia das empresas

Um dos primeiros a denunciar as empresas enquanto aparelho de poder foi Karl Marx. Em sua obra *O Capital*, sabia o autor que os trabalhadores não sofriam apenas da ação repressiva de força bruta do Estado (sociedade política), mas também da estrutura e organização da indústria moderna: “*Através do código de fábrica, o capital formula, legislando particular e arbitrariamente, sua autocracia sobre os trabalhadores, pondo de lado a divisão dos poderes tão proclamada pela burguesia e o mais proclamado ainda regime representativo.*” (1982, p. 485)

Buscando atualizar essa linha de raciocínio marxiana que centra foco no despotismo fabril, para o pensador português João Bernardo, o Estado capitalista resulta de uma conjugação entre o que chama de “Estado Amplo” com o “Estado Restrito”. Explica que:

O nível do político é o Estado, entendido como aparelho de poder das classes dominantes. Sob o ponto de vista dos trabalhadores, esse aparelho inclui as empresas. No interior de cada empresa, os capitalistas são legisladores, superintendem decisões tomadas, são juízes das infrações cometidas, em suma, constituem um quarto poder, inteiramente concentrado e absoluto, que os teóricos dos três poderes clássicos no sistema constitucional têm sistematicamente esquecido, ou talvez preferido omitir. E, no entanto, a lucidez de Adam Smith permitira-lhe já colocar ao lado do poder político, tanto civil como militar, o poder de comandar e usar o trabalho alheio. Trata-se da capacidade de organizar o processo produtivo e, portanto, de organizar a força de trabalho e de lhe impor uma disciplina. [...] A este aparelho, tão lato quanto o são as classes dominantes, chamo *Estado Amplo*. [...] (BERNARDO, 1991, p. 162)

Em sua visão devemos partir da constatação de que o Estado Amplo é hoje o principal *locus* do poder porque é na administração empresarial capitalista que a “política” se exerce e se faz sentir no seu sentido mais pleno.

O que parece uma obviedade continua não sendo teorizada pelos especialistas em ciência política. Ainda hoje, é fato concreto do cotidiano de milhares de trabalhadores no

capitalismo terem de suportar, resistir e aceitar o poder coativo e coercitivo das empresas e seu corpo administrativo nos locais de trabalho.

Os trabalhadores, por passarem boa parte do tempo de suas vidas no âmbito das empresas ou em tarefas a elas relacionadas, ficam sob controle imediato dos capitalistas que exercem uma multiplicidade de funções correlatas às funções encontradas no aparelho clássico de poder capitalista: o “Estado Restrito”, composto por governo, parlamento e tribunais, como é chamado por João Bernardo.

Expressão mais manifesta do papel ditatorial capitalista são as regras rígidas de conduta estabelecidas nos ambientes de trabalho, as punições, que vão desde cortes salariais e demissões até a escolha de uma tecnologia em detrimento de outra, o que implica sempre num número médio de pessoas que serão condenadas à mutilação física, às doenças psicológicas e a própria morte.

O poder de organizar a força de trabalho e o processo de produção impondo uma disciplina específica é a espinha dorsal do poder no capitalismo. As empresas são o principal lugar de exercício (e também de contestação) desse poder. Por tal aspecto, julga João Bernardo, são as teorias administrativas (gestoriais) as mais importantes teorias políticas da época atual.

Nessa perspectiva, podemos afirmar que o Estado capitalista multiplica-se e refaz-se também de maneira silenciosa, por meios “informais”, isto é, pela “administração”, pelo corpo de pessoas, idéias e métodos destinados a manter o controle necessário das empresas (e das diversas outras instituições sociais que ela acaba servindo de modelo) com objetivo e função de otimizar e aumentar a produtividade do trabalho humano, fundamento da exploração capitalista. Sob tal ângulo, somos obrigados a pensar além das categorias que até então convenciamos chamar “público” ou “privado”. Isto porque, como afirma Bernardo (2000):

[...] Embora as instituições pareçam freqüentemente inalteradas e as vias do seu relacionamento também se afigurem as mesmas, modificou-se substancialmente a forma como este relacionamento se concretiza e a maneira como são usadas as instituições. Em todos os casos em que foram privatizadas empresas e administrações públicas, antes de serem formalmente vendidas ao setor privado, estavam já elas desde há muito sendo geridas de maneira completamente privada. Ou então, se se preferir outra formulação, o setor privado pode adquirir empresas e administrações que até aqui haviam sido públicas porque a função de coordenação política central do Estado Amplo é cada vez mais acentuada. [...] (BERNARDO, 2000, p.18)

Na perspectiva de Bernardo (1991), compõem o Estado Amplo todas as associações de capitalistas, ou quaisquer formas de agrupamento de empresas em que prepondera o grande capital e de maneira subordinada as instituições encarregadas diretamente da organização da força de trabalho e do mercado de trabalho, quais sejam, as administrações de empresa e os sindicatos burocratizados.

Podemos assinalar que as instituições promotoras e organizadoras da “nova” filantropia capitalista se enquadram no escopo do Estado Amplo, pois além de um predomínio das grandes empresas nessas ações, há todo um interesse por trás dela, que será demonstrado quando abordarmos especificamente o Projeto Formare, de suas organizações (como o Instituto Ethos) em criar, controlar e organizar a força de trabalho.

Enfatizamos até o momento a dimensão “coercitiva” do poder empresarial. Predominante desde tempos primórdios do capitalismo, as punições existem até hoje, sendo indispensáveis para o bom funcionamento do processo de trabalho. Entretanto, o capitalismo para se desenvolver precisou inovar em sua mecânica de poder. Os mecanismos da luta de classes (do conflito entre capital e trabalho na produção) e da mais-valia relativa - dada pela intensificação da exploração do capital sobre o trabalho num período determinado (jornada de trabalho), não só, mas, fundamentalmente, pelo adensamento do uso da capacidade intelectual e cognitiva dos trabalhadores na produção - dialeticamente incluem o processo de “modernização” da administração capitalista, ou seja, do desenvolvimento de sua dimensão “persuasiva” visando sempre a contornar e assimilar os conflitos sociais.

Maurício Tragtenberg, importante pensador do campo da crítica social no Brasil, postula que um dos aspectos decisivos das empresas, expressão de seu poder, é sua capacidade de produção ideológica. Como bem ressaltou: *“Empresa não é só local físico onde o trabalho excedente cresce às expensas do necessário, o palco da oposição de classes. É também o cenário da inculcação ideológica. Nesse sentido, empresa é também aparelho ideológico.”* (2005, p.37)

Em seu livro *Administração, poder e ideologia* propôs-se a analisar, entre outros, as formas de inovação empresarial (administrativas) para conter e cooptar as lutas dos trabalhadores e suas resistências (pelo controle da produção) nos locais de trabalho, que não pela via estritamente repressiva. É assim, por exemplo, que revela o que significa a técnica das “relações humanas”:

Relações humanas, relações trabalhistas ou relações industriais designam uma prática empresarial surgida entre as décadas de 1920 e 1930, após a Revolução Russa e a Recessão, como adequação patronal ao

desenvolvimento da empresa capitalista, que *reduzia* o esforço físico da mão-de-obra e aumentava o *desgaste nervoso*. Daí o chamado “tédio” na indústria, produtividade baixa, rotatividade de mão-de-obra. Como resposta à organização sindical que arrancara a Lei Wagner em 1935, a qual concedia dois direitos à mão-de-obra – organização autônoma e contratos coletivos de trabalho – surge a técnica de relações humanas. Esta era uma resposta à piora das relações entre classe operária e os agentes patronais da empresa. (2005, p. 30)

Tragtenberg dizia que a inovação administrativa dos capitalistas tratava-se de técnicas de “manipulação das contradições”. Para transformar os vestígios de suas práticas autoritárias e condutas repressivas, expressão mais cabal de seu poder, os capitalistas foram auxiliados por toda uma nova camada de profissionais (técnicos, sociólogos, psicólogos etc), que redefiniram suas rotas de ação: não usar mais uma linguagem de “chefe”; estabelecer diálogo e “parceria” com os trabalhadores; promover “dinâmicas de grupo”, entrevistas e aconselhamento do comportamento operário - que tinham o efeito de aliviar tensões e diminuir níveis de queixas, além de aumentar os conhecimentos da empresa sobre o perfil de cada trabalhador, entre outras.

O processo de estabelecimento e renovação da prática administrativa capitalista é bem descrito pelo autor:

A escola de relações humanas, pouco a pouco, institucionaliza-se; já na década de 1930, possuía um Departamento de Relações Industriais, que é tema de curso universitário; em 1936 e em 1943, com apoio de Warner, organizou-se um Comitê para Relações Humanas na Empresa. Na década de 1950, com o aumento de técnicos, engenheiros e trabalhadores do terciário, e maior desgaste nervoso no trabalho, a aplicação de relações humanas coloca-se imediatamente. É o período em que surgem obras sobre relações industriais, sugerindo a diplomacia em lugar do autoritarismo nas relações patrão-operário. Na França, a “humanização do trabalho”; na Itália, sob influência católica, com o lema “humanização na empresa”; na Alemanha, pelas técnicas de co-gestão – as relações humanas têm uma vida transfigurada. (2005, p. 31-32)

Centrando o foco de análise diretamente sobre as relações sociais de produção capitalistas no conflito entre produtores diretos versus gestores e donos dos meios de produção, na expansão dessas novas administrações capitalistas sob carapuça “amistosa” e “não ditatorial”, Tragtenberg (2005) sintetiza de forma seminal o seguinte:

A democratização das relações humanas é mais uma tarefa de sedução, substituindo o Príncipe pela maior habilidade de persuasão, ou incorporando a força à palavra. A democratização do parlamento liberal acompanha a democratização do capital. O chefe se humaniza numa existência ligada à posse do capital, ao conselho de administração; [...] (p. 29)

Com o título da propriedade privada do capital pulverizado nas mãos de diversos acionistas, destacavam-se nos ambientes empresariais novos atores, especialistas na mediação dos conflitos, que não eram nem os proprietários jurídicos dos meios de produção, mas que também não poderiam ser confundidos como simples trabalhadores, pois cuidavam essencialmente do funcionamento das empresas e do rendimento da força de trabalho nos locais de trabalho. Era papel desses novos agentes (“*managers*”) harmonizarem os interesses dos acionistas e também dos operários.

Neste processo, no qual a mecânica do poder capitalista passava a se assentar fundamentalmente na persuasão e que a figura do capitalista individual (o burguês) era “extinta”, que surgiram uma série de teorias que exaltavam e sacralizavam as grandes empresas. No primeiro capítulo, intitulado *A ideologia administrativa das grandes corporações*, Tragtenberg (2005) nos remete ao discurso dos intelectuais e ideólogos dessas grandes organizações. Uns viam nela uma instituição com “função social” (Berle - 1932) outros, uma instituição com “alma” (Kaysen - 1960). Lloyd Warner, já em 1962 defendia o ponto de vista de que a corporação era o reflexo “*de valores e atitudes que se desenvolveram inusitadamente permitindo a fase do barão assaltante para a empresa com responsabilidade social*” (p.10).

Nos primórdios do capitalismo, com a acumulação e a concentração do capital ainda muito longe do nível atual, as empresas não eram agentes tão destacados como hoje. O escopo do poder das empresas sobre a totalidade social ainda era contido e os Estados (sociedade política) cumpriam enorme papel de articuladores e financiadores de muitas infra-estruturas, estratégicas ao funcionamento do capitalismo, colocando-as em inter-relação.

No século XX, a partir da década de 1960, a globalização do capital alcançou um estágio superior, convertendo muitas empresas em transnacionais. Grande parte de todas as inovações de gestão e organização dos processos de trabalho atuais surgiu no âmbito dessas grandes empresas. Estas não se caracterizam pela junção de fronteiras nacionais, mas pela sua ultrapassagem, possuindo assim uma realidade e dinâmica que lhes são próprias, dispensando funções coordenadoras dos Estados nacionais e se relacionando diretamente entre si.

Exemplifica Bernardo (2000) que muito do comércio contabilizado como “comércio externo” nas estatísticas oficiais de Estados nacionais, nada mais é do que “comércio interno” entre matrizes e filiais transnacionais. Através de investimentos externos diretos, as companhias transnacionais ultrapassam barreiras alfandegárias, privando os governos de uma das suas principais fontes de recursos. Cresce cada vez mais um comércio não internacional,

mas intra-transnacional que frustra tentativas protecionistas. É a isto também que o Estado Amplo diz respeito. Como sintetiza Bernardo (1998):

[...] nas últimas décadas operou-se uma transformação radical. A concentração do capital chegou já a um estágio suficientemente avançado para que todas as grandes empresas se inter-relacionem mediante uma multiplicidade de vínculos, começando a dispensar as funções centralizadoras do Estado Restrito e encarregando-se elas próprias, diretamente, da organização global da sociedade. [...] Começou em todo o mundo a viver-se numa sociedade que já não é governada a partir de centros únicos, como sucedia na forma do Estado Restrito. Nos nossos dias prevalece uma multiplicidade de pólos dominantes, estreitamente inter-relacionados e formando uma rede pluricentrada. As maiores empresas, que são o elemento fundamental do Estado Amplo, constituem cada um destes pólos, e na concentração do capital teceram as malhas com que se ligam. (BERNARDO, 1998, p.67/68)

O motor da atividade capitalista é o desenvolvimento de mecanismos para aumento da produtividade do trabalho assalariado. Como diz Bernardo (1991), o capitalismo é um modo de produção que deve ser sempre considerado globalmente, pois o aumento de produtividade numa empresa nunca se obtém nela isolada. As remodelações dos processos de trabalho numa empresa operam-se sempre repercutindo em outras. Além disso, alguns processos são totalmente dependentes da recorrência do aumento de produtividade em uma série de outras empresas, que assim só crescem sua produtividade num mecanismo de funcionamento global.

As empresas em seu inter-relacionamento são hoje as principais protagonistas da dinâmica social nas sociedades capitalistas. O controle social, seja pela via coerciva e repressiva ou pela via do consenso, tem a empresa capitalista como principal agente. Basta notar que por trás dos processos de consumo, do “lazer”, da “segurança”, da saúde, das informações, crenças e idéias mais espontâneas, dos sistemas pedagógicos, dos costumes, das artes (financiada pelo mecenato empresarial), da “democracia” entre tantas outras dimensões da vida social, há, influenciando, uma série de empresas inter-relacionadas, o que confere um grau de maturidade cada vez mais elevado para a administração e gestão empresariais. Por isso, na visão de Bernardo (1998), a democracia como regime político, na verdade, é o sistema de poder do Estado Amplo.

Esse poder e capacidade empresariais são reconhecidos e manifestos pelos próprios empresários. Como afirmou em entrevista o criador e ex-presidente do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, Oded Grajew, ressaltando a importância de tal

organização, que pode ser considerada um dos mais novos e poderosos “partidos” dos empresários brasileiros:

[...] A missão do Ethos é muito importante porque o poder das empresas é enorme, são as empresas que tem mais poder hoje no mundo e no Brasil. Que as empresas têm o poder financeiro, econômico, todo mundo sabe, mas também tem o poder político grande. Qualquer um que quer se candidatar, qualquer cargo no Brasil (vereador, deputado, prefeito, governador, presidente), sabe que pra chegar até lá tem que fazer uma campanha, e esta não custa barato, custo caro e quem financia basicamente as campanhas eleitorais no país são as empresas o que significa que a maioria dos nossos políticos está a serviço das empresas. A empresa financia porque tem retorno. A maioria dos nossos políticos passa metade do mandato tendo que dar prestação de contas a quem financiou sua campanha e já pensando na próxima e nos próximos investidores. As empresas também que detém os meios de comunicação nas mãos, não só como proprietárias mas também como anunciantes, tem poder enorme sobre o comportamento das pessoas, sobre o que é importante, o que não é, o que é prioridade, os valores da sociedade. Então por isso é tão importante que o setor empresarial, com tanto poder, tenha responsabilidade, porque da agenda empresarial depende muita coisa que vai acontecer e está acontecendo no país.³⁵ (grifos nossos)

Assim, não nos causa espanto que hoje o leque de concepções gestadas principalmente nas décadas de 1950 e 1960, que já colocavam as empresas como grandes protagonistas sociais, tenha se ampliado e materializado ainda mais, ganhando a crença popular. As personificações do capital, em enfrentamento com o trabalho, vieram de lá para cá trabalhando e lapidando de forma cuidadosa um novo papel para as empresas.

No tempo presente, as empresas, ao contrário de serem uma das explicações para o agravamento da questão social, são vistas como grandes salvadoras e amenizadoras. O inimigo público e alvo de críticas passa a ser, para usar as terminologias conceituais de João Bernardo, apenas o Estado Restrito (o aparelho clássico de poder composto por governos, parlamentos e tribunais), julgado ineficiente, mas nunca o Estado Amplo.

A “nova” filantropia capitalista brasileira, coroada na noção de “responsabilidade social empresarial” (Instituto Ethos), apresenta em seu núcleo o aspecto mais importante das empresas em nossos dias que, como aponta Bruno (1999), não diz mais respeito apenas diretamente à dimensão ou volume de seus negócios, mas à ação e à visão globalizantes que desenvolvem pretendendo ter o controle da sociedade em suas múltiplas dimensões.

Há uma idéia que pode ser retirada da obra de Antonio Gramsci de que o mais amplo controle democrático desenvolve-se sob a forma mais elevada de hegemonia. Estamos diante de um quadro de hegemonia empresarial. A relação de hegemonia deve repousar no

³⁵ Concedida em programa de rádio no dia 15 de abril de 2008 para a Revista Trip.

consentimento ativo, numa vontade coletiva em torno da qual, grupos da sociedade se unem. As empresas vêm conseguindo produzir visões de mundo mais coerentes e sistemáticas que além de servirem como princípio de organização de instituições sociais diversas ainda influencia o pensamento das classes e grupos subalternos. Como sustenta Graciolli (2006) acerca da noção de “responsabilidade social empresarial” (RSE):

Na perspectiva indicada por Gramsci, segundo a qual a organização da dominação de classes (função precípua do Estado) extrapola o sentido estrito de Estado (sociedade política), incluindo a disputa por hegemonia (sociedade civil), sustentamos que a RSE, como parte da sociedade civil, é um dos aparelhos privados de hegemonia, articulando, produzindo e disseminando, dentro e fora da produção de bens materiais e simbólicos, visões de mundo, valores, concepções, inserindo-se, assim, na busca de estabelecer uma direção moral, intelectual e política (isto é, hegemonia). (p. 24)

É fato que, nem todas as idéias e concepções produzidas pela própria classe dominante encontram coro na totalidade de seus pares. O apologista radical do capitalismo, Milton Friedman, em seu *Capitalismo e Liberdade* registra em alto e bom som que a única “responsabilidade social” que as empresas devem ter é a responsabilidade para com seus acionistas:

[...] há uma e só uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros [...] Há poucas coisas capazes de minar tão profundamente as bases de nossa sociedade livre do que a aceitação por parte dos dirigentes das empresas de uma responsabilidade social que não a de fazer tanto dinheiro quanto possível para seus acionistas. Trata-se de uma doutrina fundamentalmente subversiva. [...] (p. 122-123)

Mas, de maneira não tão grosseira refletem outros. Um importante intelectual (“guru”) dos administradores de empresas, o teórico Peter Drucker, mostra-nos toda importância e significado dessa nova postura empresarial. Em uma de suas obras mais recentes, *A sociedade pós-capitalista*, afirma que a teoria social e política desde a Grécia antiga focalizava o “poder” (“comando” e “controle”) e que agora, na “sociedade do conhecimento” (“pós-capitalista”), seria necessário focar na idéia de “responsabilidade”. Clama o autor que as organizações precisam assentar-se nesta idéia. Devem assumir “responsabilidade social”, pois já não existe mais ninguém para cuidar da própria sociedade.

Mais sensível ao funcionamento interno das empresas, ao fato de que antes do lucro há a necessidade fundamental de saber lidar com a força de trabalho e zelar pela imagem social da empresa, Drucker (1993) não vê nenhuma subversão na ideologia administrativa da “responsabilidade social empresarial”. Pelo contrário, defende que cumpridas as “missões

principais”³⁶, a organização deve procurar encontrar uma “abordagem” para “problemas sociais” que possam estar dentro de sua “competência”, pois isso pode ser convertido em “oportunidades”. A recomendação é que, a partir de certo ponto, garantido o lucro da maneira convencional, pelos negócios de que diretamente se ocupa, a empresa deve buscar ir além de si própria, fazendo com que sua administração da sociedade torne-se mais complexa e madura.

A moderna filantropia capitalista, mediante o desenvolvimento de verdadeiras “tecnologias sociais”, cujo Projeto Formare de “responsabilidade social empresarial” é expressão, é mesmo capaz, como ficará claro mais adiante ao leitor, de gerar muitas “oportunidades” para as empresas.

³⁶ Diz Drucker (1993) que é o desempenho econômico a responsabilidade primordial de uma empresa: “[...] Uma empresa que não apresente lucro no mínimo igual ao seu custo de capital é socialmente irresponsável. O desempenho econômico é a base; sem ele, a empresa não pode cumprir nenhuma outra responsabilidade, nem ser uma boa empregadora, uma boa cidadã, uma boa vizinha. [...] é irresponsabilidade uma organização aceitar responsabilidades que podem comprometer seriamente sua capacidade para desempenhar sua tarefa e sua missão principais. E onde ela não tem competência, também não tem responsabilidade.” (p. 70-71).

CAPÍTULO 2

O ESTADO CAPITALISTA NO FOMENTO FILANTRÓPICO

Trataremos de indicar ao leitor, neste capítulo, os processos de materialização das novas configurações do Estado capitalista (sociedade política)³⁷ e como têm servido na atualidade brasileira de fomentador da “nova” filantropia.

(2.1) A reconfiguração do padrão de intervenção estatal capitalista

A lógica de funcionamento do Estado capitalista (sociedade política), principalmente no que diz respeito ao enfrentamento da questão social, está condicionada ao próprio movimento da relação social capitalista globalmente considerada. Interessar-nos-á aqui compor o quadro geral do desenvolvimento capitalista a partir da década de 1970, quando foram ditadas as últimas grandes alterações em seu padrão e lógica de funcionamento.

Sob a situação concreta dos anos de 1970, o panorama do desenvolvimento capitalista era de crise, resultado de uma série de processos interligados entre si.

De acordo com Gounet (1999), ela era expressão da crise do êxito do desenvolvimento capitalista ancorado no paradigma produtivo taylor-fordista. A massificação do consumo possibilitada tornava mais raros potenciais consumidores suplementares à produção de mercadorias, além dos consumidores existentes ficarem mais exigentes com relação a escassa variedade (padronização) ofertada de produtos.

Outro aspecto diz respeito à extrema separação existente na produção capitalista entre concepção e execução, o que gerou uma camada muito restrita de técnicos e engenheiros excluindo e negando aos trabalhadores qualquer possibilidade de participar e opinar sobre a qualidade do que era produzido. Assim, os aumentos de produtividade no período estavam condicionados quase que exclusivamente ao incremento de máquinas cada vez mais caras e complexas no processo de trabalho. Seria preciso superar isso envolvendo mais a força de trabalho pela via do consenso e da persuasão.

³⁷ O leitor deve levar em consideração neste capítulo que a designação “Estado capitalista” ou “sociedade política” pretende centrar foco no aparelho clássico de poder no capitalismo - o que, para João Bernardo, corresponderia a expressão “Estado Restrito”. Como frisamos, na concepção deste autor, o “Estado capitalista” é uma junção e inter-relacionamento entre Estado Restrito e Estado Amplo.

Gounet (1999) ainda chama atenção para o fato de que para compensar a depressão econômica do período, ou seja, as quedas da taxa de lucro, aumentavam-se os preços de venda das mercadorias acelerando o processo inflacionário que gerou como conseqüências a queda no consumo, mercados comprimidos, declínio dos investimentos e desemprego.

Tão importante quanto, podemos citar o aumento do preço da força de trabalho conquistado nos países capitalistas centrais durante o período do “compromisso fordista”³⁸ e a intensificação das lutas sociais dos anos 1960. Ao longo do período do compromisso, o enfrentamento entre as classes, ainda que limitado pela própria conformação organizativa dos trabalhadores - mais burocratizados e integrados à ordem estatal - não cessou, expressando-se em lutas por aumento salarial e, na década de 1960, por reivindicações de teor muito mais radicalizado, que objetivavam o controle social da produção, pondo em xeque o próprio funcionamento do modo de produção.

Comenta Hobsbawm (1995) que a “explosão mundial de salários” verificada no fim da década de 1960 representava a luta de uma geração que havia ajustado suas expectativas à única experiência de seu grupo etário naquele momento: pleno emprego e inflação contínua. Para o autor, o fundamento social dessas manifestações, assentava-se no fato de que os regulares e bem-vindos aumentos salariais há tanto negociados por seus sindicatos eram, na verdade, muito menos do que se podia arrancar do mercado.

Para Bihr (1998) eram lutas de uma geração não mais disposta a “perder a vida para ganhá-la”, ou seja, trocar um trabalho e uma existência desprovida de sentido pelo simples aumento do seu “poder de compra”. Bernardo (2004) considera-as vastos movimentos de contestação que em vez de se limitar a exigir uma maior participação nas riquezas, teve como característica principal colocar em causa a disciplina reinante nas empresas, processando-se fora das instituições reivindicativas oficiais e até mesmo contra elas.

A intensificação das lutas sociais demonstrava que o regime de acumulação capitalista ancorado estritamente nos processos de organização do trabalho, produção e consumo taylorista-fordista esgotava-se. De um crescimento rápido, dado o extraordinário aumento da

³⁸ Tratou-se, segundo o Bihr (1998), de um compromisso imposto a cada um dos protagonistas históricos (trabalhadores e capitalistas) pela desastrosa lógica de desenvolvimento anterior do capitalismo (não apenas de crise econômica, mas também de guerras mundiais). O compromisso expressava um equilíbrio relativo na relação de forças entre os antagonistas, o que acabou por circunscrever a luta de classes a certos limites ou mesmo “regras”. Ainda segundo o autor, tal compromisso não teria resultado diretamente a partir dos membros das próprias classes, mas sim entre seus intermediários organizacionais e institucionais que lhes serviam de representantes oficiais: organizações sindicais e políticas dos trabalhadores de um lado e organizações do patronato de outro, com o Estado entre elas, presente como árbitro responsável, mas, logicamente, também como parte interessada. Em suma, o compromisso era resultado de um equilíbrio de poder tenso, mas firme, entre trabalho organizado, o grande capital corporativo e o Estado (numa relação de predomínio dos “profissionais da política”, “staff administrativo”, “gestores”).

produtividade do trabalho humano proporcionado pelo fordismo, chegou-se a uma fase lenta. Essa, por sua vez, deu força ao processo de expansão e hipertrofia da esfera financeira, que passava a ganhar relativa autonomia frente aos capitais produtivos. Crescia, assim, o mercado financeiro que desafiava as regulamentações nacionais: comércio de ações, de títulos públicos, de divisas e todas as formas de riqueza intangível e líquida do capitalismo.

Brenner (1999) explica que o grande deslocamento do capital para as finanças foi consequência da incapacidade da economia real, especialmente das indústrias de transformação, de proporcionar uma taxa de lucro adequada. A raiz da estagnação e da crise capitalista de então, estaria na compressão dos lucros do setor manufatureiro originada pelo excesso de capacidade e produção fabril, que era em si a expressão da acirrada competição internacional.

O resultado inevitável de um processo brutal de concorrência entre capitais é sua maior concentração e centralização. Foi o que ocorreu e também contribuiu para aprofundar o quadro de crise, pois graças às fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas houve um movimento de destruição e eliminação de empresas menos rentáveis e competitivas e um reordenamento das existentes, implicando num “enxugamento” (cortes de gastos e demissões) da atividade capitalista. O desemprego aumentou e demandas por consumo caíram.

É diante de tal quadro que compreendemos as mutações do Estado (sociedade política). A inversão da economia para as finanças, o aumento dos gastos públicos com seguridade numa economia que vinha mal, e uma série de outros processos que se conjugaram, ditaram mais ainda a crise do *Welfare State* (Estado de bem-estar social)³⁹ e de seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista, a necessidade de retração dos gastos estatais (públicos) e sua transferência para o capital privado.

³⁹ Podemos entender o que foi o Estado de bem-estar-social na excelente síntese de Bihl (1998): “*É que o compromisso fordista tornava necessária a passagem de um Estado circunscrito, aparentemente colocado em situação de exterioridade em relação ao livre “jogo” de mercado e da sociedade civil, simples garantia do respeito às regras desse “jogo” e árbitro dos conflitos que nele pudessem surgir, a um Estado inserido, que interviesse diretamente nesse “jogo” para definir suas regras. A finalidade geral dessa intervenção crescente do Estado, que teria caracterizado o período fordista, era apenas garantir o estabelecimento e a consolidação dos termos do compromisso. E é com esse objetivo que o Estado tornar-se-á o verdadeiro mestre-de-obras do processo de reprodução do capital, encarregando-se de funções tão diversas como estas: a produção de determinados meios de produção (por exemplo, as infra-estruturas industriais ou a produção de energia) ou de consumo (os equipamentos e serviços coletivos); a reprodução social da força social de trabalho, ao gerir o conjunto da relação salarial; a regulação da acumulação (por suas políticas monetária e orçamentária); enfim, a animação e o enquadramento permanentes do “diálogo social”, esforçando-se para manter um “equilíbrio de compromisso” entre “parceiros sociais”.*” (p. 56-57). Foi no que diz respeito aos serviços coletivos e a seguridade social (daí a razão do qualificativo “bem-estar social”) que esta forma de Estado gerou e gera tanto saudosismo.

Como diz Harvey (1992), o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais “empreendedores”, preocupados em manter um clima favorável aos negócios, o que os levou a abrir fronteiras ao capital, desimpedindo seu ingresso e saída, destributando seu movimento, oferecendo taxas de juros mais altas etc.

Diante disso, aponta Moraes (2001) que o Estado capitalista (sociedade política) perdeu muito de seu poder:

[...] Com os novos produtos financeiros globalizados emergia um novo gerente das políticas nacionais, uma nova soberania, que se sobrepõe às soberanias nacionais outrora constituídas por processos eletivos. A nova integração internacional das finanças, recosturada, revigora o poder de pressão dos financistas sobre as políticas econômicas nacionais. A globalização financeira, a liberalização da economia mundial, a internacionalização das atividades econômicas limitam a possibilidade de ação do Estado que tem seu poder erodido em duas direções: para baixo transferindo suas competências para as coletividades locais e para cima cedendo suas competências a outros tipos de organizações (G7, OMC, GATT etc). Prerrogativas reguladoras são transferidas para administrações supranacionais. [...] (p. 38-39)

Na mesma medida em que o Estado (sociedade política) tinha seu poder erodido, as empresas tinham o seu elevado. Foi assim que se abriu espaço para a multiplicação das iniciativas e projetos “sociais” das empresas.

(2.1.1) A força ideológica do neoliberalismo

De acordo com Antunes (1999), os traços mais evidentes do processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político foram o intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho e o “neoliberalismo”, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal cujos exemplos mais ilustrativos foram os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan, na Inglaterra e nos EUA, respectivamente.

Para Moraes (2001), o neoliberalismo leva a vários significados:

1) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; 2) um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*, isto é, centros de geração de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos 3) um conjunto de políticas adotadas por governos

neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 1970, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (p.10)

O neoliberalismo⁴⁰ deve ser considerado como fator político-ideológico fundamental para reestruturação do capital.

No seio de toda euforia e otimismo com o padrão de desenvolvimento capitalista ancorado no compromisso fordista, que parecia fazer o sistema funcionar bem para “toda gente”, havia pensadores, partidários da dinâmica de livre empresa, indignados e revoltosos.

Na vigência do compromisso fordista, disseminou-se e implantou-se um amplo acordo sobre o papel (positivo) do Estado (sociedade política): criar a situação de pleno emprego, moderar os conflitos sociais excessivos e politicamente perigosos, e manter uma estrutura de serviços de bem-estar (habitação, saúde, previdência, transporte urbano etc). O *New Deal* estadunidense e o estado de bem estar europeu, ambos tratados aqui no escopo do que Bihr (1998) chama de compromisso fordista, testaram e aprovaram, durante bom tempo, a convivência do capitalismo com um forte setor estatal público, negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social.

Como afirma Moraes (2001), neste período se desenhou como aceitável e desejável um novo modo de produzir decisões e de participação na política. Consolidou-se um mundo político, marcado pela negociação entre corporações empresariais e proletárias intermediadas e institucionalizadas pelo poder público estatal. Processou-se um novo modo de funcionamento para as democracias de massa no Ocidente.

O sucesso do compromisso pôde ser avaliado por expressões usadas por analistas para caracterizar o período: “Os 30 anos gloriosos” (1945-1973), “Era de Ouro”, “anos dourados” etc. Nunca em sua história o capitalismo havia integrado tanto os trabalhadores e conhecido um crescimento tão imenso.

Com o padrão produtivo taylorista-fordista, ampliado e mais desenvolvido, e com a redução da desigualdade econômica entre as classes, possibilitada pela ação do Estado, isto é, seu zelo pela regulação salarial, seguridade social e previdenciária, proporcionava-se um

⁴⁰ Detendo-nos na etimologia da palavra, a designação “neo” (que remete a algo como sendo “novo”) para o liberalismo atual não é gratuita. A rigor as atualizações de idéias passadas devem vir acompanhadas de algum termo que as diferencie de seu uso clássico, já que a própria realidade está em movimento. O que chamamos de neoliberalismo é um conjunto de atualizações de idéias de outros tempos. Para Moraes (2001) o liberalismo tratou-se da ideologia do capitalismo comercial e manufatureiro em expansão que negava as regulações políticas produzidas pelas corporações de ofício e pelo Estado mercantilista (seus regulamentos sobre materiais, técnicas, preços e monopólios, sobre a força de trabalho/ocupações etc.). O neoliberalismo seria a ideologia do capitalismo na era de máxima financeirização da riqueza.

mercado de consumo de massa. Não sem acumular contradições que vieram à tona principalmente pós 1970, como mostramos no tópico anterior, o compromisso fordista, como diz Hobsbawm (1995), foi capaz de “democratizar o mercado”. As sociedades capitalistas centrais conheceram maior abundância material.

Durante décadas, em que “tudo corria bem”, os principais defensores das idéias neoliberais eram desacreditados e foram vistos como pensadores excêntricos, numa clara subestimação política de suas idéias.

Apesar disso, os teóricos neoliberais mantiveram-se convictos, contrariando radicalmente o consenso vigente acerca do compromisso fordista. O austríaco Friedrich Von Hayek (1899-1992), por exemplo, lançou em 1944 seu livro *O Caminho da Servidão* - considerado por muitos como o manifesto inaugural do pensamento neoliberal (o neoliberalismo sob forma “pura”) - endereçando-o, provocativamente, aos “socialistas” de todos os partidos, denominação que para Hayek significava todos aqueles defensores de um Estado intervencionista e de bem-estar.

Segundo Anderson (1996), o propósito dos neoliberais era acabar com o keynesianismo⁴¹ e o solidarismo reinantes e preparar as bases para uma reformulação do capitalismo. Após o lançamento, Hayek empenhou-se na organização de uma “internacional dos neoliberais”, na cidade suíça de Mont Pélerin em 1947 para reunir seus companheiros de pensamento. Argumentando que a desigualdade era um valor positivo imprescindível, dirigiram suas críticas aos partidários da revolução, da economia planificada e aos liberais reformistas (que tentavam construir um caminho entre direita e esquerda). Em resumo, faziam

⁴¹ Sem passar pela análise da luta de classes, pelo entendimento do que foi o chamado compromisso fordista, ficamos sem um grande auxílio para entender, por exemplo, o que se convencionou chamar de “consenso keynesiano”: o porquê da filosofia social de J. M. Keynes ter ganhado tanto prestígio, especialmente no pós-guerra. Lembremos que para Keynes o Estado deveria manejar grandezas macroeconômicas, regulando assim oscilações de emprego e investimento, moderando as crises. Buscava chegar a um conjunto de estratégias administrativas científicas e poderes estatais que estabilizassem o capitalismo. Destacamos o seguinte trecho do autor para uma idéia geral do que entrou em vigor no período do compromisso: “*O Estado deverá exercer uma influência orientadora sobre a propensão a consumir, em parte através de seu sistema de tributação, em parte por meio da fixação da taxa de juros e, em parte, talvez, recorrendo a outras medidas. Por outro lado, parece improvável que a influência da política bancária sobre a taxa de juros seja suficiente por si mesma para determinar um volume de investimento ótimo. Eu entendo, portanto, que uma socialização algo ampla dos investimentos será o único meio de assegurar uma situação aproximada de pleno emprego, embora isso não implique a necessidade de excluir ajustes e fórmulas de toda a espécie que permitam ao Estado cooperar com a iniciativa privada. Mas, fora disso, não se vê nenhuma razão evidente que justifique um socialismo do Estado abrangendo a maior parte da vida econômica da nação. Não é a propriedade dos meios de produção que convém ao Estado assumir. Se o Estado for capaz de determinar o montante agregado dos recursos destinados a aumentar esses meios e a taxa básica de remuneração aos seus detentores, terá realizado o que lhe compete. Ademais, as medidas necessárias de socialização podem ser introduzidas gradualmente sem afetar as tradições generalizadas da sociedade.*” (KEYNES, 1996, p. 345)

uma oposição radical ao Estado fruto do “compromisso fordista” tido, então, como destruidor da liberdade dos cidadãos e da “competição criadora”, bases do “progresso” humano.

Ainda para o autor, pensadores como Hayek ferrenhamente defendiam que as raízes da crise,

[...] estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e de maneira mais geral do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. Esses dois processos destruíram os níveis necessários de lucro das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. (ANDERSON, 1996, p. 10-11)

Por isso diagnosticavam a necessidade de manter um Estado forte na capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, e frouxo em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Recomendavam a restauração da “taxa natural” de desemprego (criação de um exército de reserva para quebrar os sindicatos e forçar à flexibilização do trabalho); a estabilidade monetária como meta suprema de qualquer governo (uma disciplina orçamentária rígida com contenção de gastos de “bem-estar”); e reformas fiscais (redução de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas).

A ideologia neoliberal encontrou-se, ao longo dos “30 gloriosos”, hibernando. Seu despertar começou a acontecer, decididamente, na metade dos anos 1970. É com o agravamento da crise do capital que se abriu caminho para que as teses que tinham sua fonte, agora renovadas, no liberalismo clássico, comessem a ganhar simpatia e pudessem se encarnar num movimento prático. Afinal, era preciso criar saídas e novos de acumulação campos para o capital retomar seu ciclo de valorização.

Com a crise capitalista verificada nos países centrais na década de 1970, um novo consenso pautado pelo pensamento neoliberal surgia, servindo de inspiração a políticos e estadistas de várias nacionalidades. Citando o caso inglês, Antunes (1999) nos oferece uma visão de como isto ocorreu. Em 1979 através da ascensão de Margareth Thatcher pelo Partido Conservador,

[...] uma *nova agenda* vai transformar substancialmente a trajetória participacionista anterior do Labour. [...] Seu eixo era fortalecer a liberdade de mercado, buscando o espaço da Inglaterra na nova configuração do capitalismo. A *nova agenda* contemplava, entre outros pontos: 1) a *privatização* de praticamente tudo o que havia sido mantido sob controle estatal no período trabalhista; 2) a redução e mesmo a extinção do capital produtivo estatal; 3) o desenvolvimento de uma legislação *fortemente desregulamentadora* das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos

sociais; 4) a aprovação, pelo Parlamento Conservador, de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril dos *shop stewards* até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas. (p.66)

Frente ao agravamento da questão social, decorrente de todas as transformações por que passam as sociedades no contexto da reestruturação do capital operacionalizado pelo neoliberalismo, e ao Estado (sociedade política) que perde paulatinamente poder de barganha no enfrentamento da questão social, comenta Moraes (2001) que:

Uma nova ideologia está associada a essas mudanças. Nessa nova moral, o socorro à miséria absoluta talvez ainda permaneça como valor coletivo. Mas é cada vez mais separada da noção de *seguridade*, que deve antes ser vista como um fenômeno privado, envolvendo poupança, investimento e capitalização, *previdência* enfim, no sentido estrito do termo. Nesse novo mundo moral, quem prevê – terá – quem não prevê... Multiplicar-se-iam as adesões a organizações intermediárias não governamentais, cada vez mais empenhadas na solução privada e setORIZADA de problemas relativos a educação, a políticas de amparo à pobreza absoluta, habitação, saúde, atividades culturais, etc. – atividades e serviços antes cobertos por organismos políticos submetidos a votações (nacionais ou locais). A “comunidade solidária”, a filantropia e a caridade aparecem como complemento das tais “reformas orientadas para e pelo mercado”. Tudo isso está nos relatórios do Banco Mundial e de outros organismos de “monitoração externa”. Sem muito mistério. (p. 41)

O neoliberalismo representou um novo momento no campo ideológico-cultural no capitalismo. Como bem frisou Boron (1999), a filosofia neoliberal conseguiu convencer amplos setores da sociedade, conquistou corações e mentes de que não há alternativa que não a própria ordem do capital. Naturalizou o que é essencialmente histórico. Restaria aos “desvalidos” apenas esperar pela ajuda tópica e focal dos projetos e programas sociais da “nova” filantropia levada a cabo pelos governos e pelas empresas.

(2.1.2) Estado, lutas sociais e neoliberalismo no Brasil

A América Latina de maneira geral, e o Brasil, em particular, sempre sofreram os impactos das grandes mutações societárias ocorridas nos países capitalistas centrais, o que, durante as décadas de 1960 e 1970, também não foi diferente.

O desenvolvimento capitalista brasileiro naquele contexto deu-se graças ao cenário político propiciado pelos regimes ditatoriais que se impuseram. Como diz Leher (2000), o

estabelecimento de tais regimes políticos fez-se visando a dismantelar e eliminar a oposição socialista e as forças populares que lutavam por maior justiça e equidade social:

Adotando como referência o caso específico do Brasil, vale lembrar, rapidamente, as motivações dos militares com o golpe de Estado. Desde meados da década de 1950, o crescimento da organização popular, por meio de sindicatos (criação da Confederação Geral dos Trabalhadores e das Ligas Camponesas), forçou mudanças na indiferenciação ideológica do populismo, tornando-o cada vez mais sensível às teses da esquerda (inflexão do populismo em direção ao socialismo, nos termos de Anderson, 1988). Para reverter esse quadro, agravado pelo sucesso da Revolução Cubana e pela crise econômica, os militares, com apoio da potência hegemônica, promoveram o golpe de Estado. Neste sentido, o ciclo de golpes militares na região tem de ser visto como um movimento de contra-revoluções preventivas, efetivadas para extirpar a esquerda que não resignava ao capitalismo, em suma, para apagar o socialismo da agenda política da região. Entretanto, desde o início os militares afirmaram que o objetivo do golpe era criar as condições para que a democracia pudesse ser restabelecida (defesa, em sintonia com os EUA, do *mundo livre*). Evidentemente, a violência inaudita empregada pelos regimes militares revela que tratava-se de uma redefinição da democracia, de modo que ficasse assegurado que os contestadores da ordem burguesa não mais exerceriam influência na vida política do país. (p. 158)

As conseqüências da série de governos militares que conduziram o país durante vinte e um anos, do ponto de vista econômico, político e social, foram drásticas. Nem o único período de “êxito” econômico levado a cabo pela tecnoburocracia militar, que se convencionou chamar de “milagre econômico” (1968-1973), foi suficiente para abrandar a questão social do país. Como demonstram Arns et al. (1976) houve crescimento econômico acompanhado de pobreza. O “bolo” não foi dividido.

A conjuntura recessiva da economia capitalista mundial do pós 1973, marcada, entre outros, pela crescente inflação, pelos choques nos preços do petróleo, altas taxas de juros, instabilidade financeira, estagnação dos fluxos de acumulação produtiva do capital e redução das taxas de incremento da produtividade, teve como conseqüência para a economia brasileira a diminuição do valor de suas exportações, o aumento dos custos de suas importações e a contração das subvenções estrangeiras que impulsionavam seu desenvolvimento econômico.

No decorrer da crise, o quadro ficaria ainda mais crítico: recessão, inflação exorbitante, falência das finanças públicas, déficit na balança comercial, diminuição do PIB, desvalorização cambial, contração do mercado interno, redução dos níveis de atividade econômica e dos investimentos produtivos, rebaixamento dos salários e aumento do desemprego (o setor privado adaptava-se às medidas recessivas com demissões e redução

salarial), queda da renda *per capita*, diminuição do poder aquisitivo, deterioração das condições de vida, pobreza e miséria social.

A condução da política econômica pelos militares havia engendrado uma enorme concentração de renda e um abismo entre as classes. Juntamente com a crise econômica, nasceram, às margens da estrutura partidária estabelecida, novos protagonistas, que alteraram as regras e as bases de sustentação da ditadura militar. Conseguiram romper com a tradição de heteronomia das lutas sociais das classes populares, e colocaram-se na situação de confronto com os organismos estatais militares, muito pouco permeáveis e declaradamente hostis.

Dado o agravamento das condições materiais de existência, desenvolveu-se um vasto movimento de lutas com as greves do ABC paulista (HUMPHREY, 1982), com as mobilizações dos trabalhadores rurais por aumento salariais e pelo acesso à terra, bem como com a luta de outros movimentos populares por melhores condições de vida, que se proliferaram nas periferias pobres dos grandes centros urbanos. Lutas sociais também nas quais as católicas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) cumpriram importante papel (SINGER; BRANT, 1982). No fundo, eram pressões coletivas que traziam em seu seio o clamor pela democratização das relações sociais e políticas no país.

A vida política brasileira alcançou novos contornos por um amplo movimento de massas que propunha mudanças na institucionalidade econômica e política, cuja expressão maior deu-se com o movimento das Diretas Já!⁴² Após vinte anos de demandas sociais sufocadas pela ditadura militar, o nível de expectativas em torno da Nova República, instaurada em 1985, era bastante alto. Teria que responder aos desafios da construção de uma ordem democrática, da redefinição do modelo econômico e do enfrentamento da questão social. Assim diz Leher (2000):

O fim do regime militar criou uma onda de otimismo em relação à democratização da sociedade, em especial, por meio do aprofundamento do caráter público do Estado, após longo inverno de violência institucional. Mas a chamada transição não caminhou inexoravelmente para a democracia, como, aliás, a análise da correlação de forças já indicava na época. No Brasil, as eleições indiretas e constituinte congressual foram derrotas que sinalizaram que a “transição lenta, gradual e segura” contava com forte apoio das classes dirigentes. No entanto, também multidões que clamaram por “Diretas, Já!” e a reorganização dos movimentos sociais em favor de uma Constituinte Soberana deixaram suas marcas. (p.145)

⁴² Tratou-se de um amplo movimento civil ocorrido em 1983 que agregou diversos setores da sociedade brasileira, como inúmeros partidos políticos, lideranças sindicais, civis, artísticas, estudantis e jornalísticas, clamando e reivindicando eleições presidenciais diretas no Brasil numa clara oposição ao que fora estabelecido pelo regime militar.

A derrota da emenda Dante de Oliveira e as negociações decorrentes, que levaram à constituição da Aliança Democrática e à eleição indireta de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, revelaram os impasses de um pacto de transição articulado “pelo alto” para que as forças conservadoras mantivessem o controle sobre seus riscos e conseqüências, em meio à agitação e inquietação social das forças populares. Foi uma reforma que, conduzida pelos próprios líderes do regime, teve como característica uma relativa “acomodação política”, sem rupturas ou violência.

Expressão das marcas deixadas pelas lutas sociais pode ser constatada no campo ambíguo da “Constituição Cidadã”, como ficou conhecida a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Ela foi o reflexo da disputa política: ao mesmo tempo em que resultou em avanços no campo dos direitos sociais, civis e políticos, também manteve traços conservadores através de inúmeros dispositivos que reforçaram o legado do antigo modelo.

Exemplar da disputa em torno da Constituição é que mesmo antes de ser implementada tornou-se alvo de violentos ataques dos defensores da ampliação da ordem liberal, como vimos, opositores de qualquer tipo de “dirigismo estatista”, “igualitarismo”, em suma, de um Estado (sociedade política) encampado por forças populares e por isto mais voltado ao enfrentamento da questão social. Tais ataques desdobraram-se nos mecanismos de revisão constitucional na década de 1990, que buscaram congelar e reverter avanços sociais alcançados.

Apesar dos pesares, é possível afirmar, como faz Montaño (2003) que muito embora as políticas sociais da Nova República não tenham revertido a lógica do padrão de seguridade social legado da ditadura militar, há uma ruptura na concepção de política social a partir de 1985, a qual se revela no compromisso com a constituição de um padrão mais equitativo de proteção, consolidado nos avanços sociais obtidos com a promulgação da Constituição de 1988.

Por isso mesmo que a Constituição de 1988, que abrigou muitas das pressões que vinham “de baixo”, tornou-se um dos principais alvos da luta que os capitalistas travaram. Direitos sociais conquistados, num momento em que se exaltava no mundo inteiro a proposta e necessidade de Estado mínimo, estariam indo na contramão da história.

Mesmo com avanços no campo político, a economia capitalista brasileira continuava decadente. Por isso, paralelamente às conquistas no campo dos direitos através da materialização de demandas populares no Estado (sociedade política), no final dos anos 1980, grupos que conduziam a ação estatal no Brasil irmanaram-se num consenso em torno da natureza estrutural da crise econômica e da crise do próprio Estado, declarando-o burocrático

e ineficiente. A formação desse grande consenso era favorável às políticas de ajuste e às reformas propugnadas pelo que se convencionou chamar “Consenso de Washington”⁴³, extremamente afinado com as proposições neoliberais.

Sob a justificativa de adotar um novo modelo de crescimento para as economias dependentes do Sul e Leste do planeta, os programas de “ajuste estrutural” concebidos nas instituições internacionais – Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) – impuseram o receituário neoliberal com base na pressão do endividamento.

O discurso neoliberal a partir de finais dos anos 1980 no país tornou-se o eixo de uma ampla ofensiva, por meio da articulação entre empresários, burocracia estatal e aparelhos midiáticos. No discurso dominante, entre os empresários e conservadores, a crise do Estado era endógena e se afigurava como a principal razão das dificuldades que afligiam nossa economia.

Afirmado em todos os meios possíveis que o Estado (sociedade política) gastava descontroladamente, intervinha em excesso, era incapaz de gerir suas atividades de forma adequada, em suma, que enfrentava grandes dificuldades para cumprir sozinho suas responsabilidades, tanto no enfrentamento da questão social como na construção de uma infra-estrutura que suportasse o desenvolvimento do país, procuravam legitimar socialmente a idéia de que era preciso e necessário reformá-lo e também de que a iniciativa do capital (empresarial) seria mais eficiente e infalível.

A vitória nas eleições presidenciais de Fernando Collor de Mello⁴⁴ para alguns analistas foi o grande marco “formal” que coroou o neoliberalismo no país. De acordo com Antunes (2005) o neoliberalismo iniciado com Collor, de modo aventureiro, encontraria com FHC⁴⁵ uma nova racionalidade e um projeto mais orgânico.

(2.2) Brasil anos 1990: o Estado no fomento do “terceiro setor”

⁴³ Em novembro de 1989 reuniram-se na capital dos Estados Unidos funcionários do governo estadunidense e dos organismos financeiros internacionais ali sediados – FMI, Banco Mundial e BID – especializados em assuntos latino-americanos para formularem reformas econômicas na região. A reunião também contou com economistas latino-americanos para apresentar as experiências de seus países (representando o Brasil, esteve presente Luis Carlos Bresser-Pereira). Entre as recomendações para reformarmos nossas economias estavam, de acordo com Nogueira (1994), a disciplina fiscal (implicando cortes nos gastos com a questão social), a liberalização financeira e comercial, as privatizações, desregulações (afrouxamento das regulações econômicas e trabalhistas), propriedade intelectual, entre outros.

⁴⁴ Eleito em 1989 à presidência da República. Candidato pelo PRN (Partido da Reconstrução Nacional) foi empossado em 1990. Em 1992 sofreu processo de *impeachment*, sendo substituído pelo vice, Itamar Franco, cujo mandato se encerrou em 1994.

⁴⁵ Sigla de Fernando Henrique Cardoso. Candidato pelo PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) foi eleito presidente da República em 1994 e reeleito em 1998 encerrando seu mandato em 2002.

Em certas abordagens convencionou-se considerar que os anos de 1990 correspondem ao período de aprofundamento e consolidação do padrão de desenvolvimento neoliberal em território nacional. Neste marco temporal, o Estado-nação brasileiro teve sua configuração revista, modificada e racionalizada para um novo padrão de desenvolvimento capitalista e, portanto, de intervenção na questão social. A década de 1990, no país, alavancou e fomentou uma nova lógica de tratamento da questão social que correspondeu à ruptura e ao abortamento de um processo.

Para entendermos a constituição de uma nova lógica de trato da questão social devemos compreender a lógica anterior em que se gestou, por meio das lutas sociais apresentadas no tópico acima, uma cultura política combativa e reivindicadora de direitos sociais.

Para Montañó (2003), o neoliberalismo “*procura reverter as reformas desenvolvidas historicamente por pressão e lutas sociais dos trabalhadores, tendo seu ponto máximo expresso na Carta de 1988.*” (p. 29). A constituição de 1988 é entendida como a cristalização de um movimento amplo por redemocratização da sociedade e de luta de classe ascendente no país em que se universalizaram direitos básicos, fundamentando um tipo de cidadania mais elevada que de outros períodos da história brasileira. Neste sentido, representou uma vitória relativa das classes trabalhadoras, “obrigando”, já que presente no texto da lei, uma nova postura e conduta por parte do Estado (sentido estrito) com relação à garantia dos direitos sociais.

Por esta razão, a década de 1980, no Brasil, considerada perdida por muitos economistas conservadores, é vista por Moraes (2001) como uma década de espaços conquistados em que o processo de “redemocratização controlada” não conseguiu evitar intrusos (organização sindical, movimentos populares, manifestações de massa etc.), possibilitando e colocando na agenda política estatal demandas populares.

O neoliberalismo e sua racionalização no país impulsionaram cada vez mais a ruptura do processo mencionado. Favoreceu ao movimento regressivo do Estado (sentido estrito) no trato à questão social, ressignificando a cultura política no país, num movimento que poderíamos caracterizar de repolitização da política. Para Moraes (2001), as políticas sociais passaram a ser influenciadas por outros lemas: *focalização, descentralização e privatização.*

Focalização ocorre quando se substitui a política de acesso universal pelo acesso seletivo. Na “incapacidade” do Estado (sentido estrito) fornecer devidamente os serviços que deveria por lei, ele cria mecanismos e critérios de seleção para o fornecimento.

Descentralização e privatização, processos que andam, ocorrem, na maioria das vezes, paralelamente, quando há a transferência das competências tipicamente estatais (serviços urbanos, saúde, educação etc) para as coletividades locais (sociedade civil), o que em grande parte dos casos processa-se de maneira “indireta”, por exemplo, quando a federação descentraliza atividades de sua responsabilidade legal para estados e municípios e isto não é acompanhado dos recursos financeiros necessários para manutenção e sustentação dos serviços frente à demanda, obrigando, assim, os poderes públicos locais buscarem “parcerias” com empresas, ONGs e outras instituições.

Estes lemas, que acabam de maneira ou outra minimizando a atuação e responsabilização do Estado para com a questão social, são, atualmente, hegemônicos. Frente à impossibilidade de ofertar uma resposta séria à questão social, e à legitimação da idéia de que sozinho o Estado (sociedade política) seria incapaz de fazer valer a lei e os direitos sociais conquistados, ocorre uma consolidação e fomento do chamado “terceiro setor” requerido como “apoiador” ideal da atividade estatal.

Em realidade, “terceiro setor” é o espaço que congrega todo o movimento da atual filantropia, seja ela capitalista (por meio de institutos e fundações empresariais), ou aquela atrelada às ONGs, que se multiplicaram aos milhares na década de 1990 frente à degradação das condições de vida no país. A questão social nos termos do “terceiro setor” volta a ser tratada na órbita da filantropia e não do direito social.

Segundo Montaña (2003):

[...] O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém é subsidiador e promotor do processo ideológico, legal e financeiro de “transferência” da ação social para o “terceiro setor”. É um ator destacado nesse processo. É o Estado que nos inunda de propaganda sobre o “Amigo da Escola”, que promove o Ano Internacional do Voluntariado, que desenvolve a legislação para facilitar a expansão destas ações, que estabelece parcerias [...] (p. 235).

Para entendermos de que maneira o Estado (sociedade política) foi fomentador do “terceiro setor” contribuindo para seu movimento de racionalização, é crucial, cremos, a análise da criação e desenvolvimento da Comunidade Solidária e do discurso da (contra) Reforma do Estado, ambos frutos e balisadores das condutas práticas do governo Fernando

Henrique Cardoso. Após isto, o leitor conferirá algumas das legislações criadas e que se relacionam diretamente como o objeto de nosso estudo, o Projeto Formare.

(2.2.1) A Comunidade Solidária: instância de fomento do “terceiro setor”

É possível afirmar que a história da Comunidade Solidária tem sua gênese na sociedade brasileira no início dos anos 1990 quando se organizou no país a campanha da “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, a qual surgiu como um desdobramento do Movimento pela Ética na Política (MEP), construído em torno da campanha relativa aos escândalos de corrupção que levaram ao impedimento de Fernando Collor.

Oficialmente, o movimento de “Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida”⁴⁶ originou-se a partir de um documento denominado *Carta de Ação da Cidadania*, em que se denunciava a fome e a miséria de milhões de brasileiros como sendo o principal problema do país. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)⁴⁷ foi um dos seus principais organizadores e o sociólogo Herbert José de Souza⁴⁸, o Betinho, à época, dirigente daquela organização a qual fundou, constituiu-se na liderança mais conhecida e importante.

A construção de um consenso acerca do tema valeu-se de instrumentos potentes. No embalo e canalizando as energias participativas então liberadas pelo MEP - que havia aglutinado movimentos sociais, lideranças políticas e sociais, ONGs, técnicos especialistas em políticas públicas, representantes do Estado e empresários - os organizadores do movimento ocuparam estrategicamente os meios televisivos e jornalísticos visando a

⁴⁶ O leitor interessado pode encontrar muitas informações no seguinte endereço: <<http://www.acaodacidadania.com.br/>>. Acesso: 26 abr. 2009.

⁴⁷ Criado em 1981, se define da seguinte maneira: “*Somos uma instituição sem fins lucrativos, sem vinculação religiosa e partidária. Nossa missão é aprofundar a democracia, seguindo os princípios de igualdade, liberdade, participação cidadã, diversidade e solidariedade. Apostamos na construção de uma cultura democrática de direitos, no fortalecimento do tecido associativo e no monitoramento e influência sobre políticas públicas. Nossa atuação ultrapassa as fronteiras nacionais, tendo conexões com outros países, especialmente na América Latina e África. Para radicalizar a democracia, o Ibase desenvolve projetos e/ou iniciativas nas seguintes linhas: Alternativas Democráticas à Globalização; Desenvolvimento e Direitos; Direito à Cidade; Economia Solidária; Processo Fórum Social Mundial; Juventude Democracia e Participação; Observatório da Cidadania: direitos e diversidade; Responsabilidade Social e Ética nas Organizações; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.*” (<<http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=24>>). O IBASE é filiado à ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais).

⁴⁸ O leitor interessado na curiosa biografia deste intelectual pode consultar: <http://www.conversascombetinho.org.br/conteudo/trajetoria_cidada.htm>.

estimular cada brasileiro a fazer o que estivesse ao seu alcance para resolver a questão da fome. Era um apelo à “solidariedade”.

Pelo que consta, entre 1993 e 1994, os comitês de combate à fome espalhados por todo o Brasil, mobilizaram perto de trinta milhões de pessoas em alguma forma de apoio e contribuição. Entretanto, esse novo “solidarismo” que passava a imperar na agenda política brasileira, integrador de todas as classes sociais, desprovido de uma maior politização do debate da questão da fome e miséria, não passou em branco para alguns partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais, que taxavam, não sem razão, o movimento de assistencialista e caritativo.

Ao acompanhar o histórico da Ação da Cidadania, parece ficar claro que já no ano de 1994, talvez devido às críticas de entes externos e pressões dos próprios participantes mais ativos nos comitês, uma maior politização do debate começa ocorrer:

Na fase inicial do Movimento, em 1993, o objetivo principal dos comitês era despertar nas pessoas a conscientização para a problemática da fome e da miséria. Nesse sentido, seu principal desafio era viabilizar a distribuição de alimentos entre a população situada abaixo da linha de pobreza. [...] Com o amadurecimento do Movimento da Ação da Cidadania, a essência da existência dos comitês passa a ser a construção da cidadania coletiva e ativa voltada para a mobilização e transformação social. (<http://www.acaodacidadania.com.br/>)

Foi paralelamente aos desenvolvimentos da “Ação da Cidadania”, e em meio às pressões políticas (e partidárias)⁴⁹ que o então presidente da República, Itamar Franco, determinou a seus ministros que apresentassem propostas aptas a atenuar a fome e a miséria, junto de uma comissão integrada por membros do governo e da sociedade civil que deveria encarregar-se de organizar e elaborar um plano emergencial de ação. Foi assim que se iniciou a montagem do “Plano de Combate à Fome e à Miséria”, em que se propunha o estabelecimento de um conselho de Estado, “*cuja função de consulta, assessoria e indicação de prioridades ao presidente da República deveria ser exercida por uma parceria entre ministros de Estado e personalidades notáveis, identificadas com vários setores da sociedade civil, indicados pela Ação da Cidadania*” (PELIANO, 1994, p. 11 apud. RESENDE, 2000, p. 8).

⁴⁹ Em fevereiro de 1993 lideranças do Partido dos Trabalhadores (PT) apresentaram ao presidente da República documento que sugeria a adoção de uma política nacional de segurança alimentar e a criação de um conselho nacional de segurança alimentar.

Através do Decreto nº. 807 de 24 de abril de 1993 foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA)⁵⁰. Inicialmente, apenas órgão de consulta e assessoramento ao presidente da República, logo se tornou órgão máximo no âmbito da estrutura operacional concebida para a implementação do “Plano de Combate à Fome e à Miséria”.

O CONSEA funcionou como mecanismo de articulação entre o governo e a sociedade civil no encaminhamento de ações de combate à fome e à miséria. Resumindo, comenta Resende (2000):

A formulação do Plano de Combate à Fome e à Miséria representou o início de uma ação nacional voltada para o combate à fome e à miséria. Apoiou a organização de um conselho de Estado – o CONSEA –, com participação de representantes da sociedade civil organizada, e introduziu, na administração pública, o princípio da concertação de interesses sociais, conforme estabelecido, em vários artigos, na Constituição Federal de 1988. Também reinstituiu uma política nacional de segurança alimentar, pela primeira vez calcada não na centralização das ações, mas em princípios como *descentralização, solidariedade e parceria*. Por fim, estabeleceu um novo modelo de planejamento das ações de governo, incorporando novos atores sociais e criando um novo espaço público – até então inédito – para discutir e estabelecer prioridades de políticas públicas dirigidas aos setores excluídos da sociedade que, por sua própria natureza, não possuem instrumentos tradicionais de pressão política. (p. 11)

Conforme mencionado anteriormente, a campanha da “Ação da Cidadania” pareceu sofrer transformações que não podem ser ignoradas. No ano de 1994, voltou sua atenção para a necessidade de ampliar o número de postos de trabalho no Brasil como forma de erradicar a miséria. Daí começou-se a fomentar a campanha “Comida contra fome, Trabalho contra a Miséria” lançada em março daquele ano juntamente com o “Mapa do Mercado de Trabalho” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...] Em função da campanha "Comida contra a fome. Trabalho contra a miséria", a Ação da Cidadania decidiu acolher projetos de geração de emprego e renda propostos por seus comitês. [...] De 27 a 30 de julho, cerca de dois mil delegados, convidados e observadores reuniram-se em Brasília com o objetivo de criar mecanismos para acabar com a fome e o desemprego, estendendo o direito à cidadania a todos os brasileiros. A conferência foi uma iniciativa do CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Ao final da reunião, a "Declaração em defesa de uma política nacional de segurança alimentar" foi apresentada, reunindo e

⁵⁰ Compunham tal Conselho o presidente, Bispo da Arquidiocese de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli; oito ministros de Estado (Planejamento, Fazenda, Agricultura, Trabalho, Saúde, Educação, Bem-Estar Social e Secretaria Geral da Presidência da República) e 21 cidadãos brasileiros (os mais “notáveis” indicados pelo movimento da “Ação da Cidadania”) identificados com diversos segmentos da sociedade civil.

discutindo temas como a questão agrária, o desenvolvimento urbano, a saúde, a educação, a geração de emprego e renda, entre outros. (<http://www.acaodacidadania.com.br/>)

A partir do momento em que o movimento social “Ação da Cidadania” passou a incorporar na sua pauta demandas por emprego, reforma agrária, políticas de saúde e nutrição, questões mais estruturais entravam em cena no debate para os agentes políticos, e o problema da fome e da pobreza sofreria uma inclinação para outro lado da balança: não mais o da assistência, caridade e filantropia, mas o de enfrentamento de suas raízes e causas (e da luta por direitos sociais).

Isto se fez sentir, sob a forma de pressão política, no CONSEA, já que congregava não apenas pessoas atreladas ao governo Itamar Franco, como os ministros, mas também representantes da sociedade civil que de maneira ou outra prestavam satisfações aos comitês organizados do movimento social.

As tensões políticas em torno do problema da fome e miséria (pobreza) para o governo, naquele contexto, eram claras. Como mostra a pesquisa de Almeida (2006), de um lado a sociedade ampliava e aprofundava o debate sobre a questão da fome e sinalizava através de pressões via CONSEA para políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar e reforma agrária, como pilares para enfrentar o quadro de pobreza existente no país. De outro lado, ao contrário da orientação de investir no fortalecimento da produção agro-familiar, vigorava a política de priorizar a estabilização monetária articulada juntamente com a liberalização da economia brasileira - o Plano Real. Como resultado da correlação de forças existentes no interior do governo Itamar, a política de segurança alimentar ficou refém das restrições econômicas então impostas.

O governo eleito no final do ano de 1994 teria como presidente Fernando Henrique Cardoso, o qual iria seguir e aprofundar a linha de desenvolvimento econômico que havia delineado quando era Ministro da Fazenda. Foi assim que, logo no início de seu mandato presidencial em 1995, desmontou o CONSEA - espaço que havia gerado tensões no governo anterior, sinalizador, ainda que muito tímido, de possibilidades de que os rumos do desenvolvimento do país fossem definidos a partir de políticas sociais afirmadoras de direitos e de uma deliberação ampliada que visasse a findar a pobreza - para criar a Comunidade Solidária (CS).

Segundo Almeida (2006), com o governo FHC e a nova experiência da Comunidade Solidária, o eixo da participação popular com vistas à possibilidade de influenciar a formulação de políticas sociais é deslocado do movimento social “Ação da Cidadania” para o

governo, selando o fim do diálogo dos comitês organizados com seus representantes. Para a autora, a curtíssima experiência do governo Itamar Franco ainda comportava tensões já que os conselheiros do CONSEA atuavam diretamente na definição de prioridades da ação governamental, na pressão pela alocação de recursos orçamentários e no desenho operacional de programas federais. Ao contrário, o que viria caracterizar o governo FHC seria uma conduta mais monolítica que visou eliminar e “despolitizar” os conflitos sociais. Como afirmou Ruth Cardoso, presidenta da Comunidade Solidária à época do governo de seu marido, a idéia era livrar-se das reivindicações:

[...] O Conselho da Comunidade Solidária, por sua vez, optou pelo critério da legitimidade, não pelo da representatividade. Foram convidados para compor o Conselho personalidades com atuação reconhecida na promoção da cidadania e do desenvolvimento: empreendedores sociais, empresários, pesquisadores, líderes espirituais de diferentes tradições religiosas e do mundo da cultura. Mais do que representantes de diferentes instituições pressionando o Estado, o que se queria eram pessoas abertas ao diálogo, dispostas a promover parcerias múltiplas e flexíveis entre Estado e sociedade. (Cardoso, et al, 2002: 8, apud. ALMEIDA, 2006, p.89)

Na perspectiva de Peres (2005), encontramos que já nos anos 1980, Ruth Cardoso, como intelectual e estudiosa dos movimentos sociais populares e urbanos, em suas análises sobre as mudanças na cultura política sugeria o que viria a pôr em prática quando primeira dama. Para Ruth, a sociedade brasileira estaria, no início dos anos 1990, ainda que fragmentada e dispersa, suficientemente mobilizada para participar da definição e contribuir na execução das políticas sociais, o que seria um indicativo positivo de que percorríamos o caminho certo, conquistando canais, mesmo que escassos, para “dialogar” com o Estado. Desta positividade constatada, vinha a crítica à ideologia e ao formato organizativo de movimentos - classe trabalhadora organizada ou movimentos sociais ligados aos partidos políticos - que prezavam por “concorrer” e não em “colaborar” com o Estado. Já era clara a opção, inclusive teórica, de que era preciso a sociedade ser “parceira” do Estado (sociedade política). O espaço identificado como “terceiro setor” era, por ela, exaltado e valorizado, em muito, pelas características de “parceiro”, “colaborador”, em suma, aspectos que passavam longe dos de “confrontação” e “combatividade”.

O primeiro ano de funcionamento da Comunidade Solidária serviu apenas para assentar seu terreno. Foram em meio aos conflitos, críticas, disputas e tensões do primeiro ano de funcionamento deste órgão, e já descrentes das intenções do governo FHC, o qual não recuaria no modelo econômico escolhido para o país, que dois importantes membros do Conselho da Comunidade Solidária (CCS), de grande inserção no movimento “Ação da

Cidadania” (e também no CONSEA), abortaram sua participação: Betinho, presidente do IBASE, e Jorge Durão, presidente da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG)⁵¹.

Estruturalmente, a posição que a Comunidade Solidária ocupava no governo FHC vinculava-se diretamente à Casa Civil da Presidência da República e dividia-se no Conselho da Comunidade Solidária (CCS)⁵² - espaço para encontros, reuniões e diálogo entre Estado e sociedade civil visando a articular parcerias, sob a presidência de Ruth Cardoso - e na Secretaria Executiva (SE) - que além de assessorar o conselho, tinha como função articular e coordenar a implementação de um conjunto de 16 programas de combate à pobreza⁵³, espalhados por diferentes ministérios.

Alguns documentos produzidos pela Comunidade Solidária foram reveladores do que, realmente, ela se prestou. Um deles é o *Um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade* escrito no ano de 2000, financiado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nele, seus formuladores mostravam fazer parte de um movimento global compartilhado por diversos setores (governamentais, não-governamentais e empresariais) e sustentado por intelectuais como Manuel Castells, Anthony Giddens, Amartya Sen, Bernardo Kliksberg, Robert Putnam, entre tantos outros. Segundo diziam, a experiência de cinco anos da Comunidade Solidária havia lhes permitido firmar convicções de que era possível enfrentar a pobreza e a “exclusão social” através de “iniciativas inovadoras de desenvolvimento social” e de promoção de parcerias.

Entendiam que o desenho da sociedade mudou, pois, atualmente, não existiria apenas “Estado” e “Mercado”, mas também um “Terceiro Setor”, não-lucrativo e não-governamental

⁵¹ <http://www.abong.org.br/>

⁵² Composto por: André Roberto Spitz, Antônio Renato Aragão, Arzemiro Hoffmann, Augusto César Antunes de Franco, Denise Dourado Dora, Dom Luciano Mendes de Almeida, Efrém de Aguiar Maranhão, Gilberto Passos Gil Moreira, Hélio de Souza Santos, Herbert José de Souza (até maio de 1996), Joaquim Arruda Falcão Neto, Jorge Eduardo Saavedra Durão (até maio de 1996), Maria do Carmo Brant de Carvalho, Miguel Darcy de Oliveira, Ney Bittencourt de Araújo (falecido em janeiro de 1996), Pedro Moreira Salles, Regina Blois Duarte, Romeu Padilha de Figueiredo, Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça, Sônia Miriam Draibe; Ministros: Chefe da Casa Civil da Presidência da República, da Agricultura, Abastecimento e da Reforma Agrária, da Educação e do Desporto, da Fazenda, da Justiça, do Planejamento, da Previdência e Assistência Social, da Saúde, do Trabalho, Extraordinário dos Esportes.

⁵³ Interessa-nos mencionar que a educação profissional no governo FHC compôs um dos 16 programas integrados à Comunidade Solidária, através do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR). Com tal experiência o governo federal de então procurou ofertar, aos “grupos vulneráveis” (pobres, desempregados e precarizados) educação profissional na base de parcerias com entidades da sociedade civil. A sustentabilidade financeira dessa política se ancorava no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e contou como instituições executoras e gestoras, primordialmente com as entidades do chamado “terceiro setor”. É inegável ter havido uma expansão da rede estatal de educação profissional. Entretanto, deve-se dizer que a tônica do plano se marcou pela falta de qualidade, continuação e até mesmo existência dos cursos prestados, revelando um enorme descaso com o dinheiro público.

(ONGs, fundações empresariais, entidades filantrópicas, clubes de serviços, centros de voluntariado, grupos informais de apoio e auto-ajuda etc.), cujo crescente protagonismo “enriqueceu” a dinâmica social e gerou “formas inéditas” de articulação com “Estado” e “Mercado”.

A novidade histórica do aparecimento do “terceiro setor”, da multiplicação de “iniciativas privadas com fins públicos”, na visão da Comunidade Solidária, era sinal de que a sociedade estaria mais “reflexiva”, energizada e inteligente e de que, se não se constituiria em alternativa completa para as políticas sociais de responsabilidade do Estado, tornar-se-ia pré-requisito⁵⁴ para sua boa execução.⁵⁵

Daí a crença da Comunidade Solidária expressa por Cardoso (2000) de que, contribuindo para o movimento de articulação, autoconhecimento e racionalização do chamado “terceiro setor”, contribuir-se-ia para uma radicalização da democracia, e para a superação dos problemas sociais brasileiros:

Para superar seus impasses estratégicos, o Brasil precisa de milhares de organizações do Terceiro Setor, vivendo com um mínimo de sustentabilidade e atuando, autonomamente e em parceria com o Estado, nas mais diversas áreas do desenvolvimento humano e social, gerando projetos, assumindo responsabilidades, empreendendo iniciativas e mobilizando recursos. Quando as organizações da Sociedade Civil brasileira chegarem a mobilizar 5% do PIB, igualando-se à média internacional, muitos de nossos problemas básicos de desenvolvimento social poderiam, quem sabe, estar resolvidos. (p.32)

Por isto se propuseram a criar legislações e a fomentar o chamado “terceiro setor” com o que estivesse ao alcance. Uma das estratégias de promoção do “terceiro setor” adveio do incentivo ao “voluntariado”. Isto fica claro de acordo com a seguinte passagem:

Fortalecimento dos vínculos de reciprocidade e conexão social: não é outro o sentido que o Conselho da Comunidade Solidária vem desenvolvendo para articular os atores sociais e promover o voluntariado e a filantropia, antigas realidades, sempre presentes na tradição brasileira, que merecem hoje ser revalorizadas e incentivadas no contexto da luta contra a pobreza e a exclusão. É assim que tem surgido um novo voluntariado e uma nova

⁵⁴ “A multiplicação de iniciativas privadas com fins públicos é uma novidade histórica que está impulsionando uma redefinição em profundidade dos padrões de relacionamento entre Estado e sociedade. Parcerias envolvendo múltiplos atores não se constituem em alternativa para as políticas sociais de responsabilidade do Estado mas pré-requisito para sua execução com eficiência e equidade.” (CARDOSO, 2000, p.8)

⁵⁵ Peres (2005) chama atenção que em entrevista concedida a Roberto Pompeu de Toledo (1998, p. 326), Fernando Henrique Cardoso teria dito que: “Elas [as ONGs] são o elo entre o Estado e a sociedade, mas não só isso: são agentes catalisadores de mudanças. Por isso digo: caso se tenha alguma coisa a pedir é melhor pedir a uma ONG do que ao Estado”. As ONGs seriam representantes legítimas das demandas sociais e agentes de mudança, competentes para avaliar a atuação do Estado e mais eficientes do que ele desde que, segundo Fernando Henrique Cardoso, a “ONG entenda que seu papel não é o de destruir o Estado.”

filantropia, voltados para o desenvolvimento social, impulsionados mais pela solidariedade do que pela simples generosidade, marcados por virtudes cívicas e não apenas por motivações ético-morais individuais. (p. 12-13)

O empresariado aproveitando-se deste movimento iria valer-se ainda mais, em uma série de projetos sociais capitaneados por sua iniciativa, do trabalho voluntário de seus trabalhadores.

(2.2.2) A (contra) Reforma do Estado brasileiro e a política social estatal na ótica gerencialista

A Reforma do aparelho de Estado entra de maneira estruturada na agenda política brasileira com a vitória presidencial de Fernando Henrique Cardoso. Para levá-la a cabo, foi criado o Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), o qual, sob orientação do ministro Luiz Carlos Bresser Pereira⁵⁶, elaborou importantes documentos, dentre eles, o *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado* (1995) e uma série de Cadernos que trataram de maneira mais pormenorizada da questão.

A necessidade de reformar o Estado, na ótica do grupo político no governo, advinha do diagnóstico de que a crise da economia capitalista mundial tinha como causa motora o próprio Estado, o qual havia crescido demais e de maneira distorcida ao longo do século XX, e por isto, de instrumento de desenvolvimento econômico convertia-se em entrave.⁵⁷ A maneira distorcida com que cresceu o Estado a que faz referência Bresser Pereira e sua equipe, diria respeito à captura do Estado por interesses privados:

[...] como sempre acontece, com o crescimento, com o aumento de sua capacidade de arrecadação de impostos e de suas transferências, aos poucos as distorções começaram a aparecer. As transferências do Estado foram sendo capturadas pelos interesses especiais de empresários, da classe média, e de burocratas públicos. (PEREIRA, 1997, p. 13)

⁵⁶ O ex-ministro do MARE no governo FHC, professor do curso de Administração da Fundação Getúlio Vargas, como diz na introdução de seu livro de 1998, *Reforma do Estado para a Cidadania*, viajou à Inglaterra no intuito de atualizar algumas idéias e receber lições sobre o movimento “gerencialista” que tomava conta de inúmeras reformas estatais (da administração pública) pelo globo. O sistema de gestão público estatal passaria receber cada vez mais a marca empresarial (do Estado Amplo).

⁵⁷ Chega-se a mencionar em seus escritos que a globalização reduziu a autonomia do Estado, mas não se explora, nem se vai a fundo neste debate, que teria como consequência ver o motor da crise não primordialmente no Estado, mas sim no capital como relação social global. Mas o entendimento do grupo em questão é mais simplificador entendendo que “quando há uma crise importante no sistema, sua origem deverá ser encontrada ou no mercado, ou no Estado. A Grande Depressão dos anos 30 decorreu do mal funcionamento do mercado, a Grande Crise dos anos 80, do colapso do Estado Social do século vinte.” (PEREIRA, 1997, p. 9)

Por meio deste diagnóstico, afirmavam que a dinâmica da crise estatal dar-se-ia da seguinte forma: 1) pela crise fiscal, pela perda de crédito público e pela incapacidade crescente do Estado de realizar uma poupança pública que lhe permitisse financiar políticas públicas; 2) pelo esgotamento das suas formas de intervenção (crise do *welfare state* no “primeiro mundo”, esgotamento da industrialização por substituição de importações na maioria dos “países em desenvolvimento”, e o colapso do estatismo nos países socialistas); 3) pela obsolescência da forma burocrática de administração estatal que gerava custos crescentes, baixa qualidade e ineficiência dos serviços sociais prestados pelo Estado. (PEREIRA, 1997)

Refletindo mais especificamente o caso brasileiro, julgavam necessário superar, numa clara alusão à nova Constituição, o que chamavam de “retrocessos burocráticos de 1988”, por ter encarecido significativamente o custeio da máquina administrativa, tanto no que se referia a gastos com pessoal (funcionários públicos) como bens e serviços, além de aumentar a ineficiência dos serviços públicos. (BRASIL, 1995)

No afã por reformar diziam ser preciso aumentar a “governança”:

[...] pretende-se reforçar a governança - a capacidade de governo do Estado - através da transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão. O governo brasileiro não carece de “governabilidade”, ou seja, de poder para governar, dada sua legitimidade democrática e o apoio com que conta na sociedade civil. Enfrenta, entretanto, um problema de governança, na medida em que sua capacidade de implementar as políticas públicas é limitada pela rigidez e ineficiência da máquina administrativa. (BRASIL, 1995, p. 13-14)

Ora, diziam, um governo poderia ter governabilidade se seus dirigentes contassem com os apoios políticos necessários para governar, entretanto, poderiam governar mal por lhes faltar a capacidade da “governança”. Esta última, só existiria em um Estado que tivesse condições financeiras e administrativas para transformar em realidade as decisões que toma. Como, para eles, este não era o caso do Estado brasileiro, afirmavam o seguinte:

[...] a governança será alcançada e a reforma do Estado será bem sucedida quando o Estado se tornar mais forte embora menor: (a) mais forte financeiramente, superando a crise fiscal que o abalou nos anos 80; (b) mais forte estruturalmente, com uma clara delimitação de sua área de atuação e uma precisa distinção entre seu núcleo estratégico onde as decisões são tomadas e suas unidades descentralizadas; (c) mais forte estrategicamente, dotado de elites políticas capazes de tomar as decisões políticas e econômicas necessárias; e (d) administrativamente forte, contando com uma alta burocracia tecnicamente capaz e motivada. (PEREIRA, 1997, p. 44)

Em busca da “governança” e da necessidade de tornar o Estado “menor”, a operação ideológica principal foi estabelecer o que seria “exclusivo” e “não-exclusivo” do Estado.

As atividades exclusivas diriam respeito àquelas em que o “poder de Estado” é exercido, ou seja, legislar, regular, julgar, policiar, fiscalizar, em suma, as atribuições clássicas daquele que detém o monopólio legítimo do uso da violência (WEBER, 2004). Entre as atividades “não-exclusivas”, deveriam estar aquelas que não envolveriam “poder de Estado”. Como afirmavam, encontravam-se nesta categoria várias instituições tais como:

[...] as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológica, as creches, os ambulatórios, os hospitais, entidades de assistência aos carentes, principalmente aos menores e aos velhos, os museus, as orquestras sinfônicas, as oficinas de arte, as emissoras de rádio e televisão educativa ou cultural, etc.. [...] (PEREIRA, 1997, p. 25).

Não é preciso grande abstração do pensamento para notarmos que se arquitetava o condensamento da sociedade política no seu núcleo estratégico, naquilo que tem de caráter mais repressivo, policial e servil aos interesses capitalistas. Com a noção de “atividades não-exclusivas”, retirava-se da órbita da sociedade política a “exclusividade” - que a leitura crítica deve ler como “obrigação” do Estado (resultante sempre do processo de luta de classes e de fixação/conquista de direitos) - do trato da questão social (saúde, educação, cultura e assistência social para a classe trabalhadora).

O ponto alto da explicação do que se pretendia para as políticas sociais ainda estava por vir e se afirmou aparentemente paradoxal. Isto porque, para nossos reformadores, se a política social não poderia ser monopólio do Estado, já que “atividade não-exclusiva”, tampouco admitiam que fosse meramente privada, voltada para o lucro. Neste debate, não lhes faltaram críticas. Defenderam-se delas dizendo que não almejavam privatizar as políticas sociais, pois isto seria obra do “neoliberalismo conservador”, não do “social liberalismo” - corrente por eles reivindicada a fim de se definirem no espectro político. Para tentar “resolver” a situação, cunharam o termo “publicização”:

A palavra publicização foi criada para distinguir este processo de reforma do de privatização. E para salientar que, além da propriedade privada e da propriedade estatal existe uma terceira forma de propriedade relevante no capitalismo contemporâneo: a propriedade pública não estatal. [...] se definirmos como público aquilo que está voltado para o interesse geral, e como privado aquilo que é voltado para o interesse dos indivíduos e suas famílias, está claro que o público não pode ser limitado ao estatal, e que fundações e associações sem fins lucrativos e não voltadas para a defesa de

interesses corporativos mas para o interesse geral não podem ser consideradas privadas. (PEREIRA, 1998, p. 25-26)

Sobre esta manobra do pensamento que acabamos de ler, as formulações de Perry Anderson são de grande valia, pois explicam o legado da “plasticidade das instituições” promovido de maneira acentuada na conjuntura neoliberal. Explica o autor, que o fato de certos governos como o de Thatcher na Inglaterra e os atuais do Leste Europeu terem se envolvido em programas massivos de “engenharia social deliberada” nos faz ver que o que antes dávamos como imutável pode ser radicalmente alterado. É assim que se manifesta Anderson (1996), afirmando e também se perguntando, acerca dos neoliberais:

Uma questão crucial em particular que eles fizeram, paradoxalmente, foi mostrar que as estruturas de propriedade podiam ser alteradas. A própria maré de privatizações suscita o seguinte pensamento – “Bom, se estas empresas públicas gigantescas podem ser divididas e vendidas, isto não quer dizer que as estruturas da propriedade empresarial privada também são mutáveis? Não pode haver alterações nestas formas também?”. A distinção feita aqui entre formas públicas e estatais de propriedade se relaciona com isto. Não é possível conceber, hoje, uma gama muito mais variada e diversa de formas possíveis de propriedade do que tradicionalmente se supunha na contraposição de um modelo puramente privado a outro puramente estatal? (p.177)

“Publicizar”, na ótica dos nossos reformadores, seria seu diferencial político em relação aos “neoliberais conservadores” que pretendiam tudo privatizar e tornar o Estado mínimo. Seriam necessárias reformas orientadas para o mercado, não negavam, pois *“é o melhor dos mecanismos de controle, já que através da concorrência obtêm-se, em princípio, os melhores resultados com os menores custos e sem a necessidade do uso do poder”* (PEREIRA, 1997, p. 37), mas não com o radicalismo neoliberal. Por isto, no que diz respeito às políticas sociais, imperava submetê-las a um programa de “publicização”:

[...] através de um programa de publicização, transfere-se para o setor público não-estatal a produção dos serviços competitivos ou não-exclusivos de Estado, estabelecendo-se um sistema de parceria entre Estado e sociedade para seu financiamento e controle. Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; [...] (BRASIL, 1995, p. 13)

Buscar parcerias com a sociedade, por meio do setor “público não-estatal”, definiria, assim, a nova forma de atuação do Estado nas políticas sociais. Toda teorização e ação prática

realizada pelos reformadores consolidavam o chamado “terceiro setor” como espaço legítimo e bem quisto para o tratamento da questão social.

O movimento de promoção, estímulo e recorrência ao “terceiro setor”, e não ao Estado (sociedade política), para o tratamento da questão social, é o que fica evidente em um dos tópicos do caderno nº. 2 do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado intitulado *A crise do Estado e o Movimento em Direção ao Terceiro Setor*. No conteúdo deste tópico, chama atenção o discurso exaltado no qual se coroa o “terceiro setor” como a grande salvação em contraposição ao Estado ineficiente:

[...] Tornou-se, conseqüentemente, inadiável o equacionamento da questão da reforma ou da reconstrução do Estado que, se por um lado já não consegue atender com eficiência a sobrecarga de demandas a ele dirigidas, sobretudo na área social; por outro já dispõe de um segmento da sociedade, o terceiro setor, fortalecendo-se institucionalmente para colaborar de forma cada vez mais ativa na produção de bens públicos. A reforma do Estado não é, assim, um tema abstrato: ao contrário, é algo cobrado e iniciado pela sociedade, que vê frustradas suas demandas e expectativas. (BRASIL, 1998, p. 8).

Em nome da “cidadania”, os reformadores diziam estar agindo de acordo com os anseios da própria sociedade, agora mais solidária do que outrora:

A Reforma do Estado nos anos 90 é uma reforma que pressupõe cidadãos e para eles está voltada. Cidadãos menos protegidos ou tutelados pelo Estado, porém mais livres, na medida em que o Estado que reduz sua face paternalista, torna-se ele próprio competitivo, e, assim, requer cidadãos mais maduros politicamente. Cidadãos talvez mais individualistas porque mais conscientes dos seus direitos individuais, mas também mais solidários, embora isto possa parecer contraditório, porque mais aptos à ação coletiva e portanto mais dispostos a se organizar em instituições de interesse público [...] (PEREIRA, 1997, p. 53)

Em linhas gerais, este foi o retrato de como trabalhou o governo FHC em relação à política social.

(2.2.3) Legados legais para o “terceiro setor”

Cabe mencionar, por ajudar a desvendar aspectos do Projeto Formare, objeto do nosso trabalho, um pouco da produção jurídica voltada ao terceiro setor no Brasil.

Não devemos esquecer o importante apontamento de Anderson (1996) acerca do caráter legislador do Estado de conformação neoliberal:

Esses governos neoliberais têm sido muito militantes. O governo Thatcher passou muito mais legislação do que todos os governos trabalhistas dos anos 60 e 70 reunidos. Foi uma força legislativa extremamente ativa, mostrando que toda uma gama de novas instituições podia ser criada. Acho que essa é uma lição que está registrada no imaginário popular – a de que a paisagem institucional não é tão fixa quanto se pensava antes. (p.177)

Destacaremos aqui a Lei nº 9.608 de 18 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o Serviço Voluntário e a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 que qualifica pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Oscips (Organizações da sociedade civil de interesse público). A primeira tem sua importância, para o presente trabalho, pelo fato do Projeto Formare valer-se de trabalho voluntário. A segunda porque a Fundação Iochpe, que coordena o projeto, é qualificada como Oscip.

Com relação à primeira, a Lei nº 9.608/98, definiu o serviço voluntário como sendo a atividade não remunerada, a qual não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim, trazendo com isso maior segurança para as entidades do “terceiro setor” (dentre as quais os institutos e fundações empresariais) e, conseqüentemente, para as empresas, que temiam sofrer algum tipo de processo trabalhista futuro. A lei criou, também, o “Termo de Adesão ao Serviço Voluntário”, uma espécie de contrato celebrado entre o voluntário e a entidade social a qual se vincula, em que se estabelecem os termos pelos quais o trabalho voluntário será prestado.

É interessante destacar que a lei surgiu articulada com as ações governamentais realizadas através da Comunidade Solidária (mais especificamente pelo “Programa Voluntários”⁵⁸) e também pelas pressões dos capitalistas por meio de suas novas organizações, tais como, o Ethos e GIFE. Ela nasceu da parceria entre governo e empresários. Como bem ressaltou Oded Grajew (Instituto Ethos) e Miguel Darcy de Oliveira (Programa Voluntários da Comunidade Solidária) na apresentação do livro e manual *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*:

O tema voluntariado empresarial freqüente há tempos a pauta de prioridades dessas duas instituições. Do lado do Programa Voluntários, a publicação consolida um projeto que começou em 1998, à luz do compromisso do Conselho da Comunidade Solidária de mobilizar e fortalecer a sociedade

⁵⁸ Em entrevista, assim disse Ruth Cardoso: “[...] a Comunidade Solidária desenvolve, por meio do Programa Voluntários, uma estratégia abrangente de promoção e fortalecimento do voluntariado no Brasil. Essa estratégia estimulou e apoiou, ao longo dos últimos anos, a criação de mais de 40 Centros de Voluntários nas principais cidades brasileiras bem como o incentivo ao envolvimento de empresas, jovens, pessoas com deficiência e idosos em ações voluntárias. O sentido geral desta iniciativa é encarar cada necessidade social como uma oportunidade de ação voluntária.” (<http://arquivo.portaldovoluntario.org.br/site/pagina.php?idconteudo=474>).

civil. Trabalhando sob a bandeira de fomentar a cultura do voluntariado no Brasil, o Programa Voluntários dedica-se ao estudo e estímulo desse tipo de prática junto a diversos públicos. O foco no voluntariado empresarial era um compromisso quase óbvio diante da capacidade e interesse crescente por parte das empresas em desenvolver políticas e práticas socialmente responsáveis, disponibilizar recursos de toda ordem para isso e fazer uso das suas diversas frentes de relacionamento a fim de ampliar sua atuação social. (GOLDBERG, 2001, p. 7)

É no contexto de repolitização do trato à questão social, de estímulo à prática do voluntariado, que Ruth Cardoso afirmou que “*O empresariado brasileiro já entendeu a responsabilidade de participar de ações sociais*” (in MONTAÑO, 2003, p. 213). Realmente, o empresariado havia captado bem a nova cultura política em curso, passando a agir com “responsabilidade social” por meio de seus institutos e fundações. A nova configuração da filantropia capitalista, portanto, também é fruto da nova cultura política que o governo neoliberal brasileiro fomentava no país.

Discorrendo acerca da segunda, a Lei 9.790/99, podemos dizer que seu objetivo é conferir a ajuda do Estado (sociedade política) para as ações das entidades privadas “sem fins lucrativos”, qualificadas pelo Ministério da Justiça como Oscip.

Entre suas vantagens para os agentes filantropos, podemos citar a dedução no imposto de renda à pessoa jurídica doadora, a oportunidade de remuneração dos dirigentes que atuem na gestão executiva das entidades assim qualificadas (visando profissionalizá-la) e a possibilidade de se firmar termo de parceria com a administração pública. O “termo de parceria”, segundo a jurista Pietro (2008) “[...] *trata-se de acordos de vontades, em que os partícipes objetivam a um fim de interesse comum; cada qual colabora de uma forma, podendo ser por meio de recursos humanos, materiais, financeiros, know how; [...]*” (p. 276).

Através da lei opera-se uma maior simbiose e troca de experiências entre iniciativa “pública” e “privada”, a busca de uma maior profissionalização da gestão do chamado “terceiro setor” e a dedução do imposto de renda para facilitar captação de recursos da iniciativa privada. Como lembra Montañó (2003), talvez sejam muitos destes incentivos legais, fiscais e apoios financeiros que ajudam a explicar a “mudança de mentalidade” do empresariado, agora supostamente mais preocupado com o social, e o tão festejado crescimento das organizações do “terceiro setor”.

Além do estabelecimento de uma nova cultura política que estimulava a atividade das empresas, criou-se um arcabouço legislativo que servia de base, beneficiando-as, para muitos de seus projetos sociais, entre os quais, o próprio Projeto Formare.

CAPÍTULO 3

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO “RESPONSABILIDADE SOCIAL” DAS EMPRESAS: O PROJETO FORMARE

Se fizermos o resgate de alguns postulados de uma corrente filosófica um pouco esquecida - o materialismo histórico dialético - teremos alguns elementos para entender os fundamentos da vida do homem e, conseqüentemente, do processo educacional. Vale ressaltar que nos referimos à produção do homem social, dos indivíduos em sociedade, produzindo e reproduzindo materialmente e espiritualmente sua própria existência. Lembram-nos Marx e Engels (2007) que:

[...] Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado *modo de vida* desses indivíduos. (p.87)

Sob determinado modo de vida - modo de (re) produção da existência - os homens interagem em relações sociais específicas que definem, no essencial, seu tempo histórico. Nesta filosofia, o pressuposto de toda história humana é a existência de indivíduos humanos cooperando entre si, intercambiando suas atividades com a natureza, pois a história é como o *“sucedem-se de gerações distintas, em que cada uma delas explora os materiais, os capitais e as forças de produção a ela transmitidas pelas gerações anteriores”* (MARX; ENGELS, 2007, p.40). O processo educacional, especificamente, de “ensino-aprendizagem”, advém da existência de uma “comunicação” geracional sócio-histórica intrínseca aos homens.

O que está por trás da rica idéia de Marx (1978) quando diz que só há possibilidade da existência humana em isolamento para aquele homem que já leva consigo, de forma dinâmica, as “forças” da sociedade, é que o processo de socialização humana está eivado, e de certo modo, confunde-se, com o processo educacional (assimilação-ressignificação-aprendizagem). É fácil observar que a todo o momento estamos aprendendo alguma coisa.⁵⁹

Toda educação ampara-se num conjunto de “saberes” sócio-históricos que trazem consigo uma componente funcional para construção existencial dos homens, de modo a torná-los úteis, hábeis e aptos à vivência em sua sociedade. Ela ajuda a criá-los, participa do

⁵⁹ Em *Educação para além do capital*, do filósofo marxista húngaro István Mészáros, encontra-se a seguinte afirmação do pensador antigo Paracelso: “A aprendizagem é a nossa própria vida, desde a juventude até a velhice, de fato quase até a morte; ninguém passa dez horas sem nada aprender.” (2005, p.21)

processo de trabalho (interação e transformação da natureza), da produção de suas idéias, crenças, qualificações etc.

O capitalismo, por depender, como nenhum outro modo de produção anterior, da constante otimização e intensificação do trabalho humano, desenvolveu de maneira extremada a articulação entre as dimensões trabalho e educação.

Com o processo de constituição do capitalismo, como muito bem demonstrou Marx, os trabalhadores foram afastados dos meios e do controle do processo de trabalho, já que antes,

[...] em geral, o trabalhador e seus meios de produção permaneciam indissolúvelmente unidos, como o caracol e sua concha, e assim faltava a base principal da manufatura, a separação do trabalhador de seus meios de produção e a conversão destes meios em capital. (1982, p. 411)

Desta separação, assim como se fez historicamente necessário um conjunto de saberes voltado ao controle do trabalho - destinado aos gestores, administradores e supervisores do processo de trabalho capitalista - fez-se outro, direcionado a dotar os trabalhadores dos modos e comportamentos necessários ao manuseio “correto” dos meios de produção e execução “virtuosa”, sob a ótica capitalista, da atividade laborativa. Como destaca Kuenzer (1987), a última sempre se voltou aos segmentos e classes sociais mais pobres:

Desde o momento que surge, a educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação dos pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional. [...] (p. 6)

Este “tipo educacional” convencionou-se chamar de várias formas, como por exemplo, “ensino técnico”, “ensino profissionalizante” e “educação profissional”. Sua realização deu-se e ainda se dá por meio de instituições estatais, pelas próprias empresas capitalistas ou por associações e instituições específicas dos trabalhadores.

No Brasil, devido ao fato da rede de educação profissional estatal pública ser ainda muito restrita e da cobrança social atual mais acentuada de que para se obter um emprego há a necessidade dos estudos e da “qualificação”⁶⁰, a única alternativa que restou aos jovens

⁶⁰ Entendemos a qualificação do trabalhador como as condições e capacidades (técnicas, físicas, corporais, subjetivas e intelectivas) que este adquire ou apreende, formal ou informalmente, nas relações sociais que se insere ao longo de sua vida. O uso entre aspas da expressão designa tão somente o modelo redutor de qualificação apregoado pelos capitalistas: instrumental e totalmente voltado ao desenvolvimento de aptidões, posturas e comportamentos (disciplina) para que a força de trabalho tenha melhor desempenho no processo produtivo, valorizando ainda mais o capital.

brasileiros pobres foi o ensino escolar público, que, apesar de sua universalização, encontra-se cada vez mais precário e degradado, não direcionado nem à formação profissional, nem à formação propedêutica.

Nesse quadro nos situamos até hoje, e é a partir dele que iniciativas empresariais como a do Projeto Formare surgiram e vêm se multiplicando visando a ofertar aos jovens dos segmentos menos abastados da sociedade o “ensino” e a “qualificação” para o trabalho, não obtidas pela rede formal de ensino escolar público.

(3.1) A Companhia Iochpe-Maxion e a Fundação Iochpe

Antes de abordarmos o que detalhadamente é, e o modo de funcionamento do Projeto Formare, cremos ser necessário, para melhor situar o leitor, fazermos algumas considerações sobre a empresa (e sua respectiva Fundação) que o iniciou.

Segundo informações do Relatório Anual da Companhia Iochpe-Maxion⁶¹, idealizadora do Projeto Formare, ela data de 1918, período em que se destacou por atividades no ramo madeireiro no Estado do Rio Grande do Sul.

Ao longo do tempo, a empresa mudou seu perfil diversificando suas atividades para o setor financeiro e industrial. Na década de 1980, adquiriu diversas empresas industriais no segmento de equipamentos agrícolas. Em 1990 passou por novas transformações visando concentrar sua atuação nos segmentos de autopeças e equipamentos ferroviários os quais marcam e mais destacam a empresa atualmente.

Em 1998, iniciou um processo de reestruturação produtiva, tanto no âmbito operacional, quanto na definição de estratégias de negócios. Paralelamente, realizou uma reestruturação societária e financeira que culminou com o aporte de recursos na Companhia por parte da BNDESPAR (empresa do sistema BNDES) e do Banco Bradesco S.A., que passaram a compartilhar o seu controle societário juntamente com a Iochpe-Maxion.

No início de 2000, cinquenta por cento do negócio de equipamentos ferroviários foi alienado para a Amsted Industries (líder dos Estados Unidos na fabricação de fundidos ferroviários, mais especificamente rodas, truques e engates para vagões), o que originou a formação do empreendimento conjunto (*joint venture*) “Amsted Maxion”.

⁶¹ <http://www.iochpe-maxion.com.br> ou <http://www.amsted-maxion.com.br/conteudo/pt/home.php>.

Alinhada às suas estratégias de negócio, em 2002, ela alienou sua participação na empresa Maxion Nacam Ltda., fabricante de colunas de direção para veículos de passageiros, e, em setembro de 2004, vendeu seus ativos relacionados à fabricação de levantadores de vidro para automóveis. Ainda em 2004, desarticulou-se do Banco Bradesco que vendeu a totalidade da sua participação na Companhia. Parte das ações foi comprada pela própria Companhia, outra vendida em bolsa.

A Iochpe-Maxion é, atualmente, pelas informações disponíveis no sítio eletrônico da própria empresa, a maior fabricante nacional de rodas e chassis para veículos comerciais e de vagões de carga e fundidos ferroviários. Segundo consta, ela emprega mais de 6.500 trabalhadores distribuídos em seis unidades fabris localizadas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Recentemente, inaugurou novas fábricas na China e na Índia. Assim, sua magnitude e peso na economia capitalista hodierna são consideráveis.

No segmento de rodas e chassis para veículos comerciais, segundo estima, em 2007, detinha cerca de 60% do mercado nacional de rodas para caminhões, ônibus e máquinas agrícolas e 67% do mercado nacional de chassis e componentes estruturais estampados para caminhões, ônibus e picapes. Já no segmento de equipamentos ferroviários, atuando por meio da mencionada *joint venture* “Amsted-Maxion”, estima que em 2007 possuía aproximadamente 89% do mercado nacional de vagões de carga e 80% do mercado nacional de fundidos ferroviários.

Os produtos da Companhia são comercializados em mais de 42 países. Em 2007, os dados do seu comércio internacional, em termos de valor, dos principais destinos de suas exportações foram os EUA (49%), a América Latina (23%), Canadá e México (4%), a África e Oriente Médio (16%) e a Europa (9%).

A história da Fundação Iochpe⁶², o braço da empresa Iochpe-Maxion no desenvolvimento e implementação de ações sociais, data de 1989. Presidida por Evelyn Berg Ioschpe, co-fundadora e ex-presidente do GIFE, contribuiu para racionalizar as intervenções na questão social por parte da empresa, estruturando as políticas de “responsabilidade social corporativa” e renovando iniciativas para o “terceiro setor”. Sua idéia primordial era oferecer direcionamento, foco e unidade aos projetos sociais que há algum tempo vinham sendo desenvolvidos pela empresa:

A Fundação Iochpe nasceu como braço social da Iochpe-Maxion, com o propósito de implementar ações que vão além das que alcançam a

⁶² Sua sede localiza-se no bairro Cerqueira César, em São Paulo, entre a Avenida Rebouças e a Rua da Consolação. Alameda Tietê, 618, casa 1.

comunidade imediata das unidades fabris. Desde o início de seu trabalho, a Fundação Iochpe vem priorizando questões que dizem respeito à educação, buscando, assim, tornar estratégico o investimento social da Empresa. O ponto de partida dessa evolução foi o Programa Formare, os centros de educação instalados no interior das fábricas e estruturados na forma de escolas de educação profissional de nível básico. A partir de 1994, o Programa foi assumido pela Fundação Iochpe, que o transformou na primeira franquia social do Brasil sem fins lucrativos. Com isso, multiplicou o alcance dessa rede de excelência, ampliou seus resultados e estabeleceu as bases para a sua sustentabilidade. Síntese do pioneirismo da Iochpe-Maxion em relação à prática do investimento social privado. (IOCHPE-MAXION, Relatório Socioambiental, 2007, p. 28)

O movimento de racionalização das práticas e experiências pode ser muito bem observado no histórico da Fundação Iochpe disponível no *Relatório Socioambiental* (2007) da Iochpe-Maxion. A iniciativa ainda tímida da empresa em 1988, de criação da “Escola Técnica Iochpe-Maxion” (ETIM) em Canoas (RS) e da implantação da mesma experiência um ano depois na unidade Iochpe-Maxion de São Bernardo do Campo (SP), ficaria, em 1994, a cargo da Fundação Iochpe, que além de assumir completamente a coordenação das ETIM’s, daria um novo formato e uma nova denominação à experiência: Formare.

A Fundação Iochpe nutre em seus discursos que objetiva ampliar o alcance de seus projetos sociais educacionais, pois seriam instrumento de “inclusão social” de crianças e adolescentes, e promoveriam a geração de “capital social”.

Atualmente, ela age em quatro frentes: 1ª) pelo Formare, que pretende ofertar ensino profissionalizante para jovens de população de baixa renda nos ambientes empresariais, transformando a empresa em escola; 2ª) pelo “Arte na Escola”⁶³, o projeto pioneiro da Fundação Iochpe, que visa “qualificar” processos educacionais (e professores) em arte da rede pública de ensino; 3ª) pelo “Programa de Investimento Social Paritário” (PISP) que visa racionalizar ainda mais o “investimento social privado” por meio da ação voluntária dos trabalhadores da empresa e 4ª) pelo “Memória Iochpe” que tem como objetivo preservar os mais de 80 anos de história da Companhia Iochpe-Maxion e das comunidades em que a empresa atua ou já atuou.

Tal retrospecto, acúmulo de experiência com projetos sociais, e ao contribuir para inovar práticas e ações do chamado “terceiro setor”, rendeu e rende à Fundação Iochpe diversos reconhecimentos e premiações de instituições como o Ministério da Educação (MEC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização das Nações Unidas Para Educação (UNESCO), Câmara Americana de Comércio (AMCHAM - Prêmio Eco),

⁶³ Para mais informações acerca da atuação da Fundação Iochpe em escolas públicas do país o leitor deve acessar o sítio eletrônico do Projeto Arte na Escola: <<http://www.artenaescola.org.br/>>.

Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil (ADVB) e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), as quais fazem questão de exibir em seu sítio eletrônico.

Sua composição reúne profissionais e colaboradores da própria empresa Iochpe-Maxion e estrutura-se em três níveis: 1º) no Conselho Curador, com as presenças de Ivoncy Brochmann Ioschpe (Presidente), Mauro Knijnik (Vice-presidente), Antônio Carlos Gomes da Costa, Dan Ioschpe, Guilherme Ary Plonski, Gustavo Ioschpe, João Carlos Silveiro, Waldey Sanchez; 2º) no Comitê Fiscal, composto por Antonio Carlos Foschini, Oscar Antonio Fontoura Becker, Ronald John Aldworth; 3º) na Diretoria, que conta com Evelyn Berg Ioschpe (Diretora-presidente), Gilmar Pedrosa, Paulo Marcio Almada dos Santos, Roque Bitinger.⁶⁴

Juridicamente⁶⁵, a Fundação Iochpe está formatada como sendo uma organização sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) em 24 de outubro de 2003, nos termos da Lei nº 9.790/99, que o leitor teve oportunidade de entender na exposição realizada no capítulo dois deste trabalho.

Em seus relatórios socioambientais, a empresa Iochpe-Maxion sustenta utilizar “*recursos gerados pela sua atividade produtiva em favor do desenvolvimento do capital social*”. Afirma que, diferentemente de outras instituições, não se vale de recursos da Lei Rouanet⁶⁶ para desenvolver seu trabalho social o que “*Equivale a dizer, portanto, que a Iochpe-Maxion, apesar das facilidades que a legislação oferece, não lança mão de verbas públicas para fortalecer a sua marca ou valorizar o seu papel junto à sociedade.*” (IOCHPE-MAXION, Relatório Socioambiental, 2007, p. 8).

Em relatórios mais recentes, como o de 2008, insiste na afirmativa, acrescentando que sua fundação (Fundação Iochpe) ao longo de sua trajetória especializou-se no estabelecimento de “pontes de co-responsabilidade”⁶⁷ e dessa forma vem criando “parcerias” com governos,

⁶⁴ Informações obtidas na página 32 do Relatório Socioambiental 2007 da Iochpe-Maxion.

⁶⁵ Informação obtida em: <<http://www.fiochpe.org.br/>>. Na seção Quem Somos < Relatórios Sociais. Acesso: 13 jul. 2009.

⁶⁶ Trata-se da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991). Seu cerne é sua política de incentivos fiscais que possibilita às empresas (pessoas jurídicas) aplicarem uma parte do imposto de renda devido em ações culturais. Resulta num mecanismo governamental de oficialização do mecenato empresarial. As empresas, com tal iniciativa, ainda valorizam sua marca junto ao público legitimando-se socialmente.

⁶⁷ As parcerias que a Fundação Iochpe travou visando aprimorar o Projeto Formare expandem-se. Conta inclusive com universidades privadas, integrando o programa de bolsas de estudo conferidas aos melhores alunos da rede Formare. A lista das parcerias institucionais específicas travadas pela Fundação Iochpe para o Projeto Formare pode ser conferida toda em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=88&Itemid=208>. Acesso em: 18 set. 2009.

universidades, associações e outras empresas com o intuito de ampliar o alcance de seus projetos.⁶⁸

Como demonstramos, a própria Lei de Oscip's (1999) foi quem conferiu maior possibilidade das empresas, por meio de seus institutos e fundações, estabelecerem “parceria” com a administração pública, trocaram experiências, conhecimento e *know-how*, visando atendimento de objetivo comum a ambos, além da possibilidade de dedução de impostos⁶⁹.

Somado a isto, a iniciativa empresarial parece tentar nos ludibriar com suas assertivas. Insistir que, por não se valer da Lei Rouanet, não se utilizaria de recursos públicos é, no mínimo, estranho. Parece tentar ocultar algo. Como veremos posteriormente, por matéria noticiada no jornal Folha de São Paulo, um dos aspectos de orgulho dos gestores do Projeto Formare é terem sido a única instituição, entre muitas, que cumpriram integralmente um contrato de três anos firmado em 1999 com o governo federal, o qual envolveu repasse de dinheiro do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para a Fundação Iochpe desenvolver o Projeto Formare. Dessa forma, longe de certa autonomia (“auto-sustentabilidade”) tão desejada e propalada em seus discursos, podemos considerar que a Fundação Iochpe funcionou, em boa medida, como captadora de recursos públicos.

(3.2) O Projeto Formare: a educação profissional como “franquia social”

O Projeto Formare é um projeto social da empresa Iochpe-Maxion racionalizado pela (sua) Fundação Iochpe.

Nasceu em 1988 no ambiente de trabalho das empresas Iochpe-Maxion em Canoas-RS e São Bernardo do Campo-SP, por iniciativa de Roberto Farina - na época presidente da Massey Ferguson Perkins, que pertencia ao Grupo Iochpe - inspirado por outro projeto social (o “Programa Pescar”) que era desenvolvido por uma empresa (cliente) no Rio Grande do Sul. De 1988 até 1994 o Projeto Formare permaneceu como uma atividade social dentro, somente, daquelas unidades fabris.

⁶⁸ Disponível em: <<http://iochpe.mediagroup.com.br/rao/2008/port/rs/08.htm>>. Acesso: 17 ago. 2009.

⁶⁹ Por exemplo, em matéria sobre o Projeto Formare, escrita pela jornalista Silvia Palhares na edição de abril de 2008 da Revista Agrimotor, encontramos que: “(...) a Fundação Iochpe conquistou o título de OSIP (*Organização Social de Interesse Público*) e com isso as empresas participantes da Rede Formare podem deduzir impostos oriundos das doações para a preparação do material didático.” (p. 30)

Como afirma em entrevista⁷⁰ Beth Callia, atual coordenadora geral do Formare, a história do envolvimento da Fundação Iochpe com ele é curiosa. Isto porque a fundação nasce em 1989, um ano depois da iniciativa do projeto ter se iniciado, com o intuito de gerir outros projetos da empresa Iochpe-Maxion, no caso, o “Arte na Escola”. Porém, em 1994, o pessoal da empresa convidou a Fundação Iochpe para conhecer o Projeto Formare que vinha ganhando, entre os gestores e trabalhadores da empresa, certo destaque. O projeto, diz a coordenadora, estava funcionando a “pleno vapor” sem ainda a Fundação Iochpe ter se ocupado dele:

Havia casos de sucesso interessantíssimos, alunos do programa que haviam sido efetivados, gente contratada por outras empresas e profissionais formados pelos educadores voluntários sendo muito elogiados. A partir daí, começou um trabalho de organização dos conteúdos, era tudo muito livre. (p.12)

Quando a Fundação Iochpe assume-o um ano depois, em 1995, estabelece-se um convênio/parceria com o então Centro Tecnológico Federal do Paraná (CEFET-PR), que, atualmente, a partir de 2005, tornou-se a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Juntos, passaram a construir propostas pedagógicas para cursos e certificação dos alunos. Foi assim que os jovens que concluíam o ensino ofertado pelo Projeto Formare começaram a receber certificado reconhecido pelo MEC.

O Projeto Formare, até 1999, não conheceu expansão, mantendo-se restrito às empresas do grupo Iochpe-Maxion. Entretanto, naquele ano sua trajetória começou a mudar de configuração. Isto porque, na mesma entrevista, de acordo com Beth Callia:

[...] a Volkswagen, através da fábrica de Resende, no Rio de Janeiro, foi a primeira a mostrar interesse. Eles conheceram o projeto na Maxion, que fabricava então os chassis para os caminhões VW, na cidade de Cruzeiro (SP), e pediram ajuda para montar um trabalho semelhante na base da montadora. O currículo, no entanto, teria que ser adequado à realidade deles. Depois, veio outra empresa de São Bernardo e vimos que deveríamos nos preparar melhor, nos organizar para ampliar o programa para outras empresas. (p. 13)

Apenas em 2001, iniciou-se processo de expansão mais acentuado, momento em que a Fundação Iochpe formatou um modelo mais adaptável e flexível à diversidade de ambientes empresariais. A tática adotada pela fundação foi tornar o Projeto Formare uma marca registrada própria, que ficaria sendo conhecido pelo rótulo inovador de “franquia social”. A

⁷⁰ Pode ser encontrada na Revista Aplaus mai/jun 2008 nas páginas 12 e 13. Publicação do Club Transatlântico (<http://www.clubtransatlantico.com.br>).

idéia era valer-se do sistema de franquia comercial para o campo da filantropia. No entendimento da Fundação Iochpe, tratava-se de uma “*forma de multiplicar iniciativa social bem sucedida possibilitando sua implantação em novas comunidades, ampliando os resultados obtidos e gerando sustentabilidade do processo*”.⁷¹

Nos dias atuais, podemos dizer que estamos relativamente habituados à realidade das franquias. Conhecemos, por exemplo, uma série de empresas que tem uma marca e metodologia próprias, por meio de um “sistema de funcionamento”, espalhadas por várias localidades do país e do mundo pelo sistema e lei de franquias.

O que é novo, tendo em mente o projeto estudado, é o fato da técnica de expansão de negócios por “franquia” (*franchising*), típica do mundo empresarial, voltada aos imperativos da lucratividade, estar invadindo a área da filantropia, do chamado “terceiro setor”, espaço que, na visão de seus apologistas, classifica-se e caracteriza-se, essencialmente, como não pautado pela lógica do “mercado” e do lucro.

Callia (2006), coordenadora geral do Projeto Formare, em artigo, explica os motivos de ser uma “franquia social”:

Ser uma empresa-cidadã não é mais uma mera questão de marketing. É uma necessidade que se torna filosofia de negócios, a partir da pressão da sociedade em favor de empresas que cumpram o seu papel social. Cedo ou tarde, a empresa investirá ou irá ampliar seu investimento no Terceiro Setor. Resta saber qual será a forma escolhida por esta empresa para realizar seu investimento. A franquia social surge como uma possibilidade muito promissora, dentro desse cenário. Ela é uma forma de investimento social cuja eficiência e resultados já foram efetivamente comprovados, a partir de um modelo consolidado ao longo de anos de experiência. Nesse sentido, a franquia social difere pouco de suas similares comerciais: ela parte de uma sólida concepção, que pode ser multiplicada por uma rede que compartilha de seus ideais e objetivos – no caso, proporcionar benefícios à comunidade e ao desenvolvimento do voluntariado. Como toda franquia, a social tem parâmetros de implementação que garantem o sucesso da iniciativa. No Brasil, a Fundação Iochpe tornou-se pioneira ao estabelecer a primeira franquia social do país – a Rede Formare. (...)

A história e o papel das franquias no capitalismo é algo que não podemos ignorar, já que por serem colocadas cada vez mais empresas em inter-relação por meio desta técnica, conferiu-se maior impulso e auxílio no desenvolvimento das relações sociais capitalistas.

O termo franquia é proveniente da palavra “*franc*” do francês antigo, significando a transferência de um direito, outorga de um privilégio ou concessão exclusiva. O sistema de

⁷¹ Disponível em: <<http://www.fiochpe.org.br/formare3.html>>. Acesso: 20 set. 2009.

franquia moderno, mais ou menos tal como conhecemos hoje, teve sua origem em meados do século XIX, nos Estados Unidos.

De acordo com Cherto (2005), surgiu nos EUA, por volta de 1852, quando a fabricante de máquinas de costura e acessórios Singer Sewing Machine Company, de propriedade de Isaac Singer, no embalo do desenvolvimento e fomento industrial nortista, resolveu outorgar algumas franquias a comerciantes independentes interessados em revender seus produtos aos mais diversos cantos da federação estadunidense. A contrapartida desses comerciantes era poder utilizar e valer-se do prestígio do nome e marca “Singer” em seus estabelecimentos, onde se ministravam cursos de corte e costura (ensinando as maneiras corretas de operar aquela novidade) e produtos produzidos pela mesma ou indispensáveis à manutenção das máquinas. Com o tempo, a idéia passou a ser tão bem sucedida que os franqueados vendiam em seus estabelecimentos as próprias máquinas. As máquinas de costura “Singer”, em expansão de vendas por todo território estadunidense, gerou a necessidade de mais pessoas, em cada localidade, para os serviços de reparação, fornecimento de peças, ensino e propagação do manuseio das máquinas. Seria muito caro e complicado prestar tais serviços a partir da sede da companhia. Daí o êxito do método de franquias.

O autor menciona que o sistema de franquias teve início de forma muito rudimentar no Brasil na década de 1940, merecendo serem destacadas na década de 1960 as experiências de franquias das escolas de idiomas Yázigi e do CCAA. Segundo afirma, o início de um movimento mais estruturado das franquias em nosso território só se deu na década de 1970.

Devemos lembrar que este período caracterizou-se por um agudo período de crise para a economia capitalista, principalmente, nos países capitalistas centrais. Não apenas nos EUA, mas também na Europa começa-se a desenvolver, em toda a sua plenitude, o sistema de franquias como forma do capital buscar novos mercados.

Como resposta à crise e à recuperação da economia capitalista (globalização dos mercados), franquias diversas espalharam-se pelo mundo. A explosão do fenômeno de franquias em solo brasileiro deu-se em fins da década de 1980 (em 1987 é criada a Associação Brasileira de Franchising - ABF) e início de 1990, momento em que há a liberalização de nossos mercados.

O texto oficial que regulamenta a prática de franquias no Brasil é a Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994, sancionada pelo então Presidente da República Itamar Franco, a qual dispõe em seu art. 2º, o seguinte:

Franquia empresarial é o sistema pelo qual o franqueador cede ao franqueado o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços e, eventualmente, também ao direito de uso de tecnologia de implantação e administração de negócio ou sistema operacional desenvolvidos ou detidos pelo franqueador, mediante remuneração direta ou indireta, sem que, no entanto, fique caracterizado vínculo empregatício.

Segundo dados de Cherto (2002), o sistema de franquias é o método de maior expansão empresarial e com mais êxito dentre os existentes na atualidade:

(...) No setor privado, 59% dos negócios de comércio independentes não completam três anos de vida. Já entre as franquias, menos de 10% fecham as portas antes de completar o terceiro aniversário. Isso mostra que o franchising é uma receita imbatível para assegurar a expansão com sucesso. (...). (p. 100)

Não trabalhamos este assunto com a referência bibliográfica de Marcelo Cherto de maneira despretensiosa. Trata-se de um administrador de empresas e apologista do sistema de franquias. Não só é um intelectual que escreve sobre e dissemina a idéia de “franquia social”, como sua empresa, entre os muitos projetos que tem ajudado a desenvolver, trabalhou na formatação do Projeto Formare.⁷²

Num seminário realizado no ano de 2002, promovido pela Fundação Abrinq, que conta em seu quadro de fundadores com Oded Grajew (Instituto Ethos), a série de palestras proferidas tornou-se um livro. Entre os palestrantes, esteve presente Marcelo Cherto o qual abordou sobre a difusão de projetos sociais pelo método de “franquia social”.

É notável o empenho dos gestores e administradores de empresa visando racionalizar a filantropia capitalista, dando rosto e dinâmicas empresariais às “ações sociais”. Como diz Cherto (2002):

(...) No campo da ação social também precisamos dessa mescla entre o terceiro setor e o setor privado. Minha experiência no terceiro setor é desenvolver franquias sociais e estratégias de disseminação dos projetos. Estamos deixando um pouco da nossa visão mercadológica, comercial, empresarial nas organizações sociais onde transitamos. Em contrapartida, estas nos ensinam muita coisa que estamos aplicando em projetos para clientes empresariais. Aprendemos com essa mescla o tempo todo. (p. 95)

⁷² O Grupo Cherto do qual é presidente, presta consultoria especializada em franquias. Além do auxílio no processo de constituição da “franquia social” Formare da Fundação Iochpe, podemos citar também, entre seus clientes, a Comunidade Inamar com a replicação de creches, o Comunidade Solidária com a criação de pontos-de-vendas para produtos artesanais, a Fundação Banco do Brasil com seu banco de “tecnologias sociais”, o CDI – Comitê para Democratização da Informática com suas escolas de informática e cidadania, a Fundação Odebrecht e o Instituto Aliança com o Adolescente para o Desenvolvimento Sustentado do Nordeste, que pretende utilizar a “franquia social” para replicar e disseminar vários de seus programas. (CHERTO, 2002 p. 95)

Segundo menciona o empresário, é imprescindível no sistema de franquia a definição e pormenorização de um “conceito”, uma série de processos e métodos que venham dando alguns “bons frutos” na prática, e de um mínimo de regras normativas que devem ser preestabelecidas pelo franqueador. Porém, isto não deve implicar em “rigidez” (“operações fixas”):

(...) Franquia não implica necessariamente engessamento, fazer tudo ficar igualzinho. É evidente que uma unidade Formare instalada em Cruzeiro (SP) não pode ter, por exemplo, o mesmo currículo de uma que funcione em Santa Maria (RS) ou Resende (RJ). Portanto, não seria inteligente engessar tudo. A decisão de engessar ou não cada uma das partes que formam a franquia é do franqueador, que o faz até onde quiser e achar útil. Não é um requisito do sistema. O que se franqueia não é o “produto final”, mas os processos, a forma de atuar. Franquia é um sistema, e o produto pode variar na ponta. (CHERTO, 2002, p.100)

A educação profissional no Projeto Formare, por um lado, é objeto da atual filantropia empresarial, pautada no discurso da “responsabilidade social empresarial”, por outro, adquire e acaba constituindo-se em um pequeno negócio, à medida que o projeto é o que chamam de “franquia social”. Esta é mais uma das expressões que indicam claramente que a dimensão “social”, materializada, em nosso caso, na educação profissional, toma cada vez mais formato e tratamento “mercantis”, ainda que isto se dê nos marcos do discurso do “não lucrativo”.

Tudo no tempo presente parece dever se pautar pela “eficiência”, “eficácia” e lógica empresarial. É disto que tratam as afirmações e vontades manifestadas pelos novos filantropos capitalistas. Explicando e exaltando as qualidades “flexíveis” das franquias, a possibilidade de se adaptarem e inovarem com rapidez, Cherto (2002) lembra e relaciona o projeto à história de um famoso sanduíche:

Um bom exemplo é o McDonald’s. Quem inventou o Big Mac? Não foi o franqueador, foi um franqueado que, na sua localidade, tinha um problema específico e viu nela uma oportunidade. Em uma localidade próxima ao Canadá, aos Estados Unidos, havia lenhadores que iam se alimentar na hora do almoço e sentiam que um sanduíche só era muito pouco. Compravam dois e colocavam um em cima do outro. Então, para atender a uma necessidade local, esse franqueado inventou um produto, o Big Mac, e transferiu essa idéia para o franqueador, que percebeu ali uma prática interessante e disseminou a idéia entre o restante da rede. Toda vez que um bom franqueador detecta algo interessante acontecendo na respectiva rede, algo que pode ser uma oportunidade em outros mercados, absorve esse conhecimento, processa, encontra soluções de escala e dissemina a nova prática rapidamente. Existem franquias que nem sequer utilizam sempre a mesma marca. O Formare, por exemplo, permite que certos franqueados seus utilizem sua marca com menos destaque do que outros. Ou cheguem ao extremo de não utilizá-la em local visível. Isto é flexibilidade. Contudo, o processo de estruturação dos cursos e de funcionamento de cada unidade é

sempre o mesmo. O currículo pode variar, o número de instrutores idem. Afinal, as necessidades podem ser diferentes em cada uma das comunidades onde o Formare se faz presente por meio das franquias. Entretanto, a metodologia para se criar e ministrar um curso é basicamente a mesma. Muitas soluções que não provêm do franqueador, que foram desenvolvidas localmente, são respeitadas e adotadas no restante da rede. Isto significa que há uma flexibilidade enorme, porém é fundamental que haja o controle da qualidade. Ou seja: tudo aquilo que possa prejudicar a qualidade e efetividade do produto final talvez tenha que ser engessado. Aquilo que não prejudica a qualidade depende de cada franqueador querer engessar ou não. (p. 101-102)

A capacidade de “replicação” dos projetos da “nova” filantropia capitalista é uma característica marcante de sua racionalização, sendo, inclusive, requisito para premiações, como pudemos ver, por exemplo, com a Câmara Americana do Comércio e seu Prêmio Eco, com o qual o Projeto Formare foi agraciado em 2004.

Cabe-nos esclarecer, de maneira mais detalhada, como a “franquia social” Formare estrutura-se. De acordo com informações contidas no *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008), seu gerenciamento dá-se por meio de dois agentes operacionais: a Fundação Iochpe, responsável por elaborar os cursos e materiais pedagógicos, e cada unidade escolar Formare, mediante franquias instaladas nas próprias unidades empresariais “parceiras” (clientes).

A ossatura de comando e gestão⁷³ da rede Formare pode ser bem visualizada no esquema a seguir:

⁷³ A equipe central atual do projeto é composta por: Evelyn Ioschpe (Direção Executiva); Beth Callia (Coordenação Geral); Zita Pimentel (Coordenação Pedagógica); Cibele Esteves (Assuntos Institucionais); Cris Meinberg (Comunicação e Marketing); Ana Paula Bellizia (Assessoria pedagógica); Suzana Santana (Equipe Pedagógica); Inês Mendonça (Administrativo/Financeiro); Marcelo Tomaz (Assessoria de comunicação); Paola Fialho (Assistente administrativa); João Gabriel (Assistente Técnico); Vitor Fabrício (Equipe pedagógica); Prof. Alfredo Vrubel (Coordenação UTFPR). Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_contact&catid=15&Itemid=60>. Acesso: 18 set. 2009.

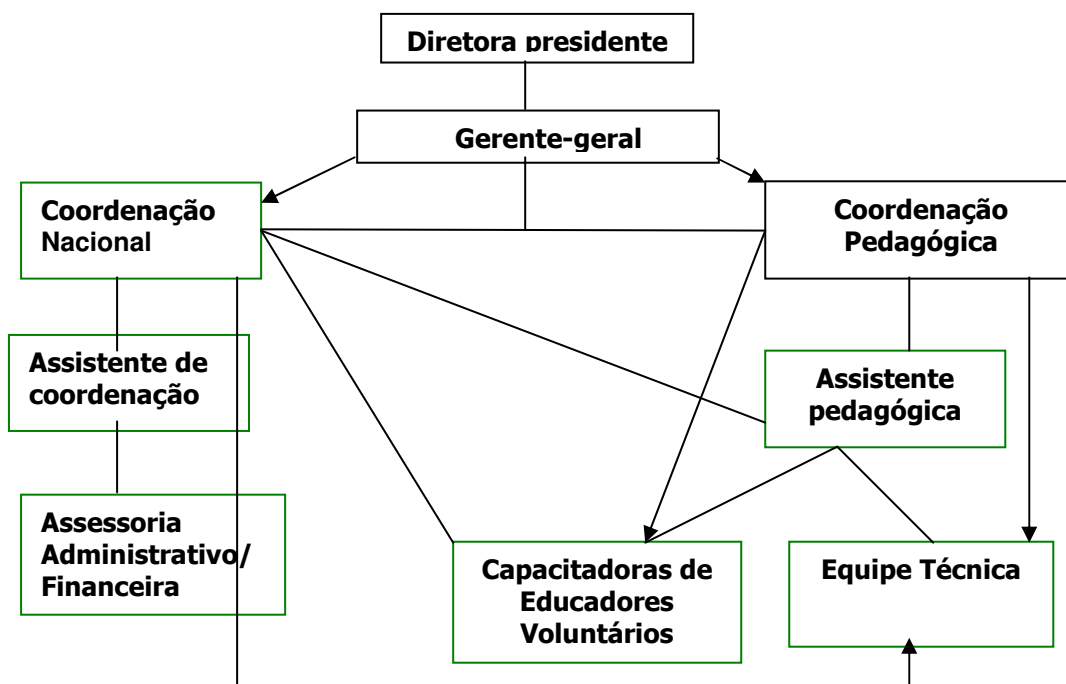


FIGURA 1 – Estrutura da equipe Formare para atendimento e gestão da rede
 Fonte: Estudo de Caso Projeto Formare (p. 14)

Em termos de atribuição e execução de tarefas, os formuladores da “franquia social” Formare designam dois tipos de equipes na Fundação Iochpe: Equipe de Coordenação e Equipe Pedagógica.

À Equipe de Coordenação cabem, principalmente, as ações que envolvam administração dos recursos do projeto, propaganda e relações públicas, ressaltando-se promover a ampliação e divulgação em âmbitos empresarial e governamental (incluindo a comunicação com a imprensa e demais veículos de informação); marcar presença nos eventos de inauguração e formaturas de escolas; e apoiar visitas que visem diagnosticar as empresas parceiras (franqueadas) para elaboração do material pedagógico, além de monitorar todos os processos operacionais e administrativo-financeiros.

A Equipe Pedagógica fica encarregada, fundamentalmente, de todo apoio pedagógico e conteúdo educacional disseminado pela rede. Deve dar suporte pedagógico e atendimento para todas as escolas da sua rede, elaborar os cursos a serem ministrados (de acordo com a realidade específica de cada empresa parceira) e os materiais de auxílio e apoio ao professorado. Além disto, ainda é responsável por fazer duas visitas técnicas presenciais ao ano (uma por semestre, quando então se desloca um professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e um agente da Fundação Iochpe para uma visita técnico-avaliativa de oito

horas em cada unidade da franquia); elaborar e executar a capacitação dos coordenadores (responsáveis por gerirem o projeto nas unidades) e do professorado.

Ainda sobre as atribuições da Equipe Pedagógica, é descrito que o processo de elaboração de uma proposta de curso dá-se em três etapas: 1ª) identificando as necessidades a partir do levantamento de informações da empresa e da comunidade onde está inserida⁷⁴; 2ª) definindo os conteúdos a serem ministrados pelo professorado⁷⁵; 3ª) construindo o currículo⁷⁶.

As aulas nas escolas da rede Formare estão divididas em aulas teóricas, práticas⁷⁷ e práticas profissionais⁷⁸. Como material de apoio para as aulas, até o mês de agosto de 2008 foram elaborados 63 cursos, sendo que cada um possuía, em média, 15 disciplinas. Destas, algumas compõem um núcleo comum a todos os cursos do projeto, em que figuram as disciplinas de Comunicação, Relacionamento, Fundamentação Numérica, Informática, Higiene, Saúde e Segurança, Organização Industrial e Comercial.

Como material de apoio para o professorado há a “Coleção de Cadernos Formare” a qual, até agosto de 2008, contou com 155 títulos elaborados na forma de fichário para que o educador insira futuros capítulos e atualize conteúdos. Esta pluralidade que o Projeto Formare vem alcançando é uma das características mais exaltadas, já que com cada nova unidade franqueada entram para o sistema do projeto novas informações, possibilitando à rede, ampliar seus formatos.

As ferramentas de controle e desenvolvimento da “franquia social” contam com procedimentos de gestão e administração informatizados - um centro virtual com sítio eletrônico e intranet (procedimento que só pode ser acessado mediante login/senha concedido aos parceiros) através do qual os professores e gestores do projeto, ao “logarem”, podem

⁷⁴ O objetivo segundo o Estudo de Caso do Projeto Formare (2008) é “definir o curso que facilite a futura inserção dos alunos no mercado de trabalho da região. Os cursos não formam especialistas, mas desenvolvem habilidades e conhecimentos básicos para que o aluno possa trabalhar tanto em sua área de formação, como em outras áreas afins.” (p. 18)

⁷⁵ O professorado conta com o auxílio dos Planos de Ensino: organizados por disciplina e contendo orientações de ordem pedagógica e bibliográfica, para planejamento das aulas.

⁷⁶ Conforme consta no Estudo de Caso do Projeto Formare (2008): “O currículo é a organização dos conteúdos do curso distribuídos em 33 semanas, divididas em 3 módulos – básico, intermediário e avançado - de 11 semanas cada um, com especificação das disciplinas, suas seqüências e cargas horárias. O currículo considera: o perfil profissional do aluno de cada curso, as competências exigidas pelo mercado de trabalho e a distribuição de conteúdos.” (p. 18). Ao total o curso Formare computa 800 horas.

⁷⁷ Conforme consta no Estudo de Caso do Projeto Formare (2008): “Aplicadas na própria sala, através da demonstração prática sobre o tema em questão. Têm como objetivo concretizar o aprendizado, fazendo com que este seja mais efetivo.” (p.19)

⁷⁸ Conforme consta no Estudo de Caso do Projeto Formare (2008): “Realizada nas áreas da empresa, é uma forma de iniciação profissional para os alunos. Têm como objetivo demonstrar aos alunos como se une teoria e prática num ambiente de trabalho real. Os alunos não devem, em momento algum, ser responsáveis pelo posto e execução do trabalho.” (p.19)

trocar auxílios, informações, experiências e constroem um saber coletivo, mesmo que distantes uns dos outros.

Às empresas que porventura se interessem e queiram integrar a “franquia social” Formare é necessária a boa vontade de disponibilizar uma “infra-estrutura”. No caso, as salas de aula onde serão ministrados os cursos - recomenda-se que sejam no ambiente interno de cada empresa, tenham a dimensão de 60m² e não excedam nunca o limite de vinte alunos; o corpo docente dos cursos (professores); alguns benefícios para os alunos como bolsa auxílio (em torno de metade de um salário mínimo), alimentação, transporte, seguro de vida em grupo, assistência médica e odontológica, uniforme, material escolar, assistência social e psicológica; e uma contribuição pecuniária para o fundo de desenvolvimento, manutenção e expansão da “franquia social” Formare. Para Cherto (2002), no que se refere ao valor cobrado pela franquia Formare, seria algo apenas “simbólico” diante dos imensos benefícios que ela agregaria a seus franqueados.⁷⁹

A “franquia social” Formare por ser um negócio, e a educação profissional ser fruto da boa vontade empresarial e não constitutiva de direito, está amplamente sujeita às intempéries da economia capitalista. As empresas, quando impelidas a cortarem gastos, começam pelo que julgam mais supérfluo, o que pode significar uma retração filantrópica. Quando indagada em entrevista de 2009 se a crise financeira não teria prejudicado de alguma maneira a realização dos projetos e expansão da franquia, Beth Callia respondeu de maneira esperançosa:

Como em todos os segmentos, a área social também sofre alguns reflexos da crise financeira. No entanto, estamos otimistas e esperamos que a maior parte dos dirigentes de empresas compartilhe da opinião do presidente da MWM International, Waldey Sanchez. Ele diz o seguinte: “Uma organização com valores baseados na sustentabilidade não deve relegar as iniciativas sociais a um segundo plano justamente quando serão tão importantes para equilibrar a iniquidade social que enfrentamos não só no Brasil, mas mundialmente. É nestes momentos que se enxerga o quão arraigados estão os projetos à cultura de uma organização.” Felizmente poucas empresas parceiras adiaram o início de novas turmas para 2009. Por outro lado, estamos sendo procurados por novas empresas interessadas em iniciar o projeto neste ano. (PORTAL RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2009)

Segundo dados divulgados em seu sítio eletrônico e comentados por seus gestores em entrevistas, o Projeto Formare conta, atualmente, com mais de 40 empresas associadas

⁷⁹ Para termos uma idéia da quantia em dinheiro de uma escola Formare, na MWM International - empresa parceira do Projeto Formare - o custo (manutenção) de cada uma de suas três é de R\$ 80 mil por ano. Informação disponível em reportagem realizada por Marta Pereira, “Formare: franquia social.”, sobre o projeto, disponível em: <<http://www.autodata.com.br/modules/revista.php?m=reportagens&recid=3277>>. Acesso: 23 out. 2009.

(parceiras) e um número superior a 70 escolas espalhadas por 10 estados brasileiros e também na Argentina⁸⁰.

Entre as principais empresas envolvidas com o projeto podemos citar: Aché; Alstom; Amsted-Maxion; Bardella; Behr; Bosch; Conpacel; Consórcio Modular; Continental; Coteminas; Delphi; DHL; Eaton; Elektro; Equipav; Ericsson; Federal Mogul; Grupo Flanel; Grupo Ultra; Intermarine; Knorr-Bremse; Lear; Magneti Marelli; Mahle; Mangels; Maxion; Mextra; Milenia; MWM International; Nívea; Plascar; Pelzer; Peugeot-Citroën; Santos Brasil; Satipel; Schaeffler Group; Sogefi; Suzano; SYL; Videolar; Voith; ZF Sachs; Thyssen Krupp; Silubrin. É essa variedade de empresas, que vai do setor industrial ao de serviços, que confere a alta diversidade de cursos ministrados.⁸¹

(3.3) O Projeto Formare: o trabalho voluntário e seus aspectos

As origens do trabalho voluntário no país remontam à influência religiosa em nossa vida social da tradição cristã católica e suas Santas Casas de Misericórdia ainda no período colonial. Como definem nossos dicionários, a característica do “voluntário” deriva da vontade própria dos indivíduos, de sua espontaneidade e pelo fato de agirem e tomarem tal ou qual decisão “livres de coação” (ainda que sob influência da moral e mentalidade religiosa).

Podemos observar que durante séculos, desde nossa colonização, houve um predomínio de instituições filantrópicas voluntárias ligadas ao catolicismo. Apenas em fins do século XIX começaram diversificar-se no país as instituições em que se exercia tal trabalho de ajuda ao próximo, não estritamente vinculadas à fé católica. No decorrer do século XX, com o processo de complexificação das lutas sociais e conquistas de direitos por parte dos trabalhadores, o Estado nacional brasileiro expandiu-se no que diz respeito ao tratamento da questão social, passando a assumir, ainda que de maneira tímida, uma boa parte dos serviços

⁸⁰ No dia 6 de agosto de 2009, a Escola Formare MWM International, localizada na Argentina, firmou um convênio com o Ministério da Educação da Província de Córdoba pelo qual os alunos do Formare passam a obter certificação oficial e com homologação nacional. Segundo se manifestou o presidente da planta dessa unidade argentina, Eduardo Nuti: “*Acreditamos que este importante aporte será muito significativo para a inserção dos alunos no mercado de trabalho em um cenário cada vez mais exigente no âmbito profissional, onde as competências pessoais, a visão empreendedora e a autogestão são requisitos para que estes jovens se preparem para o futuro. Por outro lado, esta certificação será mais um motivo para encorajar outras empresas a empreender este caminho de compromisso e dedicação com as próximas gerações.*” (http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=413&Itemid=27).

⁸¹ A lista completa das logomarcas das empresas que adotam o Projeto Formare pode ser visualizada em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=46&Itemid=130>. Acesso: 3 out. 2009.

até então prestados por meio do voluntarismo de instituições caridosas (religiosas ou laicas). Assim, o trabalho voluntário, ainda que não tenha reduzido em número de ações, passou a ser complementado por instituições e profissionais estatais específicos (assistentes sociais etc.).

Chegamos a fins do século XX num ambiente político-ideológico neoliberal adverso à luta dos trabalhadores e altamente questionador do papel do Estado (sociedade política) em relação à sua capacidade de condução da economia e resolução dos problemas sociais, minando, assim, a possibilidade de conhecermos uma expansão de sua rede assistencial e a universalização de um sistema público de proteção social.

Nesta conjuntura de descrédito da presença do Estado (sociedade política) e exaltação da atividade empresarial, foi que o trabalho voluntário recebeu novos formatos e revitalização. Alguns analistas do trabalho, do mundo da vida produtiva no capitalismo contemporâneo, apontam tal fato quando descrevem a série de mutações ocorridas, principalmente, ao longo dos últimos 30 anos. Para Antunes (2005), uma característica marcante da nova forma de acumulação capitalista (flexibilizada), é justamente o fato de que,

Tem ocorrido também uma expansão do trabalho no denominado “Terceiro Setor”, especialmente em países capitalistas avançados, como EUA, Inglaterra, entre outros, assumindo uma forma alternativa de ocupação, por meio de empresas com perfil mais comunitário, motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário, abarcando um amplo leque de atividades, sobretudo assistenciais, sem fins diretamente lucrativos e que se desenvolvem um tanto à margem do mercado. O crescimento do “Terceiro Setor” decorre da retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural. Em verdade, ele é consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho *vivo* e ampliar trabalho *morto*. (...) (p. 30)

A tendência é globalizada. A expansão do “terceiro setor” e do trabalho voluntário cresce, igualmente, no Brasil. Na linha de compreensão do autor, o trabalho voluntário na contemporaneidade, mas também à medida que perdeu muito de sua aura religiosa, é expressão da crise estrutural que vivencia a economia capitalista.

O trabalho voluntário apresenta-se como forma de ocupação de seres humanos em setores da economia que, apesar de remunerarem muito pouco (ou quase nada), são extremamente necessários ao funcionamento da ordem, pois que tratam de ajudar pessoas em piores condições, geralmente desempregadas pelo capital há muito tempo. Vai além, aparecendo também como meio de intensificar o trabalho dos que já se encontram “inseridos”

nos circuitos de assalariamento e precariedade da economia capitalista. Esta última característica é o traço marcante do Projeto Formare.

Tivemos oportunidade no capítulo dois de demonstrar as alterações realizadas em nível político-estatal federal para legitimar o trabalho voluntário na contemporaneidade brasileira. Isto se deu, dentre outros meios, através da criação da Lei do Serviço Voluntário. Agora o leitor pode perceber quão imperioso era realizar tal argumentação, tendo em vista o objeto por nós estudado. Como ficou claro, entendemos que tais modificações e criações legais eram a expressão clara do fomento estatal do chamado “terceiro setor” (filantrópico) e selavam um processo cuja finalidade era evitar inconvenientes com a Justiça do Trabalho para que a iniciativa privada/empresarial se valesse dessa forma de trabalho não pago. O Projeto Formare expressa isto muito bem. Por exemplo, no *Termo de Adesão ao Voluntariado* (2006) do Projeto Formare do Grupo Ultra, encontramos que:

- O trabalho voluntário a ser desempenhado junto ao Instituto Ultra, de acordo com a Lei no. 9608 de 18/02/98, anexa, é atividade não remunerada, e não gera vínculo empregatício nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, previdenciárias ou afins. - Compete ao voluntário participar das atividades e cumprir com empenho e interesse a função estabelecida. - Será de inteira responsabilidade do voluntário qualquer dano ou prejuízo que vier a causar ao Instituto Ultra. - O voluntário isenta o Instituto Ultra de qualquer responsabilidade referente a acidentes pessoais ou materiais, que por ventura, venham a ocorrer no desempenho de suas atividades. (...)

O projeto só é possível de ser realizado graças ao trabalho de milhares de educadores voluntários espalhados por toda franquia. Tais educadores, professores das disciplinas ofertadas pelo projeto, não são profissionais externos contratados para desempenhar tal atividade, ao contrário, são trabalhadores das próprias unidades empresariais parceiras do projeto, que, de maneira “voluntária”, dispõem-se a lecionar nas salas de aula montadas pelas empresas onde laboram. Estima-se que o número de educadores voluntários mobilizados pela rede Formare hoje esteja em torno de 4 mil (trabalhadores-professores).

As aulas são dadas no horário da jornada de trabalho dos trabalhadores. Isto acarreta - como encontramos num documento produzido pelas gestoras do projeto, em que sintetizam os pontos tratados no “Encontro Regional São Paulo e Grande São Paulo”, acontecido em Osasco, em 21 de junho de 2007⁸² - que alguns educadores voluntários, ao se desdobrarem como professores, não conseguem nem cumprir as metas da empresa e nem serem educadores, atuando de forma insatisfatória na transmissão dos conteúdos. De maneira cínica, assim nos diz, lançando uma pergunta, a coordenadora geral do projeto em entrevista:

⁸² Disponível em: <www.redeformare.org.br/site/memoria2encontro.doc>. Acesso: 22 out. 2009.

O Formare tem como característica funcionar dentro do espaço de trabalho, no horário de trabalho, e com a colaboração dos funcionários da empresa que adotou o projeto. É totalmente diferente do que estamos acostumados a ver por aí. No início, quando vamos apresentar a proposta, é muito comum escutarmos: “isso não funciona aqui. As pessoas têm muito trabalho e são muito cobradas para apresentarem resultados”. E eu digo: “em todo lugar é assim. Nos dias de hoje, é comum não termos tempo para nada. É normal acharmos que é impossível assumir mais responsabilidades. Mas, como algumas empresas conseguiram com sucesso? (PORTAL CATHO, 2004)

É interessante observar que em outra entrevista, concedida ao Portal Responsabilidade Social, uma das recomendações de Beth Callia é justamente a necessidade das empresas franqueadas terem no seu quadro de funcionários um mínimo de 300 empregados, condicionando, assim, a possibilidade de êxito do projeto às empresas de porte médio e grande. Tal recomendação não é inoportuna já que quem realmente faz o “trabalho duro” são os voluntários. Empresas com um número reduzido de empregados gerariam muitas dificuldades para sua gestão e execução.

Inicialmente, explica-nos Beth Callia que, para a implementação do projeto em determinada empresa são nomeados alguns coordenadores, geralmente uma ou duas pessoas que trabalhem no setor de Recursos Humanos da organização. Para tentar eliminar a possível desconfiança e ceticismo desses novos coordenadores em relação ao trabalho e desenvolvimento do projeto, levam-lhes à Fundação Iochpe para um programa de capacitação em conjunto com outros coordenadores mais experientes:

(...) Convidamos coordenadores que já têm experiência com o projeto. Peço a eles para apresentarem não só os benefícios trazidos pelo Formare, mas também as dificuldades enfrentadas e como fizeram para superá-las. No fim do programa, vamos fazer uma visita a uma empresa que tem o projeto implantado. É bom para eles terem uma idéia de como acontece na prática. Acredito que este programa de capacitação muda bastante a primeira impressão, que normalmente é de que o projeto é apenas mais uma responsabilidade a ser assumida. Os coordenadores saem mais motivados e envolvidos com o Formare. (PORTAL CATHO, 2004)

Além desta ocasião, que segundo informes do *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008) computam 24 horas realizadas em 3 dias, para trocarem informações e receberem os manuais de orientação para implementação do projeto e as técnicas necessárias de fomento ao voluntariado na empresa, ainda há o “Encontro Anual de Coordenadores”, realizado em um fim de semana em hotel fora da cidade de São Paulo, visando abordar temas como educação de jovens, “responsabilidade social” corporativa, voluntariado, entre outros.

A idéia principal é que, a partir desses estímulos, monte-se uma equipe de coordenação do Projeto Formare, nas empresas que o adotam, responsável por instigar os trabalhadores a se voluntariarem. No *Estudo de Caso do Projeto Formare* (2008), é destacada a principal atribuição dessa Equipe de Coordenação⁸³:

(...) destaca-se a formação do grupo de educadores voluntários, que será determinante para o sucesso do projeto. O processo inicia-se pela divulgação do projeto em todos os setores da empresa com a intenção de sensibilizar seus colaboradores e garantir a adesão de um grande número de voluntários que participarão não somente como educadores, mas também como orientadores de práticas profissionais, ou apenas observando e apoiando os alunos e a escola no seu dia a dia. Os resultados mais importantes desta sensibilização são, além da identificação dos educadores voluntários, a obtenção de apoio aos mesmos por parte de suas chefias, dando-lhes a flexibilidade de horário necessária para ministrar as aulas. (p. 16-17)

Sem criarem uma cultura de envolvimento e motivação da força de trabalho voluntária com o projeto, as dificuldades acentuam-se. É por isto que encontramos um documento intitulado *A importância da Comunicação à coordenação do Formare*⁸⁴ que discorre sobre 13 pontos principais para a condução de uma escola Formare.

Nele constam recomendações aos coordenadores para criação de jornais internos, cartazes, murais, entre outros, que abordem de maneira positiva o projeto (sua história, resultados e conquistas) e sua necessidade para a vida dos jovens pobres. Há, também, incentivos à organização dos alunos para apresentações musicais, teatrais e de dança com o objetivo de chamar a atenção de todo o público de funcionários da empresa e assim criar a possibilidade de angariar mais voluntários que se dediquem ao projeto.

Além disto, como se pode encontrar no documento, “É fundamental que todos se sintam responsáveis de alguma forma pelo resultado na vida de cada jovem após um ano de convívio dentro da empresa” (p. 5) e para isto postulam a necessidade do coordenador organizar práticas de homenagens a serem realizadas pelos jovens atendidos como forma de

⁸³ À Equipe de Coordenação, segundo consta no *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008), cabem duas funções: a de “agente social” e a de “gestor educacional”. Como agente social o indivíduo deverá conhecer os conceitos que definem uma empresa como “cidadã” e conhecer a metodologia e operacionalização do projeto através de seus manuais. Como gestor educacional o indivíduo deverá sensibilizar os funcionários da empresa e formar equipes de educadores voluntários (40 em média); selecionar os alunos, conforme critérios do projeto, com apoio da equipe de Recursos Humanos da unidade/empresa; identificar os educadores voluntários, direcionando-os para os conteúdos compatíveis com a sua formação e/ou experiência; ambientar os educadores voluntários com a metodologia Formare; estimular a troca de informações entre os educadores voluntários; planejar ações de integração com a empresa e a comunidade; acompanhar e registrar o desenvolvimento dos alunos; realizar reuniões periódicas com os pais e responsáveis pelos alunos; realizar visitas aos domicílios dos alunos quando necessário; organizar a cerimônia de formatura; encaminhar os alunos ao mercado de trabalho e efetuar o acompanhamento periódico.

⁸⁴ Disponível em: <http://www.redeformare.org.br/Intranet/Manual/%7BC7527435-AC25-4270-AACA-CFD3C8A53952%7D_Capacita%C3%A7%C3%A3o%20e%20Coordenadores.doc>. Acesso em: 20 dez. 2009.

gratidão, devoção e estímulo ao presidente e trabalhadores voluntários da empresa para que continuem com a filantropia.

Tais práticas manifestam-se desde formas mais sutis, como fotografias da formatura dos alunos na mesa dos educadores voluntários (EV's) e cartas assinadas pelo presidente da empresa congratulando o trabalho; até formas mais escancaradas, como a criação de aventais e jalecos para diferenciarem os voluntários na empresa; a nomeação do “Educador Voluntário do mês”, que terá foto mostrada em ambiente estratégico da empresa; o “Dia do Abraço”, em que em uma data estratégica, combinada com antecedência, sem que os educadores voluntários saibam, receberão elogios e abraços publicamente etc.

Chama atenção a concepção do Projeto Formare com relação à formação de professores em educação profissional. Isto porque, segundo consta no *Estudo de Caso do Projeto Formare* e em entrevistas, é oferecida uma “capacitação” de 16 horas ao educador voluntário, realizada anualmente e em horário de trabalho. A curta experiência de “formação” consistiria em abordar vários aspectos: introduzir o educador voluntário ao conceito “Formare”, noções de voluntariado, perfil da juventude, características do educador, princípios de ensino e aprendizagem. A partir disto, o trabalhador, agora educador voluntário (professor), estaria apto a lecionar a seus alunos.⁸⁵ Como diz Beth Callia:

(...) Isso é o que dá subsídios para ele entender o perfil do jovem, para entender como dar uma aula. Muitas vezes, o educador sabe muito bem o conteúdo da disciplina, mas se sente inseguro para dar aula. Diz que é tímido, têm problemas de falar em público, coisas do gênero. Nós o orientamos e fornecemos todo o material didático que ele usará durante a aula, além do plano de aula. Ele tem liberdade de seguir as nossas orientações ou preparar a aula do jeito que achar mais conveniente. (PORTAL CATHO, 2004)

Não se trata de colocarmos em questão o fato de ser inconcebível um trabalhador saber ensinar. Pelo contrário, sob a perspectiva que assumimos, os trabalhadores em luta e solidarizando-se entre si são capazes não só de ensinar, mas de assumir o controle de toda produção social, dispensando gestores e demais capitalistas. Entretanto, a questão aqui é outra, pois estamos diante de um quadro e processo que contribuem para desqualificação da prática docente e que acabam por revelar-nos como a racionalidade capitalista sempre entendeu os processos de formação humana: de maneira instrumentalizada aos seus próprios anseios.

⁸⁵ Cômicos dos extremos limites dessa experiência de formação, seus gestores criaram em 2009 um curso de Educação à Distância aos educadores voluntários (vigora entre o início de setembro ao início de dezembro). Para acessarem-no os trabalhadores interessados devem fazer inscrição. Tais cursos são ministrados no seguinte endereço: <<http://www.formare.org.br/ead/>>.

Com relação aos educadores voluntários, não podemos menosprezar o fato de suas motivações se ancorarem em profundos sentimentos de empatia para com a condição precária dos jovens. Em depoimentos, a marca do engajamento voluntário no projeto é poder contribuir “positivamente”, buscando alterar a realidade dura dos jovens pobres atendidos, alunos no projeto. Resquícios de solidariedade humana, que podem guardar conexões muito íntimas com crenças religiosas, num mundo em que os traços de individualismo e frieza andam exacerbados. Como aparece dito por um educador voluntário:

Eu tô na quarta turma, e o gostar bastante do Formare é de ver as pessoas com quem a gente tá trabalhando, principalmente os educandos. O que começou a despertar uma atenção maior referente ao Formare foi o seguinte: Eu comecei a lembrar da minha infância, da minha adolescência. Poxa, naquela época a gente corria tanto atrás de uma oportunidade e não conseguia. Isto fazia mal pra gente. E hoje eu me vejo perante adolescentes que tiveram o mesmo problema que eu. Depois que a gente começou fazer parte das visitas domiciliares, a gente começou analisar caso a caso, e ver em cada um deles as diferenças entre si das vivências de cada um.⁸⁶

Porém, é importante ressaltar outra faceta. Para além da vontade de servir ao próximo, o trabalho voluntário vem se constituindo, hoje, num importante critério das empresas para ofertarem emprego a um candidato, e neste sentido, os que aderem a tal forma de trabalho o fazem numa dimensão “utilitária”, forçada pelas circunstâncias do mundo do trabalho no tempo presente, e não “voluntária”. Trabalhadores que já tiveram em seus currículos a experiência do “servir voluntariamente” passam a ser mais bem vistos pelas empresas que demandam trabalhadores dispostos a se envolverem totalmente com suas metas.

A característica de saber doar-se para um projeto, “vestir a camisa da empresa”, passa a ser expressa nas experiências de voluntariado. Sabendo disto, muitos trabalhadores procuram envolverem-se como voluntários em projetos sociais quando lhes são apresentados e propostos. Isto mesmo é o que manifesta uma trabalhadora, educadora voluntária no Projeto Formare, em depoimento sobre sua participação no projeto: *"Essa ação, proporciona o contato com uma realidade socioeconômica diferente da minha e oportunidades de desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, hoje muito valorizadas no mercado de trabalho."*⁸⁷

⁸⁶ Trata-se da afirmação de José Maurício Vital dos Santos (Mecânico de Geometria – educador Voluntário Formare Mahle) no vídeo documentário *Formare - Histórias de conquistas e superação*.

⁸⁷ Depoimento de Lidyanne Toffanello, educadora voluntária da disciplina de “Higiene, Saúde e Segurança” do Projeto Formare do Grupo Ultra. Disponível em: <<http://www.ultra.com.br/formare/Educadores.asp>>. Acesso em: 9 out. 2009.

Tais competências tão desejadas pelas empresas podem ser resumidas, principalmente, em duas palavras: “relações humanas”. Os gestores do Projeto Formare propagandeiam que ser professor voluntário, além do reconhecimento social da função e da oportunidade para retomada dos estudos, aumenta a auto-estima, melhora a capacidade de comunicação e interação com as pessoas, amplia a visão de mundo e ainda desenvolve as “competências de liderança”.

No Projeto Formare do Grupo Ultra, por exemplo, listam-se as características dos educadores voluntários: “profissional de competência reconhecida”, visão “positiva” de mundo, aspiração em desenvolver e transmitir seus conhecimentos, engajado voluntariamente, participativo na solução de problemas sociais da comunidade onde vive e no local onde trabalha.⁸⁸ Este tipo humano solícito e voluntário é o perfil de trabalhador mais desejado pelas empresas na contemporaneidade, sempre apto a servi-las e solucionar eventuais problemas no local de trabalho.

Podemos afirmar que há, com o Projeto Formare, uma intensificação da exploração do trabalhador tendo em vista o exposto em outros depoimentos de educadores voluntários, que sempre, apesar de certos elogios, deixam escapar seu outro lado:

O Formare mudou minha vida! Por um lado, tenho mais trabalho preparando as aulas e tenho que me organizar melhor ou não dá tempo. Por outro, conheci pessoas maravilhosas, me divirto muito pensando nas aulas com as outras teachers e é maravilhoso ver os alunos melhorando. (grifos nossos)⁸⁹

A lista de atribuições do educador voluntário não é nada pequena. É necessário desenvolver a disciplina nos propósitos do curso, como definido pela Fundação Iochpe, tendo que trabalhar todo conteúdo para certificação de formação profissional aos alunos. Postulam que se deve buscar “interdisciplinaridade”, conhecer todas as disciplinas ministradas na empresa (escola Formare), recomendando-se ações em conjunto com outros educadores voluntários, orientadores e coordenadores. Deve-se participar dos cursos “preparatórios” a cada dois anos e das reuniões da escola, realizadas a cada 2 meses, com o objetivo de trocar experiências, dúvidas e problemas. Ainda há a necessidade de preencher o diário de classe (registro de presença dos alunos para obtenção do certificado de formação), realizar provas, trabalhos e até meios de recuperação aos alunos com dificuldade no aprendizado.⁹⁰

⁸⁸ Disponível em: <<http://www.ultra.com.br/formare/Voluntario.asp>>. Acesso em: 9 out. 2009.

⁸⁹ Depoimento de Letícia Cortês, educadora voluntária da disciplina “Atendimento Comercial e Vendas” do Projeto Formare numa empresa do Grupo Ultrapar (cujas unidades mais expressivas são a Ultragaz e a Ipiranga). Disponível em: <<http://www.ultra.com.br/formare/Educadores.asp>>. Acesso em: 9 out. 2009.

⁹⁰ Disponível em: <http://www.ultra.com.br/formare/Voluntario_1.asp>. Acesso em: 9 out. 2009.

Dessa forma, além de trabalhar na empresa, e ter de, em brechas concedidas pela gerência em sua jornada, lecionar por 50 minutos uma disciplina específica, o trabalhador ainda vive toda realidade psicofísica dos professores no pré e pós-aula (preparação, desenvolvimento e aprimoramento de aulas, solução de dúvidas, correção de provas, trabalhos etc.). Assim, apesar de não haver um aumento da jornada de trabalho em termos “físicos” - de horas a mais dedicada à empresa em seu espaço próprio - temos sim uma extensão da jornada do trabalhador, agora tornado professor, de horas a mais dedicada à empresa (ao Projeto Formare) em seu reduto doméstico. A jornada de trabalho do professor não se limita ao tempo que discorre sobre algo em sala de aula, mas a todo processo de elaboração prévia e posterior do que irá ministrar e desenvolver (além da avaliação dos alunos) e, portanto, estende-se aos locais de morada.

Há um enorme paradoxo nesta iniciativa empresarial que é o Projeto Formare. Isto porque ao lidar com educação profissional gera-se no imaginário social uma perspectiva integradora. Por se tratar de uma educação mais voltada ao ato laborativo, vincula-se à perspectiva do assalariamento. Parece tornar-se possível aos milhares de jovens desempregados e “desqualificados” do país algum dia venderem sua força de trabalho, caso cursem o Formare ou se eduquem profissionalmente. Entretanto, o próprio projeto traz em seu bojo a lógica macro-social do “fazer mais com menos”: aumentar a produtividade do trabalho com menos seres humanos empregados.

Ora, os alicerces do Projeto Formare assentam-se na não contratação de professores, no não emprego de trabalhadores da educação. O próprio projeto que postula a necessidade de maior “qualificação” para se tornar “empregável”, opera numa lógica que torna obsoleta a necessidade de assalariar trabalhadores. Com tal projeto, nos é oferecida a estratégia do trabalho voluntário e da intensificação do desgaste psicofísico dos que já estão empregados.

Desperta curiosidade o cerne da ideologia Formare, expressa em apostila *Curso III para Educadores Voluntários* (2007) do projeto, destinada a orientar os trabalhadores (professores voluntários) em suas aulas. Nela, encontramos o seguinte pensamento:

De todos os fatores que influenciam a convivência humana, o mais decisivo é a capacidade de resolver conflitos de forma colaborativa. [...] As velhas hierarquias estão se desmoronando; o rei, o patrão, o chefe, o pai simplesmente não podem mais dar ordens. Cada vez nos tornamos mais incapacitados para convencer os outros a fazer o que queremos; [...] A maior barreira à colaboração é o conflito destrutivo. [...] No setor do trabalho, muitos sindicatos e grupos patronais, anteriormente antagônicos, estão fazendo parcerias sem precedentes. Muitas empresas, antes concorrentes acirradas estão descobrindo meios de cooperar – por intermédio de alianças estratégicas e consórcios – enquanto continuam concorrentes. [...] Nosso

desafio atual é criar uma cultura na qual até as divergências mais graves sejam resolvidas, não na base da força e da coação, mas do interesse mútuo e da coexistência. (FORMARE, 2007, p. 4-5)

Neste tipo de pensar, tudo se passa como se os “patrões” - gestores e novos administradores de empresa - não tivessem mais capacidade de mando, ordenação e punição, o que tende a gerar, nos trabalhadores, o efeito psicológico de se sentirem “libertos” e peça importante na engrenagem do capital. Produz-se, assim, a aparência de que não estão mais assalariados em suas empresas sob relações de autoridade, mandos, metas e abusos.

Todos seriam “colaboradores” (uma só “família”) e o capital tão somente contaria com a “vontade” própria de cooperação de cada trabalhador, afinal, pelo raciocínio empresarial, o mundo em que vivemos dá mostras e sinais constantes de ser altamente “cooperativo” com todos os interesses sociais harmonizando-se em um só (o do capital). A proposição, ao final do trecho destacado, também é indicativa do que os futuros professores deverão veicular em seus ensinamentos: a criação de uma cultura na qual o conflito trabalho versus capital nunca seja superado.

Na atual fase do capitalismo, as teorias e técnicas administrativas estão sempre a inovar com vistas a aumentar a produtividade do trabalho humano e conter os conflitos sociais. Podemos dizer que o Projeto Formare, com a tática do voluntariado, enquadra-se no conjunto dos mecanismos da administração capitalista que tenta “harmonizar” o conflito nas relações de trabalho. É aí que a “responsabilidade social empresarial” Formare parece assumir todo seu significado: maior controle e integração dos trabalhadores à lógica e dinâmica das empresas.

Em artigo, o diretor de Recursos Humanos do Grupo Magneti Marelli (importante rede de empresas no campo da produção de sistemas e componentes automotivos), Giuseppe Giorgi, que gere o Projeto Formare na empresa em que trabalha, usa, para expressar a relação de conflito capital versus trabalho, o termo “muros internos da empresa”. Para o administrador, o projeto possibilita quebrar estes “muros”:

[...] os muros internos são quebrados com o envolvimento dos funcionários nos programas da empresa, principalmente em ações de voluntariado. Neste momento, onde as pessoas se reúnem por um objetivo em comum, as diferenças setoriais e hierárquicas desaparecem e todos se sentem a vontade para expor seu ponto de vista, afinal estão fazendo algo positivo em prol de uma causa nobre. [...] Tenho orgulho em dizer que no Grupo Magneti Marelli acertamos ao escolher o Formare como parceiro e primeiro grande projeto de responsabilidade social. [...] Atuando como educadores voluntários, os funcionários se misturam, todos em prol de uma única causa: ajudar no processo de formação e educação destes jovens. Diretores deixam

de ser diretores, operários deixam de ser operários. O trabalho em equipe ganha um novo significado, ficando mais palpável. Neste processo, as relações se modificam e extrapolam os limites do programa, perpetuando-se no dia-a-dia da empresa e tornando o clima da organização melhor, com resultados melhores do que qualquer treinamento de equipes poderia alcançar. A consequência é óbvia: gente mais “gente” e feliz produz mais e melhor, impactando no resultado da empresa. [...] ⁹¹

Dizia, metaforicamente, Marx (1982), que o capital, a relação social predominante de nosso tempo, era como um vampiro que devia sempre se alimentar (do sangue) do trabalho vivo, da vitalidade dos trabalhadores, únicos capazes de valorizarem o mundo das “coisas”. O constante esforço desta relação é o de aumentar o seu “domínio” sobre os trabalhadores e por isto as técnicas administrativas são tão importantes. O Projeto Formare, política de “responsabilidade social empresarial”, integra o leque diversificado de táticas dos capitalistas para controle da força de trabalho, elemento crucial na relação de vampirismo do capital.

Em suma, o trabalho voluntário no Projeto Formare explicita a lógica estrutural da exclusão (ao não contratar professores) e da exploração exacerbada do capitalismo (pelo trabalho voluntário) sobre os trabalhadores.

(3.4) O Projeto Formare: a formação juvenil para o emprego ou “empregabilidade”?

O Projeto Formare destina-se a um público alvo específico e bem delimitado: jovens de família de baixa renda. Como frisam seus formuladores o (a) jovem deve ter entre 15 e 17 anos, ser componente de família com renda per capita inferior ou até meio salário mínimo e não ser filho de funcionário da empresa onde o projeto instalar-se-á.

Seguindo uma tendência no que diz respeito aos projetos sociais do “terceiro setor”, procura atingir uma parcela da população mais pauperizada e com oportunidades escassas de virem a participar ativamente da economia capitalista: “*O objetivo do programa é desenvolver as potencialidades de jovens de famílias de baixa renda, moradores das redondezas das empresas, a fim de integrá-los à sociedade como profissionais e cidadãos.*”. (PORTAL CIDADES PAULISTAS, 2009) A escolha desses jovens, de acordo com Beth Callia é realizada da seguinte maneira:

⁹¹ Trata-se do artigo *Quebre os Muros* da edição do mês de julho de 2008 da Revista AutoData, uma publicação voltada aos empresários do setor automotivo. Estima-se que 360 funcionários trabalham como voluntários no programa Formare desenvolvido em empresas do referido grupo.

Eles precisam estar estudando, matriculados em alguma escola pública. Devem estar no último ano do ensino fundamental ou já no ensino médio. Não podem estar atrasados nos estudos. As empresas divulgam a abertura de vagas nas escolas públicas da região. Depois, os jovens fazem uma prova de seleção, com questões de português, matemática, conhecimentos gerais e uma redação. A idéia é verificar o patamar em que ele está, e não medir os conhecimentos. É apenas uma etapa do processo. Os selecionados irão receber uma equipe do Formare em suas casas. Nesta etapa, a intenção é verificar a necessidade do candidato, financeiramente falando. O que mais nos preocupa é escolher o candidato que tenha o melhor perfil para aproveitar a oportunidade. Não queremos nenhuma desistência. (PORTAL CATHO, 2004)

A ida de pessoal da empresa nas casas dos alunos não é desinteressada. Além, é claro, de constatar a condição precária do aluno, trata-se de se reunir com os pais chamando-os a se comprometerem com a iniciativa empresarial do Formare, transformando-os em apoiadores e incentivadores do aluno e da escola.

Os alunos selecionados para cursá-lo são acompanhados no dia a dia das aulas por meio de diários de classe para cada disciplina, preenchidos pelos educadores voluntários, onde são registrados freqüência, notas, os conteúdos ministrados e outras observações. Isto constitui a base para a emissão dos “históricos escolares” que acompanham os certificados de conclusão de curso dos alunos. A certificação de “Formação Inicial de Educação Profissional” (conforme Decreto 5.154/2004) é reconhecida, como mencionamos anteriormente, pelo MEC, graças à formalização de um convênio entre a Fundação Iochpe e a UTFPR, antigo CEFET-PR.

A rotina das escolas da rede é comentada com muito entusiasmo pela coordenadora geral do Projeto Formare:

(...) As aulas são dadas de segunda a sexta-feira, cinco horas por dia. O curso, que dura um ano, tem no mínimo 800 horas. O que acontece é que ninguém faz o mínimo que o CEFET-PR exige para garantir a certificação dos jovens. Eles fazem mais horas! Em vez de ficar cinco horas na empresa por dia, eles ficam seis, sete, até oito horas. Os alunos fazem disciplinas de integração como língua estrangeira, teatro, música, educação artística, entre outras atividades. Eles têm três refeições por dia: café da manhã, almoço e um lanche antes de deixarem a empresa.” (PORTAL CATHO, 2004)

O número de jovens em busca das 20 vagas oferecidas em cada unidade empresarial onde se desenvolve o projeto é expressivo de como há enorme demanda por cursos de “qualificação” profissional - principalmente pela população jovem pobre, que dificilmente dá prosseguimento aos estudos e, quando muito, conclui o ensino médio - e por outro lado pouca

oferta. Quando questionada se muitos jovens almejavam participar do projeto, Beth Callia respondeu o seguinte:

Para você ter uma idéia, 3.000 jovens apareceram na Arteb, uma empresa que fica em São Bernardo do Campo. Chamou até a atenção da Globo, que estava rondando o local de helicóptero e desceu para saber o que estava havendo. Dizem que é uma tradição lá, todo ano é assim. É incrível por um lado, mas parte o coração. Tanta gente e tão poucas oportunidades. [...] É complicado aumentar o número de vagas. Já tentamos uma vez. Aumentamos para 30 alunos e percebemos que isso comprometeu a qualidade do ensino. (PORTAL RESPONSABILIDADE SOCIAL, 2009)

A média de inscritos do Projeto Formare é de 15 candidatos para cada vaga (300 indivíduos por turma). Seus gestores gabam-se de em 20 anos de história terem “capacitado” em torno de seis mil jovens (sendo que mais da metade destes nos últimos 5 anos).

Na visão dos gestores a cerimônia de formatura⁹² é o momento mais importante para a tentativa de empregar os jovens formados, pois através dos convites e da divulgação local é onde se busca uma maior aproximação entre a empresa fornecedora do curso, a comunidade e outras empresas da região. É aí que se podem identificar possíveis empregadores (até mesmo a empresa fornecedora do curso), e também futuros parceiros e sócios que visem multiplicar e fortalecer o projeto. Como auxílio na tarefa de arrumar emprego aos jovens criou-se parcerias com empresa do ramo eletrônico, a *Curriculum.com*, e com o portal eletrônico *Busca Jovem*⁹³, desenvolvido pelo GIFE, que atuam disponibilizando no espaço virtual os currículos dos egressos do Projeto Formare, direcionando-os a empresas interessadas. Como exaltam, tais procedimentos têm garantido uma alocação de 80% dos alunos do projeto no mercado de trabalho⁹⁴.

Diante da assombrosa realidade da juventude brasileira, tudo leva a crer, com o alto percentual de jovens egressos sendo contratado pelas empresas, que o Projeto Formare, do ponto de vista de conseguir empregar seus alunos é, realmente, eficiente. Porém, apesar de

⁹² O manual do Projeto Formare com relação ao tema da formatura pode ser obtido em: <http://formare.org.br/Intranet/Manual/%7B377C1C70-A009-4A40-AA35-A5374BB41AE8%7D_manual%20da%20formatura.doc>. Acesso em: 20 dez. 2009.

⁹³ <http://buscajovem.org.br/>

⁹⁴ Pela impossibilidade de levantar dados de todas as escolas da rede - dada diversidade de localidades e empresas onde se instalam - trabalhamos com números, percentuais e estatísticas divulgadas pelo próprio Projeto Formare. Como consta no *Estudo de Caso do Projeto Formare* (2008) seus processos avaliativos ocorrem através de relatórios enviados sistematicamente à Fundação Iochpe e também através das visitas dos profissionais da fundação às unidades franqueadas. Além disto, dizem ter um “Programa de Avaliação à Distância” que coleta, cruza e analisa indicadores levantados através de questionários respondidos por uma amostra representativa dos diversos segmentos: alunos, coordenação e educadores voluntários. Entre os critérios utilizados para análise dos alunos encontram-se: o econômico (acompanhamento da evolução da renda per capita familiar); o educacional (grau de proficiência do aluno na escola formal antes e depois de ingressar no projeto) e a “empregabilidade” (colocação no mercado de trabalho e o índice de empregabilidade e de promoções).

trabalharmos com dados fornecidos pelo próprio projeto, não podemos deixar de fazer as considerações a seguir.

Há quase 10 anos, o fator mais alarmante que apontava Pochmann (2000) para faixa etária entre 15 e 24 anos de idade, comparando dados do IBGE de 1989 a 1998, era que o volume de jovens empregados havia permanecido estagnado. Tínhamos 16,9 milhões de jovens empregados em 1989 e, em 1998, 16,1 milhões. Não houve expansão da ocupação, mas houve aumento quantitativo de 2,3 milhões de pessoas na faixa etária considerada. Havia 1 milhão de desempregados jovens em 1989, e em 1998, 3,3 milhões, computando um inchaço na taxa de desemprego juvenil de 194,8%, três vezes maior que o aumento do desemprego da população em geral.

No século XXI, a situação da juventude brasileira também não conheceu melhora. Estudos recentes de 2007, do mesmo pesquisador, com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes ao período 1995-2005, mostram que o cenário continua crítico. A cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho nos últimos 10 anos, 55 ficaram desempregados e apenas 45 encontraram uma ocupação.

No referido período, o desemprego, entre a população jovem (de 15 a 24 anos), cresceu. Apenas 10,4% das vagas criadas (1,8 milhão do total de 17,5 milhões de vagas) entre 1995 e 2005 foram ocupadas pela população jovem. Chegamos em 2005 com a marca de 49,6% do total de desempregados sendo jovens. Entre a população de baixa renda (famílias com até meio salário mínimo por pessoa), objeto de preocupação do Projeto Formare, a cada 100 jovens, 74 fazem parte da população economicamente ativa, sendo que 20 destes estão desempregados.

Ainda, segundo dados de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizados por Castro e Aquino (2008), há 51 milhões de jovens brasileiros entre 15 e 29 anos, dentre os quais 46% deles estão desempregados e metade dos 54% que estão empregados trabalham sem carteira assinada. A consequência é que 31% de todos eles podem ser considerados miseráveis, pois possuem renda per capita inferior a meio salário mínimo.

É diante deste triste quadro social que o Projeto Formare busca legitimar-se e tornar plausível sua existência. O projeto traz em seu bojo a idéia de que a falta de “qualificação e capacitação” profissional (educação profissional) e a baixa qualidade da educação escolar pública são as responsáveis pelo quadro catastrófico do desemprego juvenil:

O tema tem se tornado cada vez mais recorrente: há vagas no mercado de trabalho, mas as empresas não encontram profissionais para preenchê-las. No Brasil, onde 4,4 milhões de jovens estão desempregados, há cerca de 200 mil oportunidades para serem preenchidas por candidatos com nível técnico. No momento em que os poderes público e privado alinham estratégias para acelerar o crescimento econômico do Brasil, a falta de qualificação profissional – especialmente entre os jovens – surge como um dos maiores entraves. É notável, há muitos anos, a dificuldade que o setor público encontra para oferecer à população um sistema de ensino eficaz e compatível ao desenvolvimento tecnológico, cada vez mais veloz, das grandes corporações. (...).
(http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=75&Itemid=127)

Na perspectiva empresarial, empregos existem, o que não existem são pessoas capazes de obtê-los, atendendo aos requisitos que demandam. O mesmo argumento é manifesto numa outra sessão do sítio eletrônico do Projeto Formare da seguinte forma:

Na busca pelo primeiro emprego, jovens – em especial os de famílias de baixa renda – deparam-se com um problema que os insere num círculo vicioso: não conseguir trabalho por falta de experiência e não conseguir experiência por falta de trabalho. Segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), mais de quatro milhões de jovens brasileiros vivem em situação de extrema pobreza. Em paralelo a esta situação grave, a partir do crescimento econômico em diversas áreas, muitas empresas queixam-se da falta de trabalhadores capacitados para seus quadros profissionais. Segundo estimativa do Sistema Nacional de Emprego (Sine), em 2006, um milhão e 869 mil vagas de emprego foram oferecidas, delas, apenas 877 mil foram preenchidas. A Fundação Iochpe oferece um consistente programa de capacitação profissional que (...) pode dar aos jovens uma oportunidade única de saírem de uma condição crítica, fruto da baixa qualidade da Educação pública, e se tornarem profissionais qualificados para o mercado de trabalho. (...)
(http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=70&Itemid=125)

De maneira mais intensa na década de 1990 no Brasil, reforçou-se, no debate político nacional, por parte dos empresários, órgãos de governo, ONGs e sindicatos, a necessidade de uma melhora educacional da população, apontada como fator de entrave ao desenvolvimento socioeconômico de então, caracterizado por amplas mutações tecnológicas e organizacionais e acirrada concorrência empresarial. Todo discurso acenava (e ainda acena) para a necessidade de trabalhadores mais “qualificados”.

A fórmula essencial do debate era a seguinte: sem investimentos na área de educação, as empresas não cresceriam e, conseqüentemente, o país teria seu desenvolvimento entravado. Para os trabalhadores, iniciava-se uma insana corrida em busca das novas qualificações exigidas pelo mercado, cada vez mais globalizado e competitivo. Quem ainda não estava

empregado, tratava-se de continuar estudando, qualificando-se, pois esta era a única forma e caminho para se obter ou sonhar com um emprego. Para quem estava empregado, tratava-se de retomar os estudos outrora abandonados ou estagnados. Multiplicaram-se aos milhares cursos de informática, língua inglesa e tantos outros mais específicos a cada setor produtivo. Neste processo, quanto mais escolarizados fossem e mais cursos cursados tivessem, maiores seriam as chances daqueles que almejavam (um “bom”) espaço no restrito mercado trabalho. Ilustrativo desta lógica é o próprio índice do Projeto Formare que revela ter contribuído para fazer com que os jovens, mesmo depois de concluído o curso, continuassem buscando aprimorar-se nos estudos.

O problema de toda esta forma de raciocinar é que ela mistifica a realidade.

Ainda que a racionalidade capitalista, expressa pelo Projeto Formare, manifeste lapsos de concretude analítica, não pode ser plenamente conseqüente sobre o conteúdo de suas afirmações. No *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008) diz-se que:

Pesquisas do IBGE indicam que cerca de 50 milhões de brasileiros vivem na condição de pobreza. Este número constitui 1/3 da população brasileira, mas chega a 46%, quase a metade, quando se considera a população com menos de 16 anos. Considerando que uma das formas de combate ao ciclo da pobreza pode ser vencido com a criação de oportunidades de geração de renda e que esta só se coloca no longo prazo através da formação profissional, o Projeto FORMARE volta-se para a solução deste grave problema estrutural. Acresça-se a este fato a própria competitividade do trabalhador brasileiro, não só no cenário internacional, mas no cenário específico do Mercosul: os níveis de escolaridade registrados indicaram que, enquanto o trabalhador brasileiro tinha apenas 3,5 anos, o trabalhador chileno tinha 7,5 e o argentino 8,7 anos de escolaridade. (p. 3, grifos nossos)

Depreende-se da análise do trecho acima que, ao mesmo tempo em que existe a consciência de que a pobreza é um problema estrutural, coloca-se como perspectiva de solução a ação filantrópica de formação profissional, que é tão só uma parte do problema, uma componente também estrutural do próprio ciclo da pobreza.

Pior ainda, na sequência da explicação, o problema social da pobreza, da incapacidade do trabalhador gerar “renda”, é simploriamente ligado exclusivamente ao seu nível educacional e não a uma lógica, como aponta Mészáros (2002), incorrigível e irreformável que é a relação social capitalista cujos pilares assentam-se na destruição e precarização de postos de trabalho - o que implica num rebaixamento do valor da força de trabalho e intensificação do trabalho, cuja maior evidência, no caso sob análise, é o fato do projeto trazer em seu bojo o trabalho voluntário, que no fundo é uma tradução da lógica global presente no funcionamento do capital como relação social.

Na visão empresarial, o investimento em educação seria um fator crucial de competitividade para as empresas, que passariam a ter em seus quadros uma força de trabalho mais “escolarizada” e, portanto, apta a executar trabalhos mais complexos e de maior densidade, o que acarretaria desenvolvimento econômico e bem-estar social para o país e de aumento de renda e possibilidade de inserção social para o indivíduo. Esta explicação circular seria a equação mágica para a sociedade “dar certo”.

O discurso é sedutor, contudo, ignora, maquia e não explica a dinâmica do capitalismo global, suas injunções internacionais (o compromisso do capital com sua lógica própria de autovalorização e não com os povos e “nações”) e as decisões políticas de governos e empresas, tomadas visando garantir a reprodução de tal relação que se dá na lógica da produção “enxuta” (*lean production*), que busca eliminar “porosidades” nos processos produtivos: despedindo trabalhadores, intensificando o trabalho dos permanentes e precarizando o trabalho em escala global como forma de pagar menos pelo uso da força de trabalho.

Não se trata de negar que há certa relação entre educação e geração de renda (emprego). A educação é condição necessária para inserção no mercado de trabalho nos marcos da economia capitalista, mas está longe de ser suficiente. O aumento das taxas de escolaridade não vai levar à criação de empregos (muito menos de “bons” empregos, cada vez mais restritos), o que depende, primordialmente, de um modelo político-econômico voltado para isto.

Foi justamente no momento de recrudescimento do emprego no Brasil, principalmente com a liberalização da economia, maior concorrência internacional e reestruturação das empresas impactando todo mundo do trabalho, que surgia uma palavra no meio empresarial que passaria a ser senso comum: “empregabilidade”.

Para Gentili (2004), essa nova ideologia seria responsável por articular e oferecer coerência a três elementos propagados pelos apologistas do capital para superar a crise do desemprego e dinamizar o mercado de trabalho: redução dos encargos patronais, flexibilização trabalhista e formação profissional permanente.

Entendê-la torna-se imprescindível, já que alicerça o Projeto Formare. No *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008) encontramos que:

Para conseguir seu primeiro emprego, o jovem de hoje se depara com uma realidade diferente da geração de seus pais. O mercado de trabalho atual tem características mutáveis (...). Este novo cenário traz ansiedade, já que ele sofre uma pressão imensa, muitas vezes de sua própria família, para buscar uma colocação da mesma forma que outrora era possível. Na geração

anterior, as pessoas tinham um emprego, muitas vezes para toda a vida. A estabilidade profissional era comum. Hoje, ao contrário, não é fácil conseguir um emprego, nem permanecer nele por muito tempo. Neste cenário, os jovens de populações de baixa renda não contam com nenhum tipo de preparo através dos meios de educação formal para obter um emprego. (...) o jovem tem uma característica importante: ele é curioso! Por ensaio e erro, sai em busca das informações que necessita com seu grupo de amigos, através da internet e outros meios. Este “espírito buscador” permite que o jovem consiga se adaptar a este novo mercado de trabalho, onde a empregabilidade - que significa segundo José Augusto Minarelli “a capacidade de gerar trabalho e renda permanente” - é a marca registrada do mercado formal ou o informal de trabalho. (p. 4 - 5)

Na realidade comum do capitalismo hodierno, a instabilidade profissional está tornando-se regra geral. O trabalho parece já não oferecer condições para construção de uma narrativa linear de vida. Na sociedade de “curto prazo”, como mostra Sennett (1999), a ação humana é desorientada, os laços de confiança e compromisso no trabalho e na sociedade, em geral, são afrouxados.

A noção de “empregabilidade” é funcional na renovação do campo semântico e ideológico do capitalismo. Para Gentili (2004), a noção de “empregabilidade” tem papel fundamental na construção e legitimação de um novo senso comum sobre o trabalho, sobre a educação, sobre o emprego e sobre a própria individualidade. “Empregabilidade” é um conceito complexo, que leva a compreensão dos indivíduos para além da simples busca ou mesmo a certeza do emprego.

Diante da relação cada vez mais fluida entre empregador versus empregado (capital versus trabalho), “empregabilidade” seria a resignificação que a débil segurança no posto de trabalho vem assumindo. O emprego passa a depender única e exclusivamente dos indivíduos e do que trazem consigo (dentro de si; sua capacidade de trabalho) e, nesta lógica, estar desempregado não guarda mais relações com a economia-política, com a situação das empresas, da economia, do país, enfim das determinações mais globais do movimento do capital. Não cabendo mais aos trabalhadores esperarem por laços sólidos com as empresas, só lhes resta, agora, nutrir expectativas consigo mesmos, com o conteúdo do que sabem e podem fazer. A “empregabilidade” seria a nova e única segurança que o trabalhador pode contar.

Além disto, guarda muitas proximidades, e pode ser considerada uma faceta da idéia de “flexibilidade”. O trabalhador deve ser flexível, ou seja, altamente adaptável às condições capitalistas postas, preparado para as adversidades e apto a resolvê-las, maleável e disposto a exercer, de maneira engenhosa, múltiplas funções. De acordo com o *Estudo de Caso Projeto Formare* (2008):

Atualmente para manter-se empregado dentro de uma empresa é necessário ampliar suas próprias condições de empregabilidade. A empregabilidade requer um aprendizado e curiosidade constante, ela extrapola o mundo da educação formal. A maior tarefa de um educador hoje é manter a curiosidade do jovem aguçada e facilitar a busca do autodesenvolvimento, estas são as duas características principais das pessoas com alta empregabilidade no mundo moderno. A empregabilidade é movida pela busca por independência que é realizada através do exercício profissional. Nesta tarefa, educador e jovem caminharão juntos, já que a empregabilidade é resultado do autodesenvolvimento. É um movimento de busca contínua de aperfeiçoamento, de criatividade e de adaptabilidade às mudanças. (...)” (p. 5, grifos nossos)

Para Gentili (2004), a novidade desta nova ideologia, diferentemente, por exemplo, da perspectiva ideológica da Teoria do Capital Humano (TCH) de anos anteriores a 1970 é que ela não possui em seu ideário o objetivo e busca de integração e compromisso com o emprego de seres humanos na produção.

Foi no contexto da dinâmica capitalista em que vigorou o compromisso fordista, que a educação, por meio das políticas de viés keynesiano e de bem estar social, adquiriu um *status* importante como engrenagem e impulsionadora do desenvolvimento econômico. Neste sentido, a Teoria do Capital Humano desempenhava a função de legitimar a escola e as políticas educacionais como forma de integração dos indivíduos à vida produtiva.

Segundo os alicerces de tal teoria, que produziu uma visão muito positiva das possibilidades integradoras do aparato educativo formal, a escola era ponte para formação do “capital humano” que, como um poderoso fator produtivo, permitia um aumento das rendas individuais e o crescimento econômico das sociedades. Ela fazia todo sentido numa conjuntura capitalista que integrava os indivíduos à vida produtiva (“pleno-emprego”). O drama é que na atual fase do capitalismo, o desenvolvimento não vem se dando com crescimentos significativos no setor produtivo.

As economias não estão crescendo na medida necessária para solver a questão do desemprego. Foi assim que, no exato momento em que a proposta “integradora” deu sinais de impossibilidade prática real e se afastou da agenda política dos governos, emergiu a noção de “empregabilidade”. Gentili (2004) afirma que:

O apelo à empregabilidade e seu uso numa “neoteoria” do capital humano, cujo conteúdo tem se metamorfoseado com as novas condições de acumulação do capitalismo globalizado, permite entender melhor a crise da promessa integradora. Nesse sentido, a tese da empregabilidade recupera a concepção individualista da TCH, mas acaba com o nexos que se estabelecia entre o desenvolvimento do capital humano individual e o capital humano social: as possibilidades de inserção de um indivíduo no mercado dependem (potencialmente) da posse de um conjunto de saberes, competências e

credenciais que o habilitam para a competição pelos empregos disponíveis (a educação é, de fato, um investimento em capital humano individual); só que o desenvolvimento econômico da sociedade não depende, hoje, de uma maior e melhor integração de todos à vida produtiva (a educação não é, em tal sentido, um investimento em capital humano social). As economias podem crescer e conviver com uma elevada taxa de desemprego e com imensos setores da população fora dos benefícios do crescimento econômico (questão que os teóricos do THC da década de 1960 não imaginavam). Um incremento no capital humano individual aumenta as condições de empregabilidade do indivíduo, o que não significa, necessariamente, que, por aumentar suas condições de empregabilidade, todo indivíduo terá seu lugar garantido no mercado... Simplesmente porque no mercado não há lugar para todos. “Empregabilidade” não significa, então, para o discurso dominante, garantia de integração, senão melhores condições de competição para sobreviver na luta pelos poucos empregos disponíveis: alguns sobreviverão, outros não. (p. 53-54)

Os apontamentos do autor são importantes, pois tornam certas afirmativas um pouco mais claras. É por isto que a busca de inserção dos jovens pobres no mercado de trabalho pelo Projeto Formare, em alguns momentos, é relativizada e secundarizada, apesar de seus dados que afirmam haver emprego para os aos jovens. Em entrevista, sua coordenadora geral, discorrendo sobre o processo de implantação do projeto em outras empresas disse exatamente o seguinte:

(...) Passamos a analisar qual a tendência de mercado na região, conhecer os valores e metas da empresa. A idéia não é formar os jovens para trabalharem na empresa em que eles fizeram o curso, e sim prepará-los para o mundo profissional. Mas o que acaba acontecendo algumas vezes – cerca de 40% dos casos – é que a mão-de-obra que fez o curso acaba sendo absorvida pela própria empresa. Já aconteceram casos da organização contratar todos os jovens porque estava em fase de expansão. Mas como disse, este não é o objetivo principal. (PORTAL CATHO, 2004, grifos nossos)

Um pacto firme com o emprego não é (e nem pode ser) assumido. Como fica claro, empregar os jovens não parece ser o objetivo principal, mas sim, tão só, prepará-los para o “mundo profissional”, ofertar-lhes “empregabilidade”. Afinal, é preciso manter seus índices de empregabilidade altos para não se tornarem “inempregáveis”, já que:

(...) Os dados mostram hoje a precariedade na empregabilidade para a juventude, pois cada vez mais é exigida alta escolaridade e qualificação, mas uma grande parcela de nossos jovens não consegue ter acesso à universidade, começando sua vida profissional em subempregos e permanecendo neles por muito tempo. (FORMARE. Estudo de Caso Projeto Formare, 2008, p. 5)

As noções que pautam a compreensão do Projeto Formare reforçam seu lado extremamente perverso: a falta de acesso à universidade também é explicativa para a

existência do trabalho precário (subemprego etc.). De acordo com o que se pode depreender da passagem acima, para manter os índices de “empregabilidade” altos, seria preciso muito estudo. Não parar de se aperfeiçoar e “qualificar”, se possível cursando a universidade, o caminho para escapar dos “maus” empregos.

Na verdade, tais assertivas mascaram o fato de que a noção de “empregabilidade” é uma maneira de ocultar e fugir do debate da desigualdade estrutural que caracteriza o mercado de trabalho capitalista e que sintetiza a incapacidade, também estrutural, da educação em cumprir sua promessa integradora. O fato de poucos cursarem a universidade é tão somente a ponta do problema, e não a explicação para a realidade do desemprego e da precarização do trabalho.

(3.5) O Projeto Formare: o conteúdo formativo ofertado

Consta da historiografia brasileira que a tradição de ofertar ensino profissional aos setores mais pauperizados data do período imperial. Obviamente, antes de pretender atender às demandas de um desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedecia ao processo de expansão da urbanização e à finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e “desvalidos da sorte”, retirando-os da rua. O medo da “marginalidade”, “vagabundagem” e “delinqüência”, fez com que houvesse uma preocupação filantrópica das elites para com o problema. Casas, institutos e asilos que ofertavam abrigo e educação (cívica, profissional, moral) foram criados visando disciplinar essa parcela da sociedade “desprovida de futuro”.

Este princípio genealógico continua presente até hoje, ainda que de maneira mais complexa, relacionando-se aos valores e posturas exigidas em nossa época. O aspecto “correcional” da educação profissional ofertada pelo Projeto Formare pode ser visualizado em falas de presidentes e alunos do projeto:

O Formare é a menina dos olhos da MWM International. [...] São 15 a 20 jovens em situação de risco que nós trazemos para dentro de nossa empresa. Através de professores, coordenadores, voluntários, que são nossos “colaboradores”, esses meninos aprendem desde escovar os dentes até informática, cursos profissionalizantes, e ao final de um ano são profissionais. [...]” (grifos nossos)⁹⁵

⁹⁵ Trata-se da fala do presidente e CEO da MWM International, Waldey Sanchez, em entrevista para programa televisivo do Portal Automotive Business.

Eu entrei lá sem saber o que significava a palavra “ética”, a palavra “moral”, “meio ambiente” - não jogar um papel de bala no chão -, essas coisinhas que a gente não ligava. Ali dentro você não aprende só matérias, coisas relacionadas à empresa... Você aprende valores, você sai dali uma pessoa melhor, mais pensativa, uma pessoa que quer correr atrás de algo, que tá a fim realmente de mudar de vida, que respeita as pessoas. Eu aprendi com eles que a gente tem que fazer nossa parte, tem que se esforçar, tem que mudar, mesmo que a gente seja formiguinha, que a gente fazendo nossa parte a gente pode mudar alguma coisa ...⁹⁶

O fim do trecho do depoimento supracitado também é revelador que o conteúdo formativo do projeto envolve um papel psicológico e terapêutico, uma espécie de “auto-ajuda” aos discentes oriundos de situações socioeconômicas precárias. Essa característica é o mecanismo encontrado pelos capitalistas para fazerem as parcelas empobrecidas da sociedade não desistirem do projeto de sociabilidade que está posto, reforçando a idéia de que é preciso buscar, com “força de vontade”, por vias sempre “positivas” (pelo trabalho), inserir-se nele.

Levantar a auto-estima de quem está em más condições, fazê-las acreditar, é a melhor maneira de evitar com que cometam ações “desviantes”. Trabalhar com o imaginário das pessoas, reforçando certos valores, metas, sonhos e exemplos de vida “bem sucedida”, é uma das poderosas ferramentas de controle social das organizações capitalistas. Isto pode ser encontrado nos ensinamentos dos palestrantes nas aulas inaugurais, geralmente pessoas que ocupam cargos mais importantes na empresa (diretores e até mesmo presidentes), e dos próprios professores/trabalhadores no cotidiano das aulas do Formare:

Eu tento repassar aos jovens um pouco da minha experiência. Digo que, apesar das dificuldades em minha vida, obtive crescimento profissional.⁹⁷

Eu falo muito com os alunos do Formare: A gente só consegue colocar uma ponte nesse fosso que é a diferença entre classes com estudo! Eu cheguei onde cheguei porque eu estudei. Eu ralei muito. Nada foi fácil. Eu vim de escola pública, estudei minha vida inteira em escola pública, o cursinho que eu fiz era o cursinho popular. Eu tenho uma história bem humilde. Sou de uma família bem pobre, meu pai já foi pedreiro, já foi lixeiro, minha mãe é arrumadora de hotel. Mas isso me dignifica, eu acho importante porque eu sei que onde estou hoje eu devo a mim.⁹⁸

⁹⁶ Trata-se da fala, no vídeo documentário *Formare – Histórias de conquistas e superação*, de Mônica Aparecida Viana, ajudante de produção e ex-aluna Formare.

⁹⁷ Trata-se do que afirmou Caetano Piragine Zafra, diretor geral da Unidade de Escapamentos da Magneti Marelli e responsável pela aula inaugural na escola Formare desta empresa. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=419&Itemid=27>. Acesso em: 24 set. 2009.

⁹⁸ Trata-se da fala, no vídeo documentário *Formare – Histórias de conquistas e superação*, de Kewrrie Cipriano Góes, engenheira de produto e educadora voluntária Formare.

Os jogos utilizados pelo Projeto Formare como auxiliares pedagógicos em suas aulas apontam também sua dimensão “correcional” na vida dos jovens pobres e, por extensão, na de suas famílias. Introduziu-se na rede Formare uma ferramenta eletrônica intitulada Bate-Bola Financeiro⁹⁹, cuja plataforma é um jogo de futebol, que pretende auxiliá-los e discipliná-los com relação às suas finanças, de maneira que aprendam controlar seu próprio orçamento (gastos) e usar o “crédito” de maneira responsável. Em suma, pretende-se com o jogo educar os alunos para que, enquanto consumidores, sejam “bons pagadores”. Como acredita Rubén Osta, diretor-geral da Visa do Brasil, empresa desenvolvedora do jogo educacional:

Nós acreditamos que o instrumento financeiro mais importante não é um produto, é o conhecimento. Razão pela qual, há mais de dez anos a Visa tem desenvolvido programas de educação financeira. Encontramos no Formare a mesma filosofia, pois, ao capacitar jovens de baixa renda, auxilia na formação de cidadãos conscientes, capazes de multiplicar boas práticas dentro de sua própria casa. Ferramentas como os cursos do Formare e o jogo educativo Bate-Bola Financeiro contribuem para a maior integração social do indivíduo e consolidação de uma economia sustentável.¹⁰⁰

O aspecto educacional e formativo que julgamos a marca mais forte do Projeto Formare é o adestramento aos ambientes empresariais que promove. Por ser desenvolvido nos ambientes internos das empresas não há somente uma dimensão educativa técnica, mas, principalmente, de adequação e adaptação à disciplina e ambientação das próprias empresas. Isto os alunos deixam muito claro em seus depoimentos:

Hoje, na minha vida pessoal, vejo as pessoas de outra maneira e com isso, consigo me relacionar melhor com elas. Na vida profissional tenho melhor entendimento nos cargos que ocupei depois do Formare. Antes de participar do Formare, não tinha idéia de como era uma empresa, relacionamentos em grupo e não sabia como lidar com minha própria vida. No Formare conheci várias pessoas que ajudaram muito, me mostraram que sou eu que devo me adaptar a um ambiente, e não o inverso. (grifos nossos)¹⁰¹

⁹⁹ O jogo que pretende ofertar educação financeira aos jovens foi desenvolvido pela empresa de cartões de crédito Visa (uma das patrocinadoras da Copa do Mundo de Futebol em 2010). Além da Fundação Iochpe (Projeto Formare), o *software* (jogo) será disseminado e promovido em parceria com outras instituições do “terceiro setor” como: Fundação Gol de Letra, idealizada pelo ex-jogador de futebol Raí; Fechando o Gol – Academia de Goleiros do Zetti; Aldeias Infantis; Projeto Viver, além de outras ONGS e instituições financeiras como Banco do Brasil, Credicard, Citi, Porto Seguro Cartões e a Associação Comercial do Estado de São Paulo (ACSP). Como informa notícia do dia 16 de setembro de 2009, todos estes parceiros irão disseminar o jogo dentro de suas organizações. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=427&Itemid=27>. Acesso em: 13 out. 2009.

¹⁰⁰ Disponível em:

<http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=427&Itemid=27>. Acesso em: 13 out. 2009.

¹⁰¹ Trata-se do depoimento de 2002 da aluna Elizabete da primeira turma da escola Formare do Grupo Ultra. Disponível em: <http://www.ultra.com.br/formare/elizabete_1_turma.asp>. Acesso em: 16 set. 2009.

As dificuldades sempre me motivaram a lutar e correr atrás dos meus sonhos e objetivos. Força de vontade é o que não me falta! O Formare me ajudou a mudar meu modo de pensar e ver o mundo. Agora eu também sei como me comportar no ambiente de uma empresa.¹⁰²

Para mim, o melhor do Formare é que o ambiente onde estudamos é uma empresa, e isso faz toda a diferença, pois aprender como é o convívio diário, com tantas pessoas e informações, é um privilégio. Me sinto lisonjeada por fazer parte de um projeto que me ensinou caminhos para a vida.¹⁰³

Foi fundamental para meu amadurecimento, e de toda turma, ter os educadores como espelho, além da convivência com as regras da empresa.¹⁰⁴

Parece-nos ficar evidente, através das falas dos estudantes, que, além de qualquer formação de conteúdo técnico e propedêutico, a linha mestra educacional conferida pelo Projeto Formare é colocar os jovens em contato direto com o cotidiano, regras e dinâmica das empresas, habituando-os desde cedo, a não transgredirem e nem problematizarem o que se passa ou o que é definido para que cumpram nos ambientes de trabalho. Procuram fazer o jovem entender que devem adaptar-se aos ambientes empresariais e não o contrário. Dessa forma, a lógica do capital mostra-se, de antemão aos educandos do projeto (futuros trabalhadores), inexorável e imutável.

Muitos gestores reconhecem abertamente que um dos aspectos principais do Projeto Formare é fazer com que o jovem seja adestrado a dinâmica (poder) de empresa. Como observa Giuseppe Giorgi, no mercado de trabalho “(...) *os alunos do Formare levam vantagem porque durante o curso eles já viveram a rotina de uma empresa e, portanto, sabem conviver com regras e horários.*”¹⁰⁵. A força do argumento que desqualifica as instituições estatais públicas de educação profissional e enaltece a necessidade de que as empresas encarreguem-

¹⁰² Trata-se do depoimento do aluno Welder Batista Ribeiro, do curso de Operador de Produção Siderúrgica e Mecânica da Escola Formare Mangels em Três Corações Minas Gerais. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=417&Itemid=27>. Acesso em: 12 nov. 2009.

¹⁰³ Trata-se do depoimento da aluna Márcia Marli, concluinte da terceira turma do curso Formare em 2007 na empresa Suzano Papel e Celulose em São Paulo. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=417&Itemid=27>. Acesso em: 12 nov. 2009.

¹⁰⁴ Trata-se do que disse Wagner Santos, aluno em 1996 da primeira turma da Escola Formare Maxion de Contagem (MG), que hoje é auxiliar fiscal na área de contabilidade da mesma empresa e também atua como educador voluntário de informática. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=407&Itemid=27>. Acesso em: 27 set. 2009.

¹⁰⁵ Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=419&Itemid=27>. Acesso em: 25 out. 2009.

se de tal empreitada vem justamente do caráter educador específico que a própria estrutura organizativa empresarial tem frente outras.

Nessa linha, como expressou um aluno, ao contrário da escola (pública), um ambiente mais permissivo, na escola Formare é preciso adequar-se à lógica de disciplina e funcionamento da empresa. Segundo afirma, o Projeto Formare: “*É uma coisa parecida com a escola só que dentro de uma empresa. Aí tem as regras de convivência da empresa, não pode fazer tantas coisas como a gente faz na escola [...]*”¹⁰⁶. A rebeldia, muitas vezes manifestada pelos jovens e tolerada na escola pública, não encontra o mesmo tratamento nos ambientes de trabalho capitalistas. Ao entrarem pelo portão das empresas, esses jovens sabem bem que seus comportamentos têm de ser distintos do da escola. Até porque, como medida extrema em casos de indisciplina, o aluno pode ser desligado do projeto e perder a bolsa.

Por se tratar de um projeto realizado nas empresas e de acordo com as necessidades delas, há também no seu aspecto educativo, a preocupação com a formação de um novo perfil de trabalhador, adaptado às características dos ambientes de trabalho hodiernos.

No decorrer das primeiras décadas do século XX, a reprodução material da existência social passou a se balizar no meio urbano, não sem resistências, principalmente, em dois princípios de (hetero) organização do trabalho que se conjugaram: de um lado, o que se convencionou chamar taylorismo e, de outro, o fordismo. A introdução desses métodos produtivos no mundo da produção capitalista deu-se sempre de maneira processual, com idas e vindas, atingindo, diferentemente, países, regiões, empresas e setores produtivos diversos. Podemos entender o aparecimento e a combinação dessas técnicas produtivas como racionalização da produção capitalista e, portanto, como tática constante de manipulação e confronto contra o trabalho vivo (os trabalhadores assalariados), alimento da relação de vampirismo do capital.

O chamado taylorismo, atribuído ao seu inventor Friederick W. Taylor (1856-1915), foi precisamente detalhado em *Os princípios da Administração Científica* (1911) que mostrava como a produtividade do trabalho poderia ser radicalmente potencializada através do estudo e cronometragem do tempo. Com o objetivo de aperfeiçoar os gestos e operações de trabalho, analisava-os e computava-os, cuidadosamente, para, posteriormente, definir “médias”, sempre, buscando reduzi-las. Como afirma Tragtenberg (2006), Taylor tinha “a

¹⁰⁶ Trata-se da fala de Vinicius Ruas (analista de qualidade, ex aluno Formare e atual educador voluntário), no vídeo documentário *Formare – Histórias de conquistas e superação*. Aos alunos indisciplinados, os gestores recomendam advertências verbais, e se necessário, medidas extremas como corte da bolsa e até mesmo desligamento do projeto.

finalidade messiânica de evitar o maior dos pecados – a perda de tempo. A finalidade maior do sistema é educativa e se manifesta pela intensificação do ritmo de trabalho. [...]” (p. 90)

O fordismo, atribuído ao legado de Henry Ford (1863-1947), consistiu, como destaca Pinto (2008), principalmente, na combinação de técnicas tayloristas com o fomento de um consumo de massas. À sua época, Ford, contrapondo-se à tendência prevalecente de não padronização dos automóveis, insistiu que, através da padronização e fabricação do produto numa enorme escala, seus custos de produção reduzir-se-iam, possibilitando uma ampliação de seu consumo. Isto vinha acompanhado de uma política de estímulo ao trabalho - um considerável aumento salarial aos trabalhadores - tarefa realizável devido ao extraordinário aumento das vendas e dos lucros empresariais. A utilização intensiva das linhas de montagem em série, imortalizada na obra-prima de Charles Chaplin “Tempos Modernos”, talvez tenha sido a marca principal de seu método e sistema produtivo.

A característica adquirida pela educação profissional durante boa parte do século XX, foi marcada por este quadro taylor-fordista. Disto resultou que a formação profissional, praticamente, limitou-se ao treinamento operacional para uma produção em série e padronizada. Era a época da incorporação maciça de operários muito “pouco qualificados”, os quais eram adaptados para o exercício de funções específicas nos respectivos postos de trabalho, desempenhando tarefas simples e rotineiras. Apenas uma pequena minoria de trabalhadores carecia desenvolver habilidades profissionais em níveis de maior complexidade. Em virtude da rígida separação entre planejamento, supervisão e controle, de um lado, e de outro, a execução de tarefas previamente definidas e bem delimitadas, quase não havia margem de autonomia ao trabalhador engajado na linha de produção. Assim, o monopólio do conhecimento técnico e organizacional, em sua maioria, coube, apenas, aos trabalhadores de nível gerencial.

Em fins do século XX, o modelo produtivo ancorado no taylor-fordismo passou a conhecer profundas mutações e aperfeiçoamentos. A produção de mercadorias no sistema capitalista teria que responder ao desafio de se tornar capaz o suficiente para diversificar os modelos de uma mesma mercadoria num curto período de tempo (a fim de barateá-las) e, além disso, criar um clima organizacional que fosse favorável à contenção de conflitos sociais dentro de cada empresa. Essas profundas transformações foram possíveis graças à introdução das novas tecnologias microeletrônicas nos processos produtivos que permitiram, além de uma redução do número de trabalhadores empregados, uma maior fiscalização, controle e intensidade do trabalho humano.

Alguns analistas, como Harvey (1992), chamaram o novo padrão de acumulação capitalista de “acumulação flexível”, justamente por ser marcado por um confronto direto com a rigidez da produção taylor-fordista. Outros, como por exemplo, Antunes (2003), Alves (1999, 2007) e Bernardo (2004), chamam de “toyotismo”, numa alusão à fábrica japonesa Toyota que precursoramente desenvolveu as inovações hoje globalizadas para os processos de produção no capitalismo. Para Bernardo (2004), o toyotismo resultava de uma tomada de consciência dos capitalistas de que era preciso explorar a componente intelectual do trabalho - o que implicou numa redução de certas posições gerenciais, já que os trabalhadores passariam a, horizontalmente, fiscalizarem-se uns aos outros, e, portanto, exercerem tarefas e funções gerenciais - e fragmentar e dispersar os trabalhadores.

Foi o conjunto de mudanças nos processos produtivos em fins do século XX que ditaram a necessidade de alteração dos processos formativos de força-de-trabalho (de “ensino técnico”, “profissional” etc.). Como diz Teixeira (1998), deslocou-se da educação profissional uma preocupação mais intensiva em torno das habilidades manuais dos trabalhadores em favor de suas habilidades cognitivas (leitura e interpretação dos dados formalizados, lógica funcional e sistêmica; abstração, dedução estatística, expressões oral, escrita e visual) e comportamentais (responsabilidade, lealdade e comprometimento; capacidade de argumentação, capacidade para trabalho em equipe, capacidade para iniciativa e autonomia e habilidade para negociação).

Estas novas preocupações aparecem no Projeto Formare. Na aula inaugural para turma Formare de 2009 no Grupo Schaeffler, por exemplo, os alunos foram agraciados com a presença de Ricardo Reimer, presidente do referido grupo na América do Sul. Em sua exposição¹⁰⁷, fez questão de ressaltar aos estudantes que *“vivemos na era da informação e tudo muda de repente. Por isso, é preciso estar sempre atento e preparado para se adequar às rápidas mudanças.”* Para isto, continua, é preciso que os alunos aprendam a ser “polivalentes”, ou seja, *“se adaptar em diferentes funções e buscar cada vez mais conhecimento nas mais diferentes áreas”*.

Entre as características que o aluno Formare deveria aprender a desenvolver, o presidente listou as seguintes: ser honesto em qualquer situação; assumir as decisões; ser tolerante e flexível; ser íntegro; ser humilde; ser competente; ser confiante; desenvolver boas

¹⁰⁷ O conjunto de *slides* que balizaram sua palestra e compuseram a aula inaugural do curso de 2009 do Projeto Formare naquela empresa está disponível em: <http://www.formare.org.br/site/images/stories/noticias/090317_schaef_aulareimer.ppt>. Acesso em: 13 nov. 2009. Os conteúdos apresentados a seguir encontram-se nos *slides* de número 3 e 8 respectivamente.

relações; ser inovador e persistente; ser pontual; saber tomar decisões e assumir os erros e as vitórias. Saber trabalhar em equipe foi ponto de destaque:

Dentre tantos requisitos que o mercado atual exige, **saber trabalhar em equipe** é fundamental para o profissional do futuro. Ter bom relacionamento com os colegas, saber ouvir, opinar e discutir idéias, são características de quem possui esse talento. Uma equipe é formada por pessoas de diferentes qualidades que, em conjunto, obtêm sucesso. **E é essa fórmula que as empresas têm aderido hoje para obter sucesso.**

A exigência de novos “atributos pessoais” e de certo aspecto comportamental do trabalhador na organização, em suma, como ele se relaciona com seus pares e com a gerência, passaram a se tornar condição para o emprego e o centro da prática pedagógica da educação profissionalizante ofertada pelas empresas. Diante disto, a afirmação de um aluno acerca do projeto torna-se significativa: “*Nunca pensei que fosse aprender relacionamento, como se relacionar com as pessoas, são coisas bem bacanas.*”¹⁰⁸. Mais reveladora é a afirmação de Pedro Funke, gerente de “Programas Sociais e Motivacionais”, responsável pelo Projeto Formare, na empresa de motores MWM:

Nosso principal foco de trabalho com esses jovens é comportamento e atitude, pois profissionais com esse perfil está faltando no mercado. Existe uma pesquisa que demonstra que, de maneira geral, 95% dos funcionários são demitidos por falta de atitude e comportamentos.¹⁰⁹

Para solucionar essa “triste” constatação capitalista, a proposta pedagógica do Projeto Formare prevê que os alunos desenvolvam as habilidades de comunicabilidade (capacidade de expressão oral e escrita); trabalho em equipe (capacidade de levar seu grupo a atingir os objetivos propostos); solução de problemas (raciocínio lógico; capacidade de analisar situações, relacionar informações e resolver problemas); “visão de futuro” (criatividade, capacidade de planejar, prever possibilidades e alternativas, “acreditar que é capaz de aprender e de realizar”), entre outras.¹¹⁰

Podemos notar assim, que o Projeto Formare é comprometido, marcado e motivado pela formação de um novo “tipo humano” (trabalhador) exigido pela produção capitalista.

¹⁰⁸ Trata-se da fala, no documentário *Formare – Histórias de conquistas e superação*, de Thiago Luiz do Nascimento, aluno do Formare na empresa Mahle.

¹⁰⁹ Disponível na edição de abril de 2008 da Revista Agrimotor, que trouxe reportagem de 3 páginas sobre os 20 anos do programa de capacitação profissional da Fundação Iochpe, intitulada *Força profissional e humanitária*. Disponível para visualização em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=220&Itemid=27>. Acesso: 7 jul. 2009.

¹¹⁰ Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=234&Itemid=204>. Acesso em: 13 maio 2009.

Expressão disto são os dados acerca dos jovens formados pelo projeto que seus gestores fazem questão de exibir, visando convencer outras empresas da necessidade de adotá-lo, segundo os quais, 88% possuem alto índice de produtividade em equipe, 87% apresentam alto índice de flexibilidade no seu posto de trabalho e 90% apresentam alto índice de responsabilidade.¹¹¹

Em síntese, tentando trabalhar variados aspectos da subjetividade dos jovens pobres, como seus valores e comportamentos, o Projeto Formare é expressão clara da pedagogia empresarial. Educa futuros trabalhadores para aderirem e respeitarem os planos, metas e vontades empresariais, tarefa realizada com vistas à preservação e não ocorrência de conflitos no ambiente interno das empresas. Opera transformações moleculares nos hábitos dos adolescentes pauperizados¹¹², para que cultivem o “bom senso” e o “juízo sadio” das condições que os cercam, e que assim, em suas condutas de vida, procurem sempre encarar as dificuldades de maneira “positiva”, preservando, portanto, o ambiente externo às empresas.

(3.6) O Projeto Formare: o Estado e as políticas “públicas” de educação profissional

Apesar da luta social gestada no país durante a década de 1980, e que prosseguiu na década de 1990, ter tido reflexos positivos de dispositivos legais para a educação brasileira, Peroni (2003) mostra que a mesma não foi capaz de impedir o movimento neoliberal de contra reforma do Estado, o qual impactou de maneira negativa também o campo educacional.

Os debates acalorados em torno da nova Lei de diretrizes e bases da educação no país (LDB), promovido pelos trabalhadores e movimentos sociais da área de educação, traziam em seu bojo o anseio das forças populares de reestruturarem o sistema educacional estatal público de maneira a expandi-lo e aumentar sua qualidade. Havia o desejo de não se tratar mais a educação de forma cindida, almejando-se a criação de uma escola que fosse capaz de

¹¹¹ Informações disponíveis em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=127>. Acesso em: 17 abr. 2009.

¹¹² Sustentam Melo, Lira e Cândido (2007) que o projeto impacta desde a comunicação e gestão do dinheiro (gastos de consumo) até a vida familiar dos jovens. Como fica evidente na afirmação de um aluno encontrada no trabalho: “*O Formare de certa forma nos mostra como encarar a vida em casa, no trabalho e no meio social, inclusive ele me ajudou muito na questão do meu relacionamento pessoal com a minha mãe, dentre exemplos e conversas com meus colegas e educadores voluntários eu vi uma nova forma de levar a vida, e que há pessoas que tem mais problemas do que eu, e que eu tenho uma família maravilhosa e estava a desperdiçar essa benção de Deus*” (p. 8).

combinar a dimensão do trabalho, mas também a do desenvolvimento humano e técnico-científico, produzindo cidadãos críticos.

Isto não foi possível pelas determinações gerais da conjuntura capitalista brasileira, em alguma medida apontada no capítulo dois, por um Estado (sociedade política) fomentador da “nova” filantropia e muito pouco, ou quase nada, permeável à influência das forças populares “progressistas”.

No campo educacional, isto se traduziu, mais precisamente, com a aprovação do projeto do então senador Darcy Ribeiro. Para Silva (1998), tal fato significou a imposição de um projeto muito pouco discutido em detrimento de outro, que, ao contrário, vinha sendo gestado há anos pelos trabalhadores e movimentos sociais em educação. Como diz a autora:

[...] O poder executivo, em articulação com parte do legislativo, adotou a velha prática de fazer valer seu projeto de educação, dispensando a velha forma de imposição de um documento elaborado em gabinete. Aplicou uma nova maneira de ir esvaziando o projeto que inicialmente expressava a vontade coletiva, ao mesmo tempo em que foi nele introduzindo algumas alterações. Dessa maneira, impôs o seu projeto através de duas técnicas fundamentais: a da sobreposição de seu texto ao texto do projeto coletivo e a da criação de lacunas a serem preenchidas por reformas setorizadas. Alguns desses “vazios” já foram sendo preenchidos, por iniciativa do executivo, mesmo antes da aprovação da nova LDB, iniciativa essa que vem sendo adotada também, sucessivamente, nos anos subsequentes a ela. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se preservou a aparência de um processo democrático na tramitação do projeto de lei, buscou-se uma certa legitimidade social, na medida em que muitos dos elementos do *projeto coletivo* foram mantidos na versão finalmente aprovada, ainda que alguns dos dispositivos, em suas melhores partes, tenham sido transformados ou eliminados. Tais resultados foram viabilizados através da aliança do Ministério da Educação com parlamentares que, ao mesmo tempo em que se prestaram a fazer o jogo do governo, se aproveitaram do prestígio decorrente dessa aliança para colocar algumas de suas idéias pessoais no projeto em tramitação. Tanto que, a partir da intervenção mais decisiva do senador Darcy Ribeiro durante a fase de tramitação do projeto de lei no Senado, o texto passou a ser conhecido com a denominação Darcy-MEC, em alusão à articulação do então parlamentar com o ministro da Educação, Paulo Renato Costa Souza. Essa situação pode ser vista como expressão de uma aliança mais ampla, que inclui os entendimentos do executivo com organismos internacionais, sobretudo com o Banco Mundial, no sentido de alinhar a educação às exigências da realidade imposta pela “nova ordem mundial”. (p. 28)

Desta maneira, a educação brasileira foi duramente impactada pelo neoliberalismo promovido na nova conjuntura democrática por nossos políticos coadunados com organismos internacionais de representação e imposição dos interesses capitalistas.

Os termos atuais da educação profissional no país amparam-se na Lei Federal nº. 9.394/96 (LDB), nos artigos 39 a 42 constantes de seu Capítulo III. Por meio do Decreto Federal nº. 2.208/97 regulamentou-se, no artigo 3º, que a educação profissional

compreenderia três níveis: Básico - voltado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; Técnico - destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio; Tecnológico - correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados a egressos do ensino médio e técnico.

Com relação ao nível básico, que mais diretamente nos interessa por dizer respeito ao destino da parcela mais pobre da população, alvo do Projeto Formare, definiu-se que era a modalidade de educação não-formal de duração variável, não sujeita à regulamentação curricular, objetivando proporcionar ao trabalhador conhecimentos que lhe permitissem reprofissionalizar-se, qualificar-se e atualizar-se para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica atual, o grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade dos alunos. Ao final dos cursos, ofertados por todas as instituições apoiadas pelo poder estatal para tanto, entre elas muitas instituições do chamado “terceiro setor”, era conferido certificado de “qualificação” profissional aos trabalhadores.

Boa parte do apoio do governo federal ao nível básico de educação profissional deu-se através do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) que, sob o argumento de “democratização” da educação profissional no país, teve início em 24 de novembro de 1997, por iniciativa do Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTb). Os recursos do programa vieram do orçamento do governo federal, sendo 25% recursos do MEC, 25% recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Ministério do Trabalho e Emprego, e os 50% restantes de empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Consta do censo da educação profissional divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 2000, que até 1999, 3.948 instituições ofertavam a educação profissional em algum dos seus três níveis (básico, técnico e tecnológico), sendo a iniciativa privada responsável por mais de 67% destas instituições. Aproximadamente, dos 33 mil cursos ofertados nesses níveis de ensino, 27.500 eram do nível básico, 5 mil de nível técnico e menos de 500 de nível tecnológico. Deste total, 82% dos cursos eram de responsabilidade da iniciativa privada (incluindo o “terceiro setor”, “sem fins lucrativos”). No universo da educação profissional básica, onde os setores mais pobres da sociedade são obrigados a recorrer visando uma certificação profissional, 88% dos cursos ofertados eram da iniciativa privada.

Pretendendo contrapor-se à lógica gestada no governo FHC, o governo atual, Luiz Inácio Lula da Silva, via MEC, anunciou que seria necessário reconstruir a educação profissional como política “pública”. Era preciso:

[...] corrigir distorções de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (BRASIL, 2005, p. 2)

No governo Lula, através do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, que revogou o de número 2.208/97, definiu-se que a educação profissional, em substituição aos níveis Básico, Técnico e Tecnológico do governo FHC, seria desenvolvida por cursos de: Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores (FICT) - em cuja modalidade o Projeto Formare certifica seus alunos através de convênio com a UTFPR; Educação Profissional Técnica de Nível Médio; e Educação Profissional Tecnológica de Graduação e de Pós-Graduação.

Como apontam os dados mais recentes do Censo Escolar INEP, podemos dizer que no período que compreende o referido governo (2003-) a educação profissional foi fomentada de maneira geral nos dois últimos níveis e, tanto cursos ofertados pela iniciativa pública quanto pela iniciativa privada, aumentaram quantitativamente.

Para os cursos de FICT não há mais nenhum censo específico, isto porque, por não serem sujeitos à regulamentação curricular específica são muito flexíveis quanto aos conteúdos formativos ministrados e carga horária, multiplicando-se aos milhares, sendo difícil computá-los oficialmente. Esta é a modalidade de educação profissional que, por não exigir uma escolaridade prévia, destina-se à grande maioria dos não concluintes (ou ainda cursantes) do sistema escolar e arruinados economicamente.

Preocupando-se com tal nível da educação profissional, que no dia 20 de abril de 2004, uma reportagem¹¹³ de Leandro Marshall informava-nos que o Ministério da Educação brasileira (MEC) estudava a implantação de uma política estatal pública ancorada num modelo “público-privado”. Na ocasião, o então secretário de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, professor e engenheiro, Antonio Ibañez Ruiz, apresentaria ao ministro Tarso Genro um programa que envolveria a União, o “terceiro setor” e a iniciativa privada para “qualificar” jovens pobres em áreas e regiões carentes de cursos de educação profissional.

¹¹³ A reportagem está disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/reforma/Noticias_Detalhe.asp?Codigo=5653>. Acesso em: 19 ago. 2009.

Tal reportagem tinha ocorrido em decorrência de, no dia 19 de abril daquele ano, estarem o ministro e o secretário reunidos, em São Paulo, com um grupo de empresários ouvindo explicações detalhadas de como funcionava uma experiência de “qualificação” profissional em que pretendiam inspirar-se para formulação da política pública. A reunião foi coordenada pela presidente da Fundação Iochpe, Evelyn Ioschpe, e a experiência em questão, a qual nossos representantes políticos queriam valer-se e adotar era o Projeto Formare. Segue trecho da notícia (reportagem):

“A meta é estabelecer uma política pública que especifique a formação técnica de jovens, por meio da união do governo com as entidades organizadas da sociedade”, explica Antônio Ibañez. A idéia é baseada na experiência da Fundação Iochpe, que desenvolve, há três anos, o projeto Formare. Neste trabalho, iniciado com recursos do MEC, por meio do *Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep)*, a fundação vem firmando parcerias com empresas e indústrias de todo o País para que elas façam a qualificação profissional de jovens. (...).

Passados alguns meses, tempo para melhor formulação e maturação da futura política de educação profissional, encontrávamos por meio do boletim nº 80 (fev-mar) de 2005 da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) quais seriam o nome, as ambições e a quantia a ser usada na nova empreitada:

A equipe pedagógica do Projeto Formare ajuda jovens de baixa renda a desenvolver potencialidades e a se integrar na sociedade como profissionais e cidadãos. Esse trabalho (...) levou o Ministério da Educação a ter o projeto como modelo para o Escola de Fábrica, que em 2005 vai implementá-lo em 500 empresas de 19 estados e beneficiar 10 mil alunos por ano. O MEC vai investir R\$ 20 milhões no projeto este ano. (http://mecsrv04.mec.gov.br/news/boletim_semtec.asp?Edicao=52)

Oficialmente, entrou em vigor a partir da Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005, pelos artigos 1º ao 11º, sancionada pelo atual presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva. Em seus artigos iniciais, instituiu-se o “Projeto Escola de Fábrica” (PEF)¹¹⁴, como parte integrante da política nacional para juventude, sob responsabilidade do MEC, prevendo formação profissional inicial e continuada (FICT) aos jovens de baixa renda, através de cursos ministrados em espaços educativos instalados em estabelecimentos produtivos.

Uma cartilha¹¹⁵ produzida pelo MEC/SETEC explicou bem o pano de fundo e a dinâmica da proposta governamental com o Projeto Escola de Fábrica. O projeto busca

¹¹⁴ Desde 2008 o Projeto Escola de Fábrica está incorporado ao Programa Unificado de Juventude (ProJovem), intitulado-se a partir de então de Projovem Trabalhador.

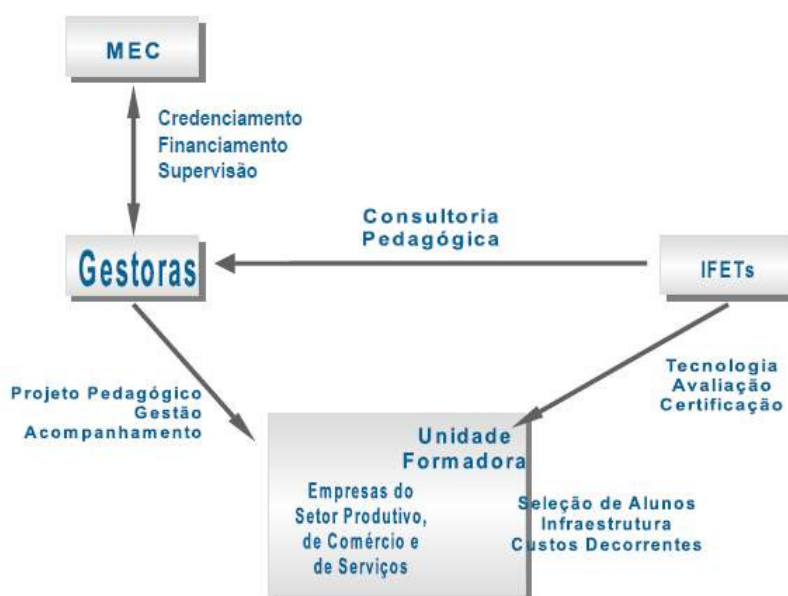
¹¹⁵ O documento *Proposta Projeto Escola de Fábrica* está disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proposta.pdf>>. Acesso: 19 ago. 2009.

multiplicar e expandir a rede de educação profissional através dos ambientes internos das empresas interessadas em adotá-lo.

Funciona primordialmente com financiamento¹¹⁶ do MEC, pela mediação do “terceiro setor”. Ao invés da relação direta entre Estado (via MEC/SETEC) e empresas, prioriza-se aquilo que chamam de “instituições gestoras”: fundações empresariais, ONGs e Oscips. Caso contratadas pelo MEC, cujo requisito é terem experiência comprovada na área de educação profissional ou em projetos sociais, serão as responsáveis diretas por coordenar as “Unidades Formadoras” - as salas de aula montadas e os cursos ministrados dentro de fábricas, empresas e unidades produtivas parceiras - analogamente à Fundação Iochpe com relação ao Projeto Formare. Como acreditam e consta na cartilha do PEF:

Desta forma, o projeto Escola de Fábrica, estimulará a criação e desenvolvimento de uma rede de escolas profissionalizantes, instaladas em ambientes empresariais e coordenadas por INSTITUIÇÕES GESTORAS que contando com a orientação técnico pedagógica das instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica poderão garantir a promoção de formação profissional orientada, com Responsabilidade Social. (p. 3)

O esquema a seguir, que pode ser encontrado na página 5 da referida cartilha, é representativo de como se estrutura e funciona o projeto:



¹¹⁶ Para termos uma idéia do valor em dinheiro dado pelo MEC às iniciativas/escolas do Projeto Escola de Fábrica, seguem alguns dados disponíveis no edital de contratação das empresas e instituições parceiras. Pode ser solicitado para a constituição de uma primeira turma até 40 mil reais, quando houver réplica de um mesmo curso, pode-se solicitar até 30 mil reais. Cada proponente pode apresentar proposta de 5 cursos diferenciados, pretendendo do governo portanto um valor de 200 mil reais. Informações disponíveis no edital de chamada para o projeto: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/orientacoesanexo4chamada2007.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

Figura 2 - Estrutura de gestão e funcionamento do Projeto Escola de Fábrica (PEF)

Fonte: Proposta Projeto Escola de Fábrica (p. 5)

Não caberá, neste trabalho, aprofundar em maiores detalhes o funcionamento desse projeto do governo federal que guarda muita semelhança com o Projeto Formare, inclusive, em alguns casos, pelo uso do trabalho voluntário dos trabalhadores das “Unidades Formadoras”. Caberá discutir sim, as concepções que o norteiam, o que pretende organizar e fomentar.

Sob a ótica dos formuladores do Projeto Escola de Fábrica, para além da educação profissional aos jovens pobres, há a compreensão de que seu papel é outro, qual seja, o de fomentar a prática de “responsabilidade social empresarial”. Na cartilha encontramos que:

O programa visa fundamentalmente o estímulo ao setor privado da prática de Responsabilidade Social em parceria com o Estado, que, engajando-se neste movimento, estarão contribuindo de forma concreta não só com a inclusão social, mas com o resgate da auto-estima de alunos que estarão sendo valorizados e iniciados a trilharem uma vida melhor. (p. 7)

O aparecimento destes termos em documentos governamentais não é gratuito. Apesar de alguns avanços impressos pela luta social, percebemos ainda uma forte tendência do Estado capitalista brasileiro em re-filantropizar a questão social. A filantropia e a prática do assistencialismo ainda não foram extirpadas nem formalmente de nossos textos oficiais, quanto dirá na realidade concreta. As políticas públicas dos governos, progressistas ou não, são incapazes de romper com o ciclo do pauperismo e, portanto, da necessidade de nichos diferenciados de políticas para os mais pobres.

Evelyn Ioschpe, diretora-presidente da Fundação Ioschpe, comenta tal projeto do governo federal orgulhosa e com a sensação de papel cumprido. Comemora o fato do chamado “terceiro setor” ser um atual substituto e concorrente das instâncias estatais para formulação de políticas públicas:

Para nós, da Fundação Ioschpe, o Projeto Escola de Fábrica significa a realização da principal função do terceiro setor: gerar modelos exitosos de transformação social que subsidiem políticas públicas. Inspirado também no Projeto Formare, a iniciativa do MEC contribui, de forma significativa, para a solução das demandas da educação profissional reconhecendo a empresa como um espaço valioso de ensino e aprendizagem.¹¹⁷

Durante a década de 1990 em diante, seguindo a lógica da “reforma” do Estado, sob argumento de maior “democratização” dos serviços sociais prestados pelo Estado, o que

¹¹⁷ Disponível em: <<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/escola-de-fabrica/ministerios/MEC/2006/depoimentos-folha-rosto.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

predominou foi um movimento exacerbado da sociedade política em “descentralizar” de seu eixo o trato e execução das políticas sociais, sendo a educação profissional também objeto desta tendência. O próprio Projeto Formare, como informou notícia mais acima por nós destacada, foi uma das iniciativas de entes privados que, antes de se prover como “franquia social”, recebeu dinheiro público do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep) para fomentar suas atividades. Em maio de 1999, a Fundação Iochpe assinou convênio de três anos com o Ministério da Educação visando à consolidação pedagógica e a disseminação de suas escolas em outras unidades fabris.

Em tom de denúncia, matéria recente registrada no jornal Folha de São Paulo¹¹⁸ intitulada *MEC pagou por escolas que ficaram no papel*, indicou que de 1998 a 2007 foram repassados pelo Proep 257 milhões de reais (o que daria para erguer, segundo informes, 50 escolas federais) a 98 entidades. Destas, 20 cumpriram, parcialmente, o contrato firmado e apenas uma cumpriu-o integralmente: a Fundação Iochpe por meio de escolas Formare localizadas em São Paulo e Rio Grande do Sul nas empresas do próprio grupo. Os diversos outros casos citados na reportagem geram indignação. Escolas técnicas financiadas com dinheiro público, que deveriam atender alunos gratuitamente, viraram prédios vazios, faculdades privadas ou até edifícios nunca construídos.

Diante disto, devemos reconhecer certo “mérito” na iniciativa e nos gestores envolvidos com o Formare e supor que venha daí sua “credibilidade” por parte de nossos políticos que o copiaram. Valem-se da idéia de que o que “está dando certo” deve ser seguido. Assim, a filantropia capitalista, se bem realizada, tem um caráter educador sob as mentes de nossos formuladores de políticas públicas.

Rummert (2005) analisando essa nova proposta de educação profissional do governo Lula, o Projeto Escola de Fábrica, muito bem disse que:

(...) não é desprovido de sentido supor que o MEC, coadunado com os parâmetros da atual ordem estabelecida pelo sistema do capital, executa um duplo movimento de terceirização em que, por um lado, terceiriza instituições de diferentes tipos, transferindo recursos públicos para que executem trabalho educativo (que deveria ser de responsabilidade estrita do Ministério) junto aos jovens da classe trabalhadora e, por outro, sendo terceirizado pelo empresariado, para gerenciar uma ação educativa que atende a seus interesses imediatos em relação à força de trabalho e mediatos, no que tange a iniciativas que concorram para a manutenção de sua hegemonia. Estaremos, então, diante de um exemplo do que afirmou Ramonet: “Os poderes públicos não passam, na melhor das hipóteses, de

¹¹⁸ Jornal Folha de São Paulo de 20/07/2009, coluna Cotidiano, página C-1.

terceirizadores da empresa. O mercado governa. O governo gere” (1998, p.60). (p. 309)

A estratégia da “terceirização”, assim como no mundo empresarial, atende aos objetivos de tentar “fazer mais com menos”. No caso do Estado (sociedade política), tentar fazer mais política social com menos recursos. Desta maneira que, na ausência de um movimento social e popular combativo que o faça alterar os rumos de sua política para contemplar os interesses materiais das classes subalternas, opta pela estratégia do financiamento de “terceiros” (empresas, institutos, fundações, ONG’s) para aplicação e gestão das políticas sociais, gerando a aparência de comprometimento com as demandas populares e universalização de seus serviços.

Como estratégia de administração da pobreza, o Estado (sociedade política) investe o dinheiro público em milhares de iniciativas particulares pulverizadas que não só são difíceis de fiscalizar como, quando fiscalizadas, apresentam baixíssima qualidade e desempenho.

Sobre a “administração pública” do Estado capitalista cabe-nos resgatar algumas idéias de Marx. Em artigo escrito em 1844, intitulado “*Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano.*”, desmitificava um aspecto crucial da razão e vontade política de governantes estatais em sociedades em que vigoram as relações sociais de produção capitalistas, qual seja, tentar solucionar o problema do pauperismo.

Dizia o autor que tal “razão política” tendia sempre a explicar o problema da pobreza por diversos motivos, como falta de assistência/filantropia ou pelo seu contrário, cuja crença era a de que se contribuiria para gerar comodismo nos pobres; pela ineficácia dos partidos adversários no poder; por uma educação descuidada; pela “lei da natureza”; por falha administrativa; falha de legislação etc. Podemos atualizar os motivos, retratando e adotando, como pretendem os empresários, o discurso do Projeto Formare, o qual entende que o pauperismo poderia ser solucionado com educação, “qualificação profissional” etc. Porém, como afirma Marx, todas as justificativas não levavam e nem poderiam levar em consideração que:

O Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por isso, a administração deve limitar-se a uma atividade formal e negativa, uma vez que exatamente lá onde começa a vida civil e o seu trabalho, cessa o seu poder. Mais ainda, frente às conseqüências que brotam da natureza a-social

desta vida civil, dessa propriedade privada, desse comércio, dessa indústria, dessa rapina recíproca das diferentes esferas civis, frente a estas conseqüências, a impotência é a lei natural da administração. Com efeito, esta dilaceração, esta infâmia, esta escravidão da sociedade civil, é o fundamento natural onde se apóia o Estado moderno, assim como a sociedade civil da escravidão era o fundamento no qual se apoiava o Estado antigo. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela. [...] o Estado não pode acreditar na impotência interior da sua administração, isto é, de si mesmo. Ele pode descobrir apenas defeitos formais, casuais, da mesma, e tentar remediá-los. (MARX, 1844)

As sociedades capitalistas que conseguiram abrandar o problema do pauperismo o fizeram por “transferência”. Apenas alguns poucos países que, no desenvolvimento desigual e combinado característico da dinâmica capitalista, conseguiram mais absorver a riqueza socialmente produzida em outras partes do mundo, e assim promoverem melhora no padrão de vida médio de suas populações.

A burguesia, e da mesma maneira, seus representantes na sociedade política, desde o início, defrontaram-se com aquilo que criaram (o pauperismo), mas simplesmente não tem condições de resolvê-lo. A sociedade brasileira, fundada primeiramente no escravismo e, posteriormente, no assalariamento, traz a marca muito forte do pauperismo. Os governos do período democrático mais recente, cada um à sua maneira, criaram mecanismos e ferramentas de melhor administração da pobreza. Trata-se de tentar, dentro do quadro geral do pauperismo, imprimir “melhoras” estruturalmente condenadas a não ultrapassar seus limites. Esta parece ser a tarefa sem fim dos governos capitalistas.

O governo federal brasileiro, por meio de projetos como o Projeto Escola de Fábrica, copiado da iniciativa privada, e fazendo campanha para que as empresas sejam “socialmente responsáveis” vem atestando claramente sua incapacidade e descaso com a educação profissional e futuro dos jovens pobres do país. Ao “terceirizar” tal política social, continua demonstrando que o objetivo da administração pública capitalista, até mesmo de um suposto governo “progressista” (popular), é simplesmente tentar apenas remediar o problema do desemprego da juventude e da qualidade da educação pública. Sobre as novas políticas de educação profissional do governo Lula, como o Projeto Escola de Fábrica, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) dizem que elas:

(...) com diferenças na sua finalidade e organização, resgatam um preceito que pretendíamos ter superado desde a revogação da Lei n. 5.692/71, qual seja, tomar a qualificação profissional como política compensatória à ausência do direito de uma **educação** básica sólida e de qualidade. Esta deve ser garantida em qualquer idade, integrada à possibilidade de habilitação

profissional mediante a qual se constituam identidades necessárias ao enfrentamento das relações de trabalho excludentes. No caso específico do Escola de Fábrica, ao depender da parceria empresarial para sua realização, além do uso do fundo público pelas organizações privadas, tende a predominar o viés assistencialista. No fundo, essa política retoma o fundamento que esteve na origem da **educação** profissional no início do século passado: formar *mão-de-obra* necessária ao desenvolvimento econômico e educar psicofisicamente os jovens trabalhadores para a divisão social do trabalho. (p. 1104)

Não devemos hesitar em afirmar que esse movimento de refilantropização da educação profissional por parte do Estado (sociedade política) tem conexões com a ressignificação e reapropriação do significado da categoria e conceito de “cidadania” operada pela atual ordem do capital.

Tanto o Projeto Formare (iniciativa diretamente empresarial) como o seu derivado, o Projeto Escola de Fábrica (iniciativa governamental copiada da iniciativa empresarial), entendem a noção de “cidadania” de maneira a limitar e podar sua potencialidade.

O segundo, por exemplo, relaciona ao termo, como na passagem seguinte encontrada na cartilha do referido projeto, a gestão empresarial “responsável”: *“Ser Socialmente Responsável é uma forma de gestão ética e engajar-se a este movimento não é uma questão de investimento, mas de cidadania.”* (p.3).

O primeiro opera de maneira análoga quando entende que a empresa é um ambiente que propicia a ação cidadã. No *Estudo de Caso do Projeto Formare* (2008), encontramos o seguinte:

Compreendendo a empresa como um ambiente de aprendizagem, o Programa FORMARE identifica sua potencialidade como agente educacional comunitário que propicia o resgate de jovens em situação de risco social através da iniciação profissional. De outro lado vê a empresa como um ambiente de desenvolvimento de habilidades sociais, ao propiciar aos funcionários a oportunidade de atuarem como cidadãos, através da ação voluntária como educadores. (p. 10)

Este relacionamento direto entre “ação voluntária” com “ser cidadão” (ou que tenta associar atos de solidariedade e caridade humana à postura cidadã) e conduta de “responsabilidade social empresarial” como caractere de “cidadania” é muito sintomático de nossa época em que a possibilidade de consolidação, ampliação e efetivação de direitos sociais tem sido desfeita e impedida.

Uma coisa é a solidariedade dos trabalhadores entre si, convergindo em ações coletivas que tenham como objetivo a busca de soluções concretas para seus problemas em comum. Outra, muito diferente, é a vinculação da relação de cidadania com o “agir

voluntário” de indivíduos e grupos canalizados pelo projeto das empresas que estão muito longe de manifestarem como anseio a ampliação de direitos sociais aos trabalhadores, justamente porque estes esbarram no imperativo da produção capitalista: o lucro.

Como comenta Paoli (2005) acerca do voluntariado empresarial: “[...] *esta experiência é feita muito à distância de qualquer discussão politizadora ou de qualquer estímulo para conectá-la às ações governamentais ou ao funcionamento das políticas públicas.*” (p. 409). Além disto, a crítica empresarial parte da desqualificação do poder estatal público e de suas políticas sociais, desconhecendo de antemão a possibilidade daquele em referendar políticas sérias. Em parte, como bem já havia dito Marx em 1844, reconhecemos, as empresas têm toda razão, porém “esquecem” de explicar que o que está como impeditivo, na raiz da ineficiência do poder estatal (sociedade política) em referendar políticas públicas, é a sua própria atividade lucrativa.

O corolário deste processo é que as empresas, e o Projeto Formare é parte disto, conseguiram imprimir no imaginário social uma crença tal que aparecem elas próprias como “cidadãs”. A “empresa-cidadã” não surge como tendo grande parcela de culpa no agravamento da questão social, pelo contrário, mostra-se como aquela que dá emprego, que gera oportunidade de crescimento ao indivíduo, à comunidade e que ajuda o Estado (sociedade política) “ineficiente” a cuidar do social.

Mero engodo, já que ao aparecerem como “cidadãs”, aumentam sua capacidade de influir e referendar as políticas estatais voltadas ao enfrentamento da questão social, significando, em alguma medida, que em vez de termos políticas estatais, no regime “democrático”, cada vez mais “públicas”, construídas e propostas pelos trabalhadores, as temos cada vez mais “privadas”, pautadas pelo *modus operandi* das empresas.

(3.7) O Projeto Formare: as empresas em busca do lucro

Ainda que nessa altura do texto já deva aparentemente ter ficado claro ao leitor, por elementos apontados, que não entendemos a filantropia capitalista como contraposta ou não componente do lucro (“sem fins lucrativos”), cabe agora precisar o argumento visando demarcar claramente nossa oposição às abordagens, acadêmicas ou não, que têm uma profunda dificuldade em captar o fenômeno como integrador, condicionante e potencializador do lucro empresarial.

Na era da transnacionalização do capital os critérios para as empresas serem competitivas e sobreviverem no mercado capitalista são cada vez mais complexos. O processo de concentração do capital é um dado real na história do capitalismo e expressa-se atualmente, entre outros, nas formas de reestruturação, articulação e integração de pequenas, médias e grandes empresas em torno de algumas poucas gigantescas (transnacionais) por mecanismos e métodos diversos, como a subcontratação, o sistema de franquias, contratos de gestão ou transferência de tecnologia, alianças estratégicas etc. Todas essas formas de entrelaçamento empresarial não estão dadas por uma vontade do capital em cooperar com o desenvolvimento da humanidade, mas sim pelo imperativo da lucratividade presente de forma intrínseca em sua dinâmica de autovalorização.

Um dos critérios clássicos para as empresas conseguirem competitividade na disputa capitalista global é aterem-se ao seu próprio funcionamento interno, à disposição de sua base material e técnica, e, principalmente, à organização e disciplina da força de trabalho que labora em seu espaço. O lucro vem da exploração do capital sobre o trabalho na produção, por isto sempre se colocou como necessidade crucial ao capital a manutenção do controle, disciplina e “harmonia” nos locais de trabalho. Nesse sentido, e seguindo a perspectiva de Bernardo (1991), podemos dizer que a concorrência capitalista não se dá tardiamente num “mercado”, na troca dos bens materiais produzidos, mas antes, na própria produção, no enfrentamento que tem de estabelecer contra a força de trabalho. O Projeto Formare, como revelou afirmação de um gestor em tópicos anteriores, com a técnica do trabalho voluntário cumpre a preocupação patronal de mais e melhor integrar os trabalhadores aos ambientes e dinâmicas empresariais.

Apesar dos critérios para lucratividade do capital começarem dentro das empresas também não se limitam àquele espaço. Hoje, muito mais do que em épocas passadas é preciso que as empresas atentem-se e preocupem-se não apenas com seu funcionamento interno, mas com múltiplas dimensões da sociedade, o que as obriga a expandir e inovar o escopo de até aonde vão suas tarefas administrativas. Os escritos de Giorgi (2008), gestor do Projeto Formare, o comprovam. Segundo o autor a “responsabilidade social” é, mais do que um assunto da moda, uma questão estratégica pois “[...] *Além de preocupar-se com a imagem e qualidade de seus produtos, uma companhia precisa estar atenta aos impactos que tem sobre a comunidade onde atua. [...]*”. E assim argumenta:

[...] ao oferecermos cursos profissionalizantes em escolas instaladas dentro das fábricas, aproximamo-nos cada vez mais das comunidades onde estamos inseridos, já que estes jovens passam boa parte do dia dentro da Marelli e

repercutem tudo aquilo que vêem e aprendem com seus amigos e familiares.
[...]

Na luta concorrencial capitalista a filantropia não se põe apenas como meio para as empresas aproximarem-se das comunidades e assim transmitirem seus valores e visão de mundo de modo a criar ambientes sociais favoráveis a sua atividade, mas também, cumpre papel propagandístico, criador de uma imagem positiva para as empresas. A imagem benéfica que as empresas constroem com o Projeto Formare extrapola o público diretamente atendido. Isto é realizado por diversos meios de comunicação de que dispõem as próprias empresas, e outras do segmento midiático, interessadas em divulgar a filantropia empresarial. Essa operação, como diz o Giorgi (2008), de derrubar os “muros externos” da empresa, ou seja, transformar o modo como ela é vista pelo público em geral, possibilita melhorar o seu relacionamento com a sociedade.¹¹⁹

Podemos dizer que a estratégia empresarial para “aparecer ao mundo” e ampliar sua relação com a sociedade, procurando legitimar-se socialmente, surge principalmente das técnicas de propaganda que trabalham com sua dimensão simbólica. A propaganda e o zelo pela imagem social são elementos importantes na acirrada competição capitalista, integrando assim os critérios para o lucro. A questão da marca, uma embalagem personalizada, um emblema, uma idéia ou um formato inovador e atrativo são altamente significativos no capitalismo contemporâneo. A logomarca do Projeto Formare, por exemplo, é um diamante verde lapidado em cima da letra “M” de seu nome passando-nos a idéia de que o projeto, através da educação, é um lapidador dos jovens participantes. Aprofundando a estratégia de propaganda do projeto e visibilidade para as empresas que, como noticiado em 04 de dezembro de 2008, criou-se o Selo Formare:

As empresas parceiras do Formare agora têm mais um instrumento para demonstrar orgulho em participar do projeto. A Fundação Iochpe lança o selo “Empresa Parceira Formare – aqui o jovem tem futuro” que pretende valorizar ainda mais o compromisso com a capacitação profissional dos jovens de baixa renda. (...) Ao adotar o selo Formare, a empresa parceira demonstra acreditar no projeto e na transformação do Brasil por intermédio do investimento social em educação e geração de renda a jovens de famílias de baixa renda. (...) O selo “Empresa Parceira Formare” pode ser usado em anúncios, websites, blogs, banners, newsletters, estandes, uniformes, embalagens e outras ferramentas de comunicação. (http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=326&Itemid=206)

¹¹⁹ Diz o autor: [...] *Os muros externos são derrubados quando a empresa começa a se expor mais, mostrando-se para a sociedade, transformando seu passado de caixa-preta intocável. A partir deste momento, a comunidade conhece seu vizinho e o relacionamento começa a melhorar.* [...]



Figura 3 – Selo Empresa Parceira Formare

Também as premiações da “nova” filantropia capitalista funcionam como meio de propagandear os projetos e por consequência as próprias empresas. É por isto que em entrevista, Beth Callia disse que o Projeto Formare só adquiriu maior destaque e credibilidade após ter recebido algumas premiações como o “Prêmio Eco 2004”, o “TOP Social da ADVB” e ser um dos finalistas do “Prêmio de Tecnologia Social do Banco do Brasil”. Com todo reconhecimento e publicidade alcançada ao longo do tempo conseguiram expressiva expansão da rede já que até o ano de 2000 possuíam apenas sete escolas e hoje já somam mais de setenta.

O fato do Projeto Formare, em si, receber premiações específicas não exclui as próprias empresas clientes serem alvo de outras premiações, reconhecimentos públicos e até certificações em voga no mundo corporativo. Conforme divulgam seus gestores, o Projeto Formare contribuiria para as empresas fraqueadas obterem certificações na área social como a norma “SA 8000”. Tal norma é decorrente do movimento predatório que empresas transnacionais levavam a cabo, principalmente em países asiáticos, através da exploração exacerbada do trabalho humano (inclusive infantil). Com o desenvolvimento das novas tecnologias de informação, denúncias das práticas repugnantes dessas empresas chegavam mais facilmente aos centros do capitalismo como Estados Unidos, Canadá e Europa, promovendo um impacto na opinião pública (ação dos consumidores) que passaram a “boicotar” e não comprar mercadorias que tinham os traços da super exploração do trabalho. Buscando adaptar-se à “conscientização” de inúmeros consumidores dos países capitalistas centrais, criaram-se padrões e normas de conduta para “regularizar” a atividade empresarial (corporativa) limpando sua imagem negativa. A “SA 8000”, lançada em outubro de 1997 por uma ONG estadunidense, presta-se a isso e é a certificação da Responsabilidade Social.

Quanto mais premiações e certificações são conferidas e conquistadas pelas empresas, melhor posicionadas e vistosas tornam-se aos investidores (acionistas). Ao se pautarem pelos princípios da “responsabilidade social” ficam atrativas aos investimentos, pois adquirem uma

imagem de estáveis e saudáveis nos negócios (sustentáveis), afinal, estão indo além de sua função primordial e ainda assim sendo capazes de gerarem lucro. Como afirma Cesar (2008):

Essa visão que ultrapassa o núcleo de atividades centrais das empresas está articulada às práticas do mercado de capitais denominadas de *corporate governance*, por meio das quais as empresas se vêem compelidas por diversos organismos internacionais a apresentar bons indicadores de sustentabilidade, a fim de obter recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos e, com isso, galgar novos patamares de rentabilidade, elevando o potencial de valorização dos seus ativos. (p. 273)

A filantropia capitalista de nossa época está, assim, completamente articulada aos circuitos hierárquicos mais altos do capital e da lucratividade. Como muito bem disse Mazzucchelli (1985), a “dimensão financeira” do capitalismo hodierno inclui a própria forma de organização das grandes empresas que, mesmo quando predominantemente vinculadas a atividades produtivas, são forçadas “*a uma especialização financeira de maneira a assegurar a mobilização do capital de terceiros, o alargamento da estrutura de aplicações e a administração combinada do conjunto de suas operações.*” (p. 105) O Projeto Formare é, portanto, mais uma peça na engrenagem empresarial para, ao mesmo tempo em que desenvolve ferramentas e mecanismos de controle social (em sua inter-relação com trabalhadores e a comunidade através da filantropia), tornar as empresas vistas ao capital financeiro e assim, mais competitivas na ordem capitalista globalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Formare configura-se no contexto da “nova” filantropia capitalista resultante de uma nova postura assumida pelo Estado (sociedade política) capitalista principalmente durante a década de 1990 no país, e da força política e maturidade alcançada pelas empresas (e seus organismos) em seu inter-relacionamento no tempo presente.

A princípio, o Projeto Formare, por lidar e propor “qualificar” o jovem pobre para o trabalho é visto pelo público em geral com bastante entusiasmo e espírito de apoio. Foi na contramão dessa tendência que o estudo se propôs. Observar de maneira mais atenta e cuidadosa um projeto específico da “nova” filantropia capitalista permitiu-nos entender sua profunda funcionalidade ao conjunto de relações sociais que vigoram em nosso tempo. Tal projeto adquire relevância tendo em vista a trama social que se insere e ajuda mover.

Isoladamente considerado, levando em conta a condição social e o número de jovens atendidos, o Projeto Formare não passaria de um pingo de “boa vontade” empresarial num oceano tempestuoso e caótico que é o quadro do pauperismo e da precariedade reinante no mundo do trabalho.

O Projeto Formare não foi arquitetado de maneira neutra, visando tão só o bem dos jovens pobres, mas sim como mais um dos mecanismos da lógica de controle social (e lucro) do capital. Observamos que a educação profissional operacionalizada pela filantropia capitalista é apenas um meio, instrumentalizado, para obtenção de muitas outras vantagens e influência na sociedade como um todo.

Os alunos são educados segundo os interesses e vontades de cada empresa, pois a proposta pedagógica desenvolvida pela Fundação Iochpe está condicionada aos anseios e necessidades de seus parceiros (clientes da “franquia social”). Num contexto mais amplo, além do caráter educacional disciplinador e correccional do ambiente empresarial, a educação ofertada volta-se para a “empregabilidade”, o que significa ensinar os jovens pobres para que “talvez” consigam emprego, ou, se quisermos colocar em outros termos, prepará-los para a realidade incerta do mercado de trabalho capitalista e assim, até mesmo, bem se comportarem no desemprego (ou no trabalho precário), continuando aperfeiçoando-se, pensando “positivo” e não desistindo diante das dificuldades impostas pela condição de pauperismo.

Os educadores voluntários, trabalhadores das empresas, que constituem a força propulsora do projeto, acabam por revelar uma das facetas do conjunto ampliado da classe trabalhadora no capitalismo hoje: andam desprovidos, ainda que possibilidades de resistência

sempre estejam postas, de projetos políticos próprios e por isto vem sendo, com certa facilidade, conduzidos e canalizados pelos projetos e desejos empresariais. O momento é defensivo.¹²⁰

Mesmo levando em consideração possíveis exemplos de ascensão social de jovens atendidos, os que mais “ganham” com o Projeto Formare, longe de serem os alunos pobres, ou os trabalhadores, que, não ignorando a dimensão subjetiva de “felicidade” pela prestação de uma “boa ação”, como professores voluntários têm mais trabalho e desgaste psicofísico e nenhum acréscimo em seus salários, são as próprias empresas. Estas, com a “boa ação” desenvolvida junto aos jovens de baixa renda, podem combinar imagem e reputação reforçadas socialmente com alterações e melhorias em seus climas organizacionais, pelo envolvimento dos trabalhadores voluntários, acarretando vantagens competitivas na intensa concorrência capitalista que se traduzem, entre outros, por meio de investimentos de acionistas.

Além de impactar a vida dos jovens pauperizados (de suas famílias) e trabalhadores voluntários, e contribuir para reforçar a imagem das empresas, o Projeto Formare ainda influencia políticas estatais públicas de educação profissional. Intervir nos processos de formulação de políticas públicas é algo explícito nos documentos e discursos dos agentes das novas organizações e projetos da filantropia do capital amparados no conceito de “terceiro setor”. Sobre isto não devemos guardar ilusões. O Projeto Formare, além de ter sido fomentado com dinheiro público, tornou-se uma das experiências diretamente desenvolvidas pela filantropia capitalista que veio a compor o quadro de administração da pobreza levado a cabo pelo Estado capitalista brasileiro por meio de uma política pública, o Projeto Escola de Fábrica.

A tentativa de incorporação dos ambientes sociais à gerência empresarial baliza hoje de maneira muito mais intensa suas práticas, as quais se dão, inclusive, pela filantropia por ela praticada. Daí decorrem as “oportunidades” vislumbradas por Drucker (1993). Como disse Gabor Déak, presidente da Delphi Automotive Systems na América do Sul, empresa parceira do projeto, o Formare:

¹²⁰ Não podemos ignorar que isso guarda relações íntimas com o recrudescimento, dificuldade e precarização do emprego combinado com o processo de burocratização e enfraquecimento do poder de barganha e ação sindicais na era de transnacionalização do capital. Como sustenta Ricardo Antunes ao discorrer sobre o mundo do trabalho e os sindicatos: “*É nesta contextualidade adversa que se desenvolve o sindicalismo de participação em substituição ao sindicalismo de classe. Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz, a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim os elementos básicos do complexo movente do capital. (...) O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a concertação.*” (2003, p. 150-151)

(...) apresenta uma oportunidade de fazer várias coisas: prestar um serviço a comunidade propriamente dita; utilizar recursos modestos, limitados (não exorbitantes) e finalmente também envolver os funcionários e portanto toda comunidade, todo conjunto da empresa propriamente dita. Por isso a escolha foi muito fácil.¹²¹

O Projeto Formare deve ser encarado como forma de gestão e desenvolvimento de novos mecanismos e técnicas para as empresas continuarem irradiando sua influencia (práticas, valores, visões de mundo) e formatando o mundo à sua imagem e semelhança. Por isto, concluímos que o projeto traduz e é expressão da pedagogia do capital enquanto relação social global, o que significa não se limitar aos espaços corporativos formais, mas tender sempre a penetrar e influenciar, imprimindo sua lógica, todo tecido social. É ferramenta de poder e hegemonia das empresas. Sobre isto, os dizeres e análises de Paoli (2005) são muito interessantes:

[...] Em um duplo movimento para fora de si mesma, a “empresa-cidadã” realiza eficientemente sua beneficência localizada e produz, para o espaço público da opinião e para o espaço privado de seus pares, a perspectiva de uma presença ampliada, legítima, do próprio poder social do capital. Como disse exemplarmente um dirigente empresarial, “a empresa e a comunidade devem ser a mesma coisa”. (p. 407)

Urge que a ordem empresarial seja dessacralizada. Somente quando analisamos de maneira mais cuidadosa, percebemos as múltiplas dimensões que os projetos da “nova” filantropia capitalista guardam. É preciso que os pesquisadores que se insiram numa perspectiva crítica fiquem atentos e desnudem as tramas de cada novo projeto filantrópico levado a cabo pelo capital que, por aumentarem em número e organicidade, acabam adquirindo uma enorme influencia e relevância no tecido social, contribuindo para aprimorar as práticas capitalistas de controle social.

Apenas a luta dos trabalhadores poderá ditar o processo social no qual a filantropia assumirá significações negativas, quando, então, passará a ser “mal vista” pelos que vivem da troca de seu trabalho por salário. Esse será um dos elementos para superação do estado de coisas atual.

¹²¹ Trata-se de assertiva presente no vídeo *Depoimento de presidentes de empresas* produzido pelo Projeto Formare.

REFERÊNCIAS

Bibliografia:

ALMEIDA, C. C. R. *O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, São Paulo: Campinas, 2006.

ALVES, Giovanni. *Trabalho e Mundialização do Capital*. 2ed. Londrina: Editora Práxis, 1999.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Reestruturação Produtiva - ensaios de sociologia do trabalho*. 2ed. Londrina: Editora Práxis, 2007.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-38.

ANDERSON, Perry et al. A trama do neoliberalismo: Mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 139-180.

ARNS, D. Paulo E.; CAMARGO, C.; CARDOSO, F. H.; MAZZUCHELLI, F.; MOISÉS, J. A.; KOWARICK, L.; ALMEIDA, M. H. T.; SINGER, P. I.; BRANT, V. C. São Paulo 1975: *Crescimento e Pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

ANTUNES, Ricardo. *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)*. Campinas: Autores Associados, 2004.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. 9. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

BARAN, P. A. & SWEEZY, P. M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1966.

BERNARDO, J. *Estado: a silenciosa multiplicação do poder*. São Paulo: Escrituras, 1998.

BERNARDO, J. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERNARDO, J. *Democracia Totalitária: teoria e prática da empresa soberana*. São Paulo: Cortez, 2004.

BERNARDO, J. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores – Ainda há lugar para os sindicatos?* São Paulo: Boitempo, 2000.

BIANCHI, A. *Hegemonia em construção: A trajetória do Pensamento Nacional das Bases Empresariais*. São Paulo: Xamã, 2001.

BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo, Boitempo, 1998.

BORON, A. A. Os “novos Leviatãs” e a *pólis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.). *Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 7-67.

BRENNER, R. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?. In *Outubro*, nº 3, Xamã, São Paulo.

BRUNO, Lúcia. Reestruturação capitalista e Estado Nacional. In: Oliveira, D. A. e Duarte, M. R. T. (Orgs.). *Política e trabalho na escola – Administração dos sistemas públicos de educação básica*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 13-41.

CARDOSO, Ruth. *Um novo referencial para a ação social do Estado e da sociedade: sete lições da experiência da Comunidade Solidária*. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Conselho da Comunidade Solidária. 103 p. Textos em português, inglês e espanhol, 2000.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni. *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília; IPEA: 2008. 150 p. (Texto para discussão nº 1335).

CESAR, M. de Jesus. *“Empresa Cidadã” – Uma estratégia de hegemonia*. São Paulo: Cortez, 2008.

CHERTO, Marcelo. A disseminação de projetos sociais pela franquia social. In: *Seminário Internacional sobre avaliação, sistematização e disseminação de projetos sociais*. São Paulo: FUNDAÇÃO ABRINQ, 2002, p. 95-102.

CHERTO, Marcelo. Franquias sociais: alguns aspectos polêmicos. In: SZAZI, Eduardo. (org.) *Terceiro Setor: temas polêmicos*. vol. 2. São Paulo: Peirópolis, 2005. p. 197-216.

DIAS, E. F. *A liberdade (Im)Possível na Ordem do Capital Reestrutuação Produtiva e Passivização*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1999, (Texto Didático nº 29).

DRUCKER, P.F. *A Sociedade Pós-Capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993.

ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Editora Escala, [2006].

ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.

FERNANDES, Rubem César. *Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civicus, 2002.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e Liberdade*. 2ªed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula - um percurso histórico controvertido. In: *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial - Out. 2005.

GENTILI P. Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L.; (orgs.) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2004. (Coleção educação contemporânea. p. 45-59.

GRACIOLLI, E. Responsabilidade social empresarial: possibilidades, limites e significados. In: *V WORKSHOP EMPRESA, EMPRESÁRIOS E SOCIEDADE O mundo empresarial e a questão social*. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/gt05_edilson.pdf>.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

GRAMSCI, Antonio. v. 4. *Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e Fordismo*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOLDBERG, Ruth. *Como as empresas podem implementar programas de voluntariado*. São Paulo: Instituto Ethos, 2001.

GOUNET, Thomas. *Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel*. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.

HAYEK, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. Editora: Globo, 1977.

HOBSBAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HUMPHREY, J. *Fazendo o “milagre” – Controle capitalista e luta operária na indústria automobilística brasileira*. Petrópolis: Vozes / Cebrap, 1982.

IOSCHPE, Evelyn Berg (org). *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo/Rio de Janeiro: Gife/Paz e Terra, 1997.

KEYNES, J. M. *A Teoria Geral do Emprego do Juro e da Moeda*. Editora: Nova Cultural, 1996.

- KUENZER, A. Z. *Educação e trabalho no Brasil o estado da questão*. Brasília: INEP, 1987.
- LEHER, Roberto. Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais em educação. In: GENTILI, Pablo e FRIGOTO, Gaudêncio. *A Cidadania Negada: políticas de Exclusão na educação e no trabalho*. 1a ed. Buenos Aires: CLACSO - Comision Latino Americana de Ciências Sociais, 2000, p. 145-176.
- LOSSO, Marlus Eduardo Faria. *A Responsabilidade Social da Empresa na Qualificação Profissional do Jovem*. Dissertação (Mestrado em Direito) – PUC, Paraná: Curitiba, 2008.
- RESENDE, L.F. de Lara. *Comunidade Solidária: Uma alternativa aos Fundos Sociais*. Brasília: IPEA, 2000. (Textos Para Discussão nº 725)
- MAZZUCHELLI, Frederico. *A Contradição em Processo: O Capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARX, Karl. *Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um prussiano*. 1844. Disponível em: <<http://marxists.org/portugues/marx/1844/08/07.htm>>.
- MARX, Karl. Para a crítica da Economia Política. In: *Marx. Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. *O Capital*, Vol. 1/2. São Paulo: Difel, 1982.
- MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARTINS, A. S. Estratégias burguesas de obtenção do consenso nos anos de neoliberalismo da Terceira Via. In: NEVES, Lúcia. M. W. (org.). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005. p. 126-192.
- MERCIER-JOSA, Solange. Marx, o político e o social (I). In *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Xamã, 1998, nº 6, p. 7-22.
- MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, Reginaldo C. C. de. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?* São Paulo: Editora Senac, 2001.
- NOGUEIRA, P. B. *O Consenso de Washington A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Caderno. Dívida Externa nº 6. São Paulo : PEDEX, 1994.
- PAOLI, Maria Célia. “Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil”. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). *Democratizar a democracia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 373-418.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle*. Brasília: Maré, 1997. (Cadernos do Mare, 1)

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Reforma do Estado para a Cidadania – A Reforma Gerencial brasileira na perspectiva internacional*. São Paulo: Editora 34, 1998.

PERES, T. H. A. *Comunidade Solidária: A proposta de um outro modelo para as políticas sociais*. In Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 5. n. 1, jan.-jun. 2005, p. 109-125.

PERONI, Vera. *Política Educacional e papel do Estado – Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. *Parcerias na administração pública*. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, G. A. *A organização do trabalho no século XX*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

POCHMANN, M. *A Batalha pelo Primeiro Emprego: As Perspectivas e a Situação Atual do Jovem no Mercado de Trabalho*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

RUMMERT, Sonia Maria. Projeto escola de fábrica – atendendo a “pobres e desvalidos da sorte” do século XXI. In: *PERSPECTIVA*, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 303-322, jul./dez. 2005.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da. A nova LDB: do projeto coletivo progressista a legislação da aliança neoliberal. In: *Nova LDB: trajetória para a cidadania? / Angela Viana Machado Fernandes...| et al. |; Carmen Silvia Bissolli da Silva, Lourdes Marcelino Machado (organizadoras)*. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

SINGER, P.; BRANT, V. C. (Organizadores); PROCOPIO, C.; MUNIZ, B.; PIERUCCI, A. F.; MOURA, C.; CARDOSO, F. H. *São Paulo: O Povo em Movimento*. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

TEIXEIRA, Ana. Trabalho, tecnologia e educação: algumas considerações. *Trabalho e Educação*, Belo Horizonte, NETE/UFMG, nº 4, p. 161-184, 1998.

TRAGTENBERG, M. *Administração, poder e ideologia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005. (Coleção Maurício Tragtenberg).

WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Volume 2. Brasília: UNB, 2004.

WILDE, Oscar. *A Alma do Homem sob o Socialismo*. Porto Alegre : L&PM Editores, 2003.

Documentos governamentais:

BRASIL. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF, 1995.

BRASIL. Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado. *Organizações sociais: Cadernos do Mare 2*. Brasília: Mare, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Boletim nº 80 - 28 de fevereiro a 6 de março de 2005*. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/news/boletim_semtec.asp?Edicao=52>. Acesso em: 19 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Proposta Projeto Escola de Fábrica*. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/proposta.pdf>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Subsídios para o processo de discussão da proposta de anteprojeto de lei da educação profissional e tecnológica*. Brasília, DF, 2005.

INEP. *Censo da educação profissional: resultados 99*. Brasília, 2000.

Entrevistas e documentos da nova filantropia capitalista:

CEATS. *Tendências do Prêmio ECO: A Cultura da Cidadania Empresarial no Brasil*. São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.premioeco.com.br/historico/livreto_eco20anos.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2009.

GIFE. *Código de Ética*. 1995. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/pdf/codigoetica.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

GIFE. *Estatuto Social do GIFE*. Disponível na íntegra em: <<http://www.gife.org.br/pdf/estatuto.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2008.

GIFE. *Projeto Censo GIFE 2005/2006*. São Paulo: Edições Jogo de Amarelinha, 2006. Disponível em: <http://www.gife.org.br/conexao/Censo%20GIFE%202005_2006.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2008.

GIFE. *Projeto Censo GIFE 2007/2008*. São Paulo: Edições Jogo de Amarelinha, 2008. Disponível em: <http://www.gife.org.br/conexao/gife_censo2008.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2009.

O POVO. *Oded Grajew: pensador social*. Entrevista concedida em 10 de julho de 2006 à Janaína Marques da redação de “O Povo”. Disponível no Portal Itaú Voluntário: <<http://www.ivoluntarios.org.br/site/pagina.php?idclipping=7276&idmenu=86>>. Acesso: 10 dez. 2008.

REVISTA TRIP. Entrevista concedida por Oded Grajew ao programa de rádio da Revista Trip gravado no dia 15/04/08. Disponível para audição em: <<http://revistatrip.uol.com.br/trip-fm/oded-grajew.html>>. Acesso em: 5 jan. 2009.

Material utilizado (acerca) do Projeto Formare:

- Apostila:

FORMARE. *Curso III para Educadores Voluntários*. 2007. 27 p.

- Artigos de gestores:

CALLIA, Beth. *A franquia em favor do social*. ago. 2006. Disponível em: <<http://www.pautasocial.com.br/artigo.asp?idArtigo=355>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

GIORGI, Giusepe. *Quebre os muros*. In: Revista AutoData. jul. 2008. Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=251&Itemid=156>. Acesso em: 4 jul. 2009.

- Balancos Sociais:

IOCHPE-MAXION. *Relatório Socioambiental*. 2007. Disponível em: <http://iochpe.mediagroup.com.br/RAO/2007/port/download/BS_2007.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

IOCHPE-MAXION. *Relatório Anual*. 2007. Disponível em: <http://iochpe.mediagroup.com.br/rao/2007/port/download/RA_2007.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2009.

- Estudos de Caso:

FORMARE. *Estudo de Caso do Projeto Formare*. 2008. 36 p. Disponível em: <<http://www.impactosocial.org.br/2008/ec/Formare.doc>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

MELO, R.T.V. de; LIRA, W.S; CÂNDIDO, G.A. *Responsabilidade Social Empresarial como fator de sustentabilidade e competitividade: um estudo de caso numa empresa têxtil*. In: IX Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (ENGEMA). Curitiba, 2007. Disponível em: <<http://engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/PAP0024.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

- Entrevistas:

PORTAL CATHO. *Lapidando o futuro do Brasil*. Entrevista concedida por Beth Callia a jornalista Renata Dias em 2004. Disponível em: <http://www.catho.com.br/estilorh/impresao.phtml?secao=157&ed_ant=78&imp=1>. Acesso em: 10 mar. 2009.

PORTAL RESPONSABILIDADE SOCIAL. Entrevista concedida por Beth Callia a jornalista Cynthia Ribeiro em 5 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://www.responsabilidadesocial.com/article/article_view.php?id=773>. Acesso: 4 fev. 2009.

PORTAL CIDADES PAULISTAS. *Sabe o que você pode fazer pelo futuro do Brasil?* Entrevista concedida por Beth Callia e Zita Pimentel em março de 2009. Disponível em: <<http://www.cidadespaulistas.com.br/enews/e-news5/formare.html>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

- Material áudio-visual:

FORMARE. *Histórias reais de conquistas e superação*. (2008) Documentário disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8NT_NQ3D94E>. Acesso em: 27 fev. 2009.

FORMARE. *Depoimento de presidentes de empresas*. (2008) Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=HwFsbWZf4Y>>. Acesso em: 27 fev. 2009.

PORTAL AUTOMOTIVE BUSINESS. Entrevista do presidente e CEO da MWM International, Waldey Sanchez, sobre o Projeto Formare, publicada na internet em 09/09/2009. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=uWcZQEJnvT0>>. Acesso em: 24 out. 2009.

- Matérias em revistas e jornais:

FOLHA DE SÃO PAULO. *MEC pagou por escolas que ficaram no papel*. Coluna Cotidiano, página C-1, 20 de jul. de 2009.

REVISTA AGRIMOTOR. *Força profissional e humanitária*. Edição do mês de abril de 2008 (p. 28-30). Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=220&Itemid=27>. Acesso em: 2 jul. 2009.

REVISTA APLAUSS. *Formando para o futuro*. Edição de maio/junho de 2008 (p. 12-13). Disponível em: <http://www.formare.org.br/site/index.php?option=com_content&task=view&id=246&Itemid=161>. Acesso em: 2 jul. 2009.

REVISTA AUTODATA. *Formare: Franquia Social*. Reportagem realizada por Marta Pereira. Disponível em: <<http://www.autodata.com.br/modules/revista.php?m=reportagens&recid=3277>>. Acesso em: 23 out. 2009.

- Termo de adesão ao trabalho voluntário:

FORMARE. *Termo de Adesão ao Voluntariado*. Versão número 1 do termo de adesão ao trabalho voluntário desenvolvido no Projeto Formare do Grupo Ultra, coordenado e apoiado pelo Instituto Ultra. O documento data de 05/12/2006. Disponível em: <http://www.ultra.com.br/formare/termo_adesao.asp>. Acesso: 6 out. 2009.

Legislações brasileiras:

BRASIL. Lei nº 8.955, de 15 de dezembro de 1994. Dispõe sobre o contrato de franquia empresarial (franchising) e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8955.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases de Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>.

BRASIL. Leis, Decretos. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os art. 30 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>.

BRASIL. Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>.

BRASIL. Lei nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9608.htm>>.

BRASIL. Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9790.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.180, de 23 de setembro de 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm>.

Sítios eletrônicos consultados:

<http://www.abong.org.br/>
<http://www.acaodacidadania.com.br/>
<http://www.amsted-maxion.com.br/>
<http://www.autodata.com.br/>
<http://www.buscajovem.org.br/>
<http://www.conversascombetinho.org.br>
<http://www.curriculum.com.br/>
<http://www1.ethos.org.br/>
<http://www.fiochpe.org.br/>
<http://www.formare.org.br/>
<http://www.fundabrinq.org.br/>
<http://www.gife.org.br/>
<http://www.ibase.br/>
<http://www.impactosocial.org.br/>
<http://www.iochpe-maxion.com.br>
<http://www.ivoluntarios.org.br>
<http://www.pautasocial.com.br/>

<http://www.planalto.gov.br/>
<http://www.portaldovoluntario.org.br/>
<http://www.portal.mec.gov.br/>
<http://www.premioeco.com.br/>
<http://www.responsabilidadesocial.com/>
<http://www.revistatrip.uol.com.br/>
<http://www.uff.br/ejatrabalhadores/escola-de-fabrica>
<http://www.ultra.com.br/>
<http://www.universodoconhecimento.com.br/cnu/>